



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas

Lucilei Martins Guedes

**DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO DE AGRICULTORES FAMILIARES POR
EMPRESAS MINERADORAS: O CASO DO PROJETO ONÇA PUMA NO
MUNICÍPIO DE OURILÂNDIA DO NORTE - PARÁ**

Belém
2012

LUCILEI MARTINS GUEDES

**DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO DE AGRICULTORES FAMILIARES POR
EMPRESAS MINERADORAS: O CASO DO PROJETO ONÇA PUMA NO
MUNICÍPIO DE OURILÂNDIA DO NORTE – PARÁ**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônica. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de Concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. William Santos de Assis

Belém
2012

LUCILEI MARTINS GUEDES

**DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO DE AGRICULTORES FAMILIARES POR
EMPRESAS MINERADORAS: O CASO DO PROJETO ONÇA PUMA NO
MUNICÍPIO DE OURILÂNDIA DO NORTE - PARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Data da aprovação. Belém – PA: 28/08/2012

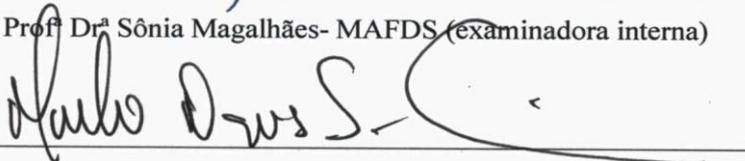
Banca Examinadora



Prof^o Dr. William Santos de Assis (Orientador)



Prof^a Dr.^a Sônia Magalhães- MAFDS (examinadora interna)



Prof^o Dr. Marcelo Domingos S. Carneiro (examinador externo)

Belém
2012

Aos meus filhos queridos e amados
Thyago e Bráulio Júnior (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

A Universidade Federal do Pará por me conceder a oportunidade de fazer um curso de pós-graduação.

Ao prof^o Gutemberg Guerra, pela atenção e apoio para que eu pudesse superar as dificuldades com meu trabalho durante o decorrer do curso.

Ao prof^o William Assis, pela orientação competente, conselhos, críticas e conhecimento transmitido.

Aos agentes da CPT de Marabá e Tucumã pela atenção e disponibilidade de acesso aos documentos necessários para construção dessa pesquisa.

Aos meus pais pelo carinho, confiança, apoio e incentivo.

Ao meu companheiro Marcos por ter assumido solidariamente o meu trabalho e dedicado parte do seu tempo me acompanhando nas pesquisas de campo, bem como em outros trabalhos afins.

A minha prima Ângela e seu esposo Antônio por terem me acolhido em sua casa, oferecendo-me estrutura e apoio necessário para que eu pudesse cursar as disciplinas do Mestrado em Belém-PA.

A minha tia Nilza e prima Luciene pelo carinho e acolhimento em Conceição do Araguaia e pela colaboração em todos os sentidos para que eu pudesse trabalhar, fazer pesquisa de campo e concluir esse curso.

Aos colegas de turma pela alegria e companheirismo me fazendo sentir bem em uma cidade que eu nunca havia morado. Agradeço o aprendizado por ter convivido com uma turma de formação tão diversificada.

Enfim agradeço a todos os professores do MAFDS que contribuíram significativamente para o meu crescimento intelectual.

“O império da Vale avançou para a floresta,
Escavando e pesquisando
Aquilo que ainda resta,
De riqueza em nossas áreas,
Veja se esta história presta!
Expulsaram com força bruta,
Os pobres e os camponês,
Comprando por mincharia a terra por sua vez,
Dizendo-o, o subsolo não pertence a vocês.
O povo sem entender toda aquela falação
Dos doutores de gravata que veio da mineração,
Ameaçando os agricultores de toda essa região
Ameaça era esta que dizia o doutor,
O que tem debaixo do solo,
Não pertence ao senhor,
É do governo e o direito para nós ele passou.
Nós vamos explorar o minério quer vocês queira ou não,
É só ter o resultado de mais essa escavação,
Aí vamos pra justiça,
Daí é que nós vamos ver quem ganha essa questão.
Com a escavação positiva,
Estava formado os males,
Quando vendemos a terra para os homens da Vale,
Compraram por mincharia,
Nunca esqueço desse dia
Que nós perdemos o roçado
Viemos para a cidade,
Compramos uma barraquinha,
Lá na ponta da rua que nem luz e água tinha,
Nem quintal para criar os porcos e as galinhas.
Vendi os meus animais por não ter onde criar,
Os meninos na escola sem ter onde estudar
E eu sem terra também para poder trabaia.
Fiquei na periferia,
Vagando o destino meu,
As coisas valorizaram,
Só quem não valeu foi eu,
Mais a Vale e a Onça Puma cada vez mais se ergueu”.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o conflito socioambiental entre os agricultores familiares e as empresas de mineração no município de Ourilândia do Norte no Sudeste do Pará. O conflito foi desencadeado a partir do pedido de desafetação de parte da área do Projeto de Assentamento Campos Altos, com a finalidade de instalar uma unidade de extração e beneficiamento de níquel laterítico. A empresa canadense Canico/Onça Puma protocolou no INCRA três pedidos de desafetação de uma área de quase 15.000 ha, impactando direta ou indiretamente mais de 500 famílias. A preocupação central do estudo foi a análise do conflito e do processo de negociação que se estabeleceu entre a empresa mineradora e os agricultores familiares assentados decorrentes dos pedidos de desafetação. A metodologia utilizada foi baseada na abordagem qualitativa utilizando-se de técnicas como pesquisa bibliográfica, análise de documentação, entrevistas semi-estruturadas com atores sociais envolvidos e participações em reuniões. As noções de conflito socioambiental usadas foram centrais para as análises do objeto de estudo. O estudo mostrou que o nível de organização das famílias assentadas, com apoio de entidades da sociedade civil, influenciou o resultado das negociações. Apesar dos avanços conseguidos no processo de negociação, o cumprimento dos acordos firmados entre empresa mineradora e famílias assentadas, depende de uma constante mobilização das famílias.

Palavras-chaves: Mineração. Assentados. Conflito socioambiental.

ABSTRACT

This study aims to analyze the environmental conflict between farmers and mining companies in the municipality of North Ourilândia Southeast of Pará. The conflict was triggered from the application of part of the area desafetação Settlement Project Campos Altos , for the purpose of installing a unit of extraction and processing of nickel laterite. The Canadian company Canico / Ounce Puma filed three applications for the INCRA desafetação an area of nearly 15.000 ha, impacting directly or indirectly more than 500 families. The central concern of the study was the analysis of conflict and negotiation process that was established between the mining company and the farmers resulting from requests for settlers desafetação. The methodology used was based on a qualitative approach using techniques such as literature search, analysis, documentation, semi-structured interviews with social actors involved and participating in meetings. The notions of environmental conflict were used for the analyzes of the central object of study. The study showed that the level of organization of families settled, with the support of civil society organizations, influenced the outcome of negotiations. Despite the progress achieved in the negotiation process, the achievement of agreements between mining company and settled families, depends on a constant mobilization of families.

Keywords: Mining. Settlements. Environmental conflict.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01 – Localização de Ourilândia do Norte na Mesorregião do Sudeste paraense.....	14
Fotografia 01 – Instalações do Projeto Onça Puma. Vicinal Picadão Ourilândia do Norte....	46
Fotografia 02 – Placa de indicação de terras adquiridas pela MOP no PA Campos Altos.....	52
Fotografia 03 – Operário da MOP desmanchando a casa em um lote do PA Campos Altos..	53
Fotografia 04 – Sonda de prospecção da MOP em um lote do PA Campos Alto.....	54
Fotografia 05 – Agricultores dos PAs Campos Altos e Tucumã fecharam a estrada de acesso ao Projeto em protesto pela forma de atuação da Vale.....	66
Fotografia 06 – Placa exposta à margem da Rodovia PA 279 com indicativo do PA União...79	
Planta 01 – Área do PA União com o parcelamento dos lotes.....	80
Planta 02 – Planta alta do prédio Educacional Estação Conhecimento.....	81
Fotografia 07 – Local destinado a construção da Estação Conhecimento.....	82
Fotografia 08 – Maquinário comprado com recurso do Fundo Social.....	85
Fotografia 09 – Padrão das casas construídas pela Vale no PA União.....	87
Fotografia 10 – Casa de um agricultor ampliada e ainda em construção no PA União.....	88
Fotografia 11 – Escola desativada no interior do PA Campos Altos.....	89
Fotografia 12 – Manifestação dos agricultores que ficaram no PA Campos Altos.....	90
Fotografia 13 – Escola Vila Aldeia e Posto de Saúde do PA Campos Altos.....	91

LISTA DE SIGLAS

ABNT –	Associação Brasileira de Norma Técnica
AMZA –	Amazônia Mineração S/A
AEA –	Associação de Empresários da Amazônia
BASA –	Banco do Amazônia S/A
COEMA –	Conselho Estadual do Meio Ambiente
CPT –	Comissão Pastoral da Terra
CVRD –	Companhia Vale do Rio Doce
CEPLAC –	Comissão Executiva de Plano da Lavoura Cacaueira
CFEM –	Companhia Financeira pela Exploração Mineral
CEPASP –	Centro de Educação Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular
COOPERTUC –	Cooperativa Mista Agropecuária de Tucumã-PA
CSN –	Conselho de Segurança Nacional
CONSAG –	Construtora Andrade Gutierrez
DNPM –	Departamento Nacional de Pesquisa Mineral
EIA/RIMA –	Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto do Meio Ambiente
EMBRAPA –	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FNO –	Fundo Nacional de Financiamento do Norte
FUNAI –	Fundação Nacional do Índio
GT –	Grupo de Trabalho
GEMINA –	Gerencia de Mineração
GETAT –	Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins
IBAMA –	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMS –	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDCJ –	International Development Corporation of Japan
INCRA –	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
MDA –	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIRAD –	Ministério da Reforma Agrária
MOP –	Mineração Onça Puma
MPA –	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF –	Ministério Público Federal
MST –	Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra

ONU –	Organização das Nações Unidas
PA –	Projeto de Assentamento
PDA –	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PIN –	Plano de Integração Nacional
PND I –	I Plano Nacional de Desenvolvimento
PND II –	II Plano Nacional de Desenvolvimento
PGC –	Programa Grande Carajás
PROCERA –	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF –	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PO –	Programação Operacional (INCRA)
RADAM –	Projeto Radar da Amazônia
SEMA –	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SINTEPP –	Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Pará
SIPRA –	Sistema de Informação do Projeto de Reforma Agrária
SPEVEA –	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
UCs –	Unidades de Conservação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 ALGUNS ASPECTOS DO DEBATE TEÓRICO SOBRE OS CONFLITOS SOCIAIS.....	21
2.1 NOÇÃO GERAL DE CONFLITO.....	21
2.2 APROXIMAÇÃO AO CONCEITO DE CONFLITO SOCIOAMBIENTAL.....	24
3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO E A OCUPAÇÃO DA REGIÃO SUL E SUDESTE DO PARÁ.....	30
3.1 INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ESTRUTURA AGRÁRIA REGIONAL.....	30
3.2 O SURGIMENTO DO DEBATE ENTRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.....	36
3.3 O SURGIMENTO DE OURILÂNDIA E TUCUMÃ.....	39
3.4 A CRIAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO CAMPOS ALTOS.....	42
4 A DISPUTA PELO TERRITÓRIO ENTRE A MINERAÇÃO ONÇA PUMA E OS AGRICULTORES ASSENTADOS NO PA CAMPOS ALTOS.....	45
4.1 PRIMEIRA PARTE DO CONFLITO: A AÇÃO DA EMPRESA MINERAÇÃO ONÇA PUMA/CANICO E A DESINFORMAÇÃO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS.....	45
4.2 A SEGUNDA FASE DO CONFLITO AÇÕES DA VALE/ONÇA PUMA E A REAÇÃO ORGANIZADA DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS.....	60
4.3 AS NEGOCIAÇÕES E AS CONQUISTAS.....	69
5 A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA VIDA NO PA UNIÃO: POSSIBILIDADES E CONSTRANGIMENTOS.....	71
5.1 AS PENDÊNCIAS DO ACORDO CELEBRADO ENTRE AVALE E O INCRA.....	71
5.2 A INSTALAÇÃO DA NOVA MORADA: PROMESSAS E REALIDADE.....	78
5.3 CONQUISTAS COLETIVAS DOS AGRICULTORES COM A VALE.....	83
5.4 O PA CAMPOS ALTOS APÓS A SEGUNDA DESAFETAÇÃO.....	89
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS	104

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970 o Governo Federal implantou projetos agropecuários e minerais em toda a região amazônica. Como suporte a esses projetos o Governo financiou a construção de rodovias, hidrelétricas, aeroportos e modernizou o sistema de comunicações. Além disso, criou políticas de incentivo fiscal e de redução de impostos. Esse conjunto de fatores associados a problemas regionais como a estiagem no nordeste e conflitos agrários em outras regiões contribuíram para uma ocupação desordenada na Amazônia, iniciando um ciclo de conflitos pelo acesso aos recursos naturais.

O aumento da demanda internacional por minérios (ferro, bauxita, manganês, caulim e outros), despertou o interesse de empresas mineradoras na Amazônia. A US Steel, empresa de capital norte americano, já havia identificado o potencial de algumas jazidas de ferro na região sudeste do estado do Pará (HALL, 1991). A partir desse momento o Governo Federal cria mecanismos para regulamentar e iniciar a exploração mineral na região sudeste paraense, mais especificamente na Serra dos Carajás.

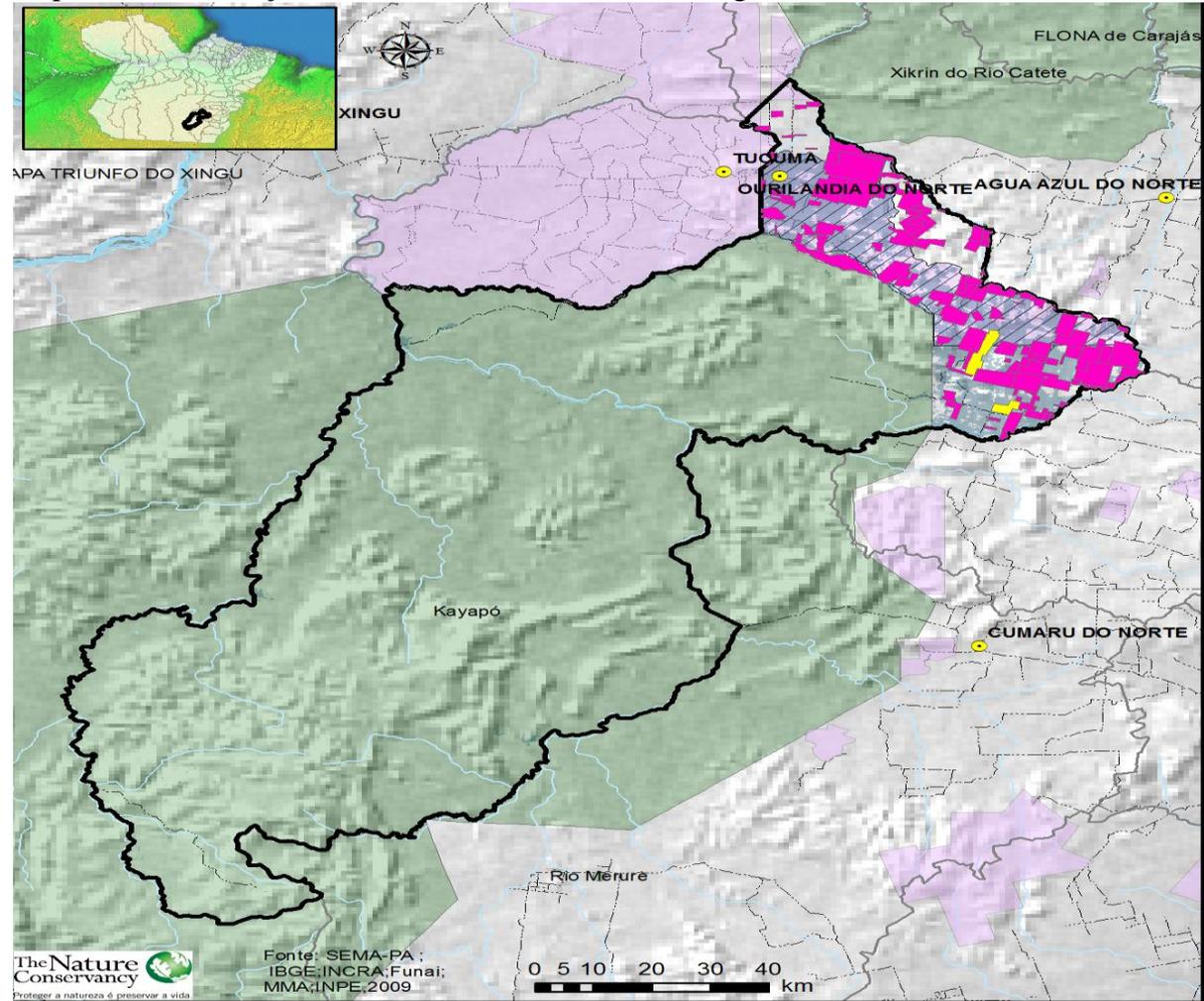
Na década de 1980 a empresa mineradora Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), na época uma empresa estatal, se estabeleceu na Serra dos Carajás (HALL, 1991; LOUREIRO, 2004) provocando mudanças econômicas, sociais e ambientais na região. Ao longo das últimas décadas a exploração mineral no sudeste paraense se expandiu para além da Serra dos Carajás e ampliou o leque de minerais explorados. Inicialmente concentrados nos municípios do entorno da Serra e no minério de ferro, passou nos anos recentes a atingir vários municípios e a explorar minérios como o cobre, o manganês e o níquel. Esse movimento de expansão da mineração inclui também o impacto sobre as populações.

Recentemente várias comunidades de agricultores vêm sendo impactadas pela exploração mineral no sudeste paraense. O município de Ourilândia do Norte é um dos casos exemplares desse tipo de conflito envolvendo área de mineração e agricultores. Esse caso tem ainda a singularidade de envolver dois Projetos de Assentamento, (PA Campos Altos) e Tucumã (PA Tucumã) criados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O município de Ourilândia do Norte-PA pertence à Mesorregião do Sudeste paraense e à Microrregião de São Félix do Xingu, e apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 06° 46' 30" de latitude Sul e 51° 05' 25" de longitude a Oeste de Greenwich. O referido município se limita ao Norte com Água Azul do Norte, a Leste com Rio Maria, Bannach, Cumarú do Norte e Santana do Araguaia e ao Sul e Oeste com São Félix do Xingu.

O município de Ourilândia do Norte possui uma configuração atípica, isto é, da área total do município que é de 14.339,42 km², 85% pertencem à área indígena (Kayapó) com uma extensão de 12.188,15 km², restando 15% de área agricultável o equivalente a 2.151 km². Observe essa divisão no mapa abaixo, o contorno preto representa a área total do município, a parte cinza corresponde à área indígena e a parte colorida corresponde à área agricultável:

Mapa 01 – Localização de Ourilândia do Norte, Mesorregião do Sudeste Paraense.



Fonte: Secretaria do Meio Ambiente de Ourilândia do Norte – PA.

A população de Ourilândia do Norte foi estimada em 27.359 habitantes (IBGE/2010), com uma organização espacial predominantemente urbana, isto é, 72% da população residem na zona urbana e apenas 28% residem na zona rural. Salienta-se que essa configuração foi invertida nos últimos anos, pois até a década de 1990 a maioria da população residia na zona rural. A distribuição das propriedades rurais no município está configurada conforme a tabela abaixo:

Tabela 01- Dados referentes ao tamanho das propriedades rurais em Ourilândia do Norte- PA

Nº de Propriedades	Tamanho da Propriedade	Total da Área Ocupada
53	1 à 25 hectares	1.024 hectares
182	26 à 50 hectares	8.331,06 hectares
140	51 à 100 hectares	11.212,41 hectares
91	101 à 300 hectares	17.574,07 hectares
25	301 à 500 hectares	9.354,13 hectares
12	501 à 1.000 hectares	8.363 hectares
05	1.001 à 2.000 hectares	7.790,96 hectares
03	+ 2.000 hectares	38.059,60 hectares

Fonte: Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ) – 2012.

Conforme demonstra os dados da tabela acima, em Ourilândia há uma forte concentração de terras, visto que apenas 08 fazendas ocupam 45.850,56 hectares, isto representa 46% da área rural. Não obstante, há 503 pequenas propriedades distribuídas em 55.858,83 hectares, representando 54% da área total cadastrada na ADEPARÁ.

A cidade de Ourilândia se originou com a implantação do projeto de colonização privado intitulado Projeto Tucumã, que se iniciou na década de 1980 pela Construtora Andrade Gutierrez. Durante o processo de desenvolvimento urbano a referida cidade passou pelo ciclo do ouro, da madeira e da pecuária tornando-se uma região de destaque na produção de carne, leite e cacau, devido à predominância de terras férteis.

A partir de 2001 com os trabalhos de prospecção realizados nas áreas próximas à Serra Puma, a mineração passou a fazer parte do contexto socioeconômico do município. Em 2003 com o fim das pesquisas a empresa canadense Canico Mineração do Brasil Ltda, por meio de sua subsidiária no Brasil, a empresa de Mineração Onça Puma (MOP) solicitou ao INCRA a desafetação de uma área de 3.286 ha¹ para fins de exploração do minério níquel laterítico.

Antes mesmo da aprovação da primeira solicitação de desafetação, a MOP protocolou dois outros pedidos de 6.250 ha² e 5.250 ha³ nos municípios de Ourilândia, Água Azul do Norte, Parauapebas, Tucumã e São Félix do Xingu. Apesar das jazidas de níquel estarem localizadas em duas serras da região cujos nomes são Onça e Puma, a área correspondente aos três pedidos de desafetação atingiu parte do PA Campos Altos e do PA Tucumã, que ficam nos municípios de Ourilândia e Tucumã respectivamente. Esses Projetos de Assentamentos foram criados há mais de uma década, e as famílias já haviam constituído um sistema de produção relativamente estável com base na agricultura e pecuária de leite.

¹ Portaria de Lavra nº 429, de 20/11/2006.

² Portaria de Lavra nº 498, de 14/12/2006.

³ Portaria de Lavra nº 499, de 14/12/2006.

Em 2005 a Empresa de Mineração Vale comprou a empresa subsidiária MOP/Canico, passando para a denominação Vale/Inco e assumiu as atividades relativas à exploração do níquel nas serras Onça e Puma. Antes que o INCRA e os órgãos competentes se manifestassem sobre os pedidos de desafetação, a MOP (seja no domínio da Canico, seja no domínio da Vale) iniciou o processo de negociação com as famílias assentadas visando à desocupação da área. No primeiro momento a Empresa logrou êxito ao indenizar um grupo de mais de 100 famílias entre 2003 a 2007. Essas famílias faziam parte da área relativa ao primeiro pedido de desafetação. A partir de 2008 as famílias assentadas deram início a um processo de resistência às propostas de indenização feitas pela empresa mineradora Vale/Inco. Só a partir dessa data os órgãos governamentais começaram a atuar de forma sistemática em relação à negociação entre a empresa mineradora e as famílias assentadas.

Essa mudança de finalidade na área solicitada pelas mineradoras provocou uma série de conflitos entre as empresas e os agricultores assentados pelo INCRA. Diante desses fatos foram elaboradas algumas perguntas que nortearam esse trabalho: Quais os efeitos causados aos Agricultores Familiares em decorrência do processo de negociação visando à desapropriação dos lotes agrícolas para efeito de extração de níquel pelas empresas de Mineração Onça Puma e Vale? Quais as ações adotadas pelas empresas mineradoras na negociação com os assentados? Quais atores participaram e qual foi a contribuição de cada entidade nas negociações e acordos firmados entre a empresa e os agricultores?

O meu interesse por esse tema surgiu desde a graduação com a disciplina Sociologia do Meio Ambiente onde tive contato com diversos autores (ALMEIDA, 1991; BECKER, 1990; LOUREIRO, 1992; PINTO, 1995) que analisavam criticamente a forma de implantação dos grandes projetos na Amazônia. Até então eu não sabia que os municípios de Tucumã e Ourilândia, também possuíam outros minérios além do ouro. No ano de 2003 eu participei das primeiras audiências públicas promovidas pela MOP, que tinha como objetivo apresentar para as comunidades locais o Projeto de Extração do Níquel nas Serras Onça e Puma que ficam localizadas nos municípios de Ourilândia do Norte e São Félix do Xingu.

Em 2005 o INCRA promoveu o evento intitulado Programação Operacional (PO) que tinha como objetivo discutir com os movimentos sociais a aplicação dos recursos para os municípios da PA-279. O referido evento foi realizado na cidade de Ourilândia do Norte, e eu participei como representante do município de Tucumã na função de vice-prefeita⁴. Durante o encontro ouvi relatos de agricultores que estavam na área do entorno do projeto da MOP, e

⁴ Fui vice-prefeita do município de Tucumã-PA, no período de 2005-2008.

eles denunciavam para a superintendente do INCRA⁵ na época, a forma que a empresa estava adentrando em seus lotes. Questionavam também os impactos sociais causados pela saída das famílias que já haviam negociado suas terras com a empresa. Esses fatos despertaram-me o interesse em aprofundar esse assunto para compreender melhor o processo de implantação da mineração e os seus impactos para a população local.

O segundo passo foi procurar na biblioteca da Universidade Federal do Pará (UFPA), para verificar se existia algum estudo referente a essa temática nessa região, e constatei que havia inúmeras pesquisas sobre a mineração, grandes projetos na Amazônia, mas não um estudo específico envolvendo os agricultores familiares e a mineração em Ourilândia do Norte-PA. Dessa forma apresentei o tema “Mineração e Agricultura Familiar” e consegui ingressar no Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia – Núcleo de Ciências Agrária na UFPA no ano de 2010.

Nesse momento eu precisava superar o pragmatismo de quem se encontrava de alguma forma envolvida no processo, seja pela proximidade de alguns atores sociais integrantes diretos do processo de negociação, ou ainda como componente de uma comunidade que embora não faça parte dos municípios que abrangem a jazida mineral, sofre diretamente os impactos por compor a área do entorno do projeto.

Nesse sentido, guiada pelo objetivo de sair do senso comum e adentrar o campo científico, foi necessário adotar alguns critérios da metodologia científica exigido nas ciências sociais. Nessa empreitada me orientei pelo método elaborado por Pedro Demo (1995), que cita quatro critérios que fazem parte da própria tessitura da ciência: a coerência, a consistência, a originalidade e a objetivação. Para o referido autor não existe o critério da objetividade porque ele considera que não há conhecimento objetivo. A objetividade foi substituída pelo critério da objetivação que “significa a tentativa de descobrir a realidade social assim como ela é, mais do que como gostaríamos que fosse. Ainda que a ideologia seja intrínseca, é fundamental buscar controlá-la, pois a meta da ciência é a realidade, não sua deturpação” (DEMO, 1995, p. 20). Procurei me guiar por esses caminhos para que eu pudesse alcançar o nível exigido do trabalho científico.

O objetivo do presente trabalho é de analisar o conflito socioambiental estabelecido na área de mineração e a (re) organização territorial dos Agricultores Familiares do Projeto de Assentamento Campos Altos provocado pela instalação e operação de extração do níquel laterítico pelas empresas de Mineração Onça Puma e Vale no município de Ourilândia do

⁵ A superintendente do INCRA nessa época era a Sr^a Bernadete Ten Caten.

Norte. Com este propósito procurei investigar e descrever os fatores determinantes ao surgimento do conflito, e a forma que as entidades governamentais e não governamentais ligadas às questões agrárias participaram nesse processo. Procurei também investigar os efeitos da implantação desse projeto para os agricultores familiares assentados pelo INCRA.

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi norteada pela abordagem qualitativa, visto que esse método fornece uma compreensão melhor e mais profunda dos fenômenos sociais. Segundo Haguette (1995, p. 20) “os qualitativistas afirmam a superioridade do método, porque o aspecto subjetivo possui a maior relevância da ação social, isso quer dizer que os métodos quantitativos são incapazes de dar conta dos fenômenos complexos e dos fenômenos únicos”. O método quantitativo também é valorizado nas ciências sociais, porém ele deixa escapar importantes aspectos relacionados com a condição humana.

A pesquisa bibliográfica foi feita com base nos estudos realizados anteriormente referentes à mineração na Amazônia Oriental e disponível em livros, apostilas, revistas, dissertações, teses entre outros. A pesquisa documental, como o próprio nome diz, teve como fonte todo tipo de documentos como: jornais e foto da época, Decretos, Relatórios Oficiais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), Processos Administrativos do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM), **Ação Civil Pública impetrada na Justiça Federal pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), bem como Ação Civil Pública da Comissão Pastoral da Terra contra a Mineração Onça Puma.**

Utilizei também a pesquisa de campo considerando a realidade, o concreto, o cotidiano e os sujeitos envolvidos para compreender melhor a situação dos agricultores que negociaram ou não com as empresas mineradoras. Nos meses de setembro a dezembro de 2011 em que fui a campo, utilizei os recursos como entrevistas semi-estruturadas combinando perguntas abertas e fechadas nas entrevistas com os agricultores, utilizando também a observação participante em reuniões com a Vale, INCRA e os assentados. No meu entendimento, os relatos orais dos agentes envolvidos nos dão uma interpretação do fenômeno, a partir dos atores que dele participam.

A pesquisa de campo foi classificada como um estudo de caso que se limita às possibilidades de generalização dos resultados obtidos, pois as observações realizadas referem-se sempre ao caso estudado. Isso também não quer dizer que estas experiências não se repitam de maneira semelhante em outras localidades, visto que nessa região do Sul e Sudeste paraense, encontra-se a maior concentração mineral e casos parecidos podem ocorrer em outros municípios. Dessa forma procurei analisar o conflito partindo do discurso dos

próprios atores sociais envolvidos, e fazendo um paralelo com outras fontes secundárias. Isso porque aprofundar a observação em estudos da mesma natureza abre possibilidades de abstração e de reflexão sobre os sistemas político, social e econômico do projeto em questão.

Com esse propósito realizei nos meses de setembro a dezembro de 2011 quatro viagens de campo nas seguintes localidades: Belém, Marabá, Tucumã, São Félix do Xingu e Ourilândia do Norte, para realizar entrevistas com os agricultores familiares assentados pelo INCRA no PA Campos Altos, agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Centro de Educação Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP), funcionários do INCRA e representantes políticos da região. Nessa etapa do trabalho contei com o apoio dos agentes da CPT que me informaram os nomes dos agricultores que participaram e/ou participam das comissões de negociação com a mineradora, bem como os que ocuparam cargo de presidência em associações, sindicatos ou congêneres. Isso foi muito positivo visto que as entrevistas foram bem ricas em detalhes contribuindo de maneira significativa na construção das fontes primárias.

Foram feitas 28 entrevistas com diversos atores sociais que estiveram ou estão envolvidos no processo de desafetação da área para fins de mineração. Para resguardar os entrevistados, estes foram representados por números, iniciais de nome e sobrenome, função ou cargo que ocupam. Salienta-se que com referência a Vale foi enviado ofício solicitando uma entrevista com o funcionário que acompanhou e/ou acompanha as negociações e aguardei resposta nos meses de setembro, outubro e novembro de 2011, até que fui atendida pelo Gerente Geral de Responsabilidade Social da Vale, e este me informou que não foi autorizado a falar em nome da empresa. O referido funcionário entregou-me uma cartilha elaborada pela Vale, e alguns folhetos afirmando que neles continham todas as ações da mineradora.

Utilizei também as fontes secundárias como as ações judiciais, relatórios e documentos produzidos por órgãos governamentais (INCRA, SEMA, DNPM), documentos produzidos por entidades que prestaram assessorias aos agricultores (CPT, CEPASP, STR), assim como manchetes de jornais, revistas e fotos que registraram o conflito estabelecido em quase uma década.

A dissertação está estruturada em seis partes: esta Introdução, quatro (4) segmentos intermediários e as Considerações Finais. O segundo segmento foi intitulado: **2-Alguns Aspectos do Debate Teórico sobre os Conflitos Sociais** e apresenta de maneira sucinta o debate sobre a teoria clássica dos conflitos sociais e o processo de construção da teoria contemporânea dos conflitos socioambientais. A terceira parte intitulada: **3-As Políticas**

Públicas de Desenvolvimento e a Ocupação da Região Sul e Sudeste do Pará e aborda a forma de ocupação da região Sul e Sudeste paraense. Salienta as políticas governamentais e o incentivo à migração e a concentração de terras. Contextualiza a influência da crise ambiental global na política nacional e como a Amazônia está inserida nesse contexto. Detalha a implantação do Projeto de Colonização Tucumã e o surgimento das cidades de Tucumã, Ourilândia do Norte, e o histórico do Projeto de Assentamento Campos Altos. A quarta parte nomeada: **4-Disputa pelo Território entre a Mineração Onça Puma/Canico e a Desinformação das Famílias Assentadas** evidencia a instalação da mineradora canadense e a relação com as famílias assentadas. Identifica o surgimento do conflito da empresa com os agricultores no município de Ourilândia do Norte. Apresenta os acordos efetuados nas primeiras negociações entre a MOP/Canico e os agricultores, evidenciando também o momento que a Vale compra a MOP/Canico. Detalha como a Vale tentou negociar com os agricultores, e as entidades que estiveram presentes nesse processo, assim como as estratégias de resistência nas negociações. O quinto segmento: **5-Construção de uma nova vida no PA União: Possibilidades e Constrangimentos** ressalta a re(organização) territorial dos agricultores que saíram do PA Campos Altos, abordando as conquistas dos agricultores nas negociações com a Vale e as frustrações pela falta de cumprimentos de inúmeros acordos. Evidencia a situação dos agricultores que ainda permanecem no PA Campos Altos. E por último a sexta parte: **6-Considerações Finais** com algumas reflexões referentes à relação da mineração e o desenvolvimento local e as consequências da implantação do projeto de extração mineral em Ourilândia do Norte-PA.

2 ALGUNS ASPECTOS DO DEBATE TEÓRICO SOBRE OS CONFLITOS SOCIAIS

Pretendo nesse segmento apresentar de forma sucinta alguns elementos das principais teorias que tratam sobre o conflito social e socioambiental. Para tanto realizo um breve resgate do debate em autores que buscam mostrar a contribuição das diferentes correntes para interpretar os conflitos sociais. Comecei com a visão de conflito social de alguns clássicos, sem o objetivo de aprofundar o assunto, mas para demonstrar que o conceito de conflito socioambiental ainda está em processo de construção teórica na sociologia e antropologia. Em seguida apresento alguns autores contemporâneos como: Hannigan (2004), Little (2001) e Acselrad (2004), que trazem uma grande contribuição para a reflexão e aproximação desse atual fenômeno que é o conflito socioambiental.

2.1 NOÇÃO GERAL DE CONFLITO

Desde a antiguidade os conflitos acompanharam as relações sociais, visto que os mesmos constituem uma das formas de interação entre indivíduos ou grupos sociais. Como uma das formas mais antiga de interação social, faz-se necessário salientar que foi com o aumento da população humana, a ampliação do conhecimento científico para produção de armas, concomitantemente a formação e delimitação do Estado Nação, que se intensificaram os conflitos (BARBANTI JR, 2004).

O debate teórico sobre este tema ficou reduzido aos campos da Sociologia e da Economia Política no século XIX até a década de 70 do século XX. A princípio a Revolução Francesa e a Revolução Industrial na Inglaterra, serviram de apoio a vários cientistas sociais clássicos que estudaram e forneceram diversas interpretações para os conflitos sociais.

Autores como Auguste Comte e Émile Durkheim consideravam que todo grupo social em seu estado normal é harmônico e equilibrado, e quando essa harmonia é quebrada surgem as perturbações que geralmente possuem motivações fora dos grupos sociais (ARON, 1999). Essas “perturbações” foram denominadas de patologias sociais que deveriam ser reprimidas e eliminadas.

Para Durkheim os problemas sociais não eram de ordem econômica, mas, sim decorrentes da falta de organização e de moralidade que são próprias da natureza humana, e cuja correção ele considerava relativamente fácil. Para o referido autor “o problema social é essencialmente um problema moral, e a crise das sociedades contemporâneas é uma crise moral, cujo fundamento pode ser encontrado na estrutura da sociedade” (DURKHEIM apud

ARON, 1999, p. 529). Para se conseguir esta ordem social é necessário “a criação de órgãos intermediários entre o indivíduo e o Estado, dotados ao mesmo tempo de autoridade moral e autoridade social” (Aron, 1999, p. 343). Nessa concepção o conflito é visto como uma “perturbação” que deve ser reprimido e eliminado. Nessa perspectiva o conflito é considerado uma patologia social.

Numa direção completamente oposta se apresenta a perspectiva de conflito que possui suas raízes na obra de Karl Marx em sua crítica ao capitalismo. Para Marx (2003) em nenhuma sociedade a harmonia ou o equilíbrio foram normais, visto que qualquer grupo ou sistema social é constantemente marcado por conflitos. Marx (2003, p. 22) analisou o aspecto econômico da sociedade moderna e destacou que: “a economia política burguesa, isto é, a que vê na ordem capitalista a configuração definitiva e última da produção social, só pode assumir caráter científico enquanto a luta de classes permaneça latente”. O referido autor considerava que a luta entre a burguesia e o proletariado era extremamente importante porque esse conflito representava a alavanca para a mudança social.

Nessa corrente baseada no pensamento marxista os conflitos são de natureza econômica e surgem devido à posse e controle desigual da propriedade em especial da propriedade produtiva. “A vida social é moldada por grupos e indivíduos que lutam ou concorrem entre si por recursos e recompensas variados, do que resultam distribuições peculiares de riqueza, poder e prestígio na sociedade” (MARX apud JOHNSON, 1997, p. 172). A perspectiva do conflito possui um dos principais enfoques teóricos do pensamento e da análise sociológicos.

Georg Simmel (1983) estudou o conflito e o classificou como a forma mais importante de interação social. Para o referido autor, o conflito é um elemento integrador das interações sociais, e é analisado dentro de uma perspectiva positiva, pois são formas que prevalecem nas interações de convivência social. Observe a argumentação de Simmel (1983):

O próprio conflito resolve a tensão entre os contraste. [...] Essa natureza aparece de modo mais claro quando se compreende que ambas formas de relação – a antitética e a convergente – são fundamentalmente diferentes da mera indiferença entre dois ou mais indivíduos ou grupos (SIMMEL, 1983, p. 123).

Nesse contexto a desarmonia e o desequilíbrio é que constituem um bem para a sociedade, pois é através dos conflitos que surgem as mudanças e os avanços no sentido de obter melhorias para determinados indivíduos ou grupos sociais. Isso porque o conflito “cria um patamar, um tablado social, à semelhança de um palco teatral, espaço onde as partes podem se encontrar em um mesmo plano situacional, e desta maneira, impõe-se um

nivelamento” (SIMMEL, 1983 apud ALCANTARA JR, 2005, p. 8-9). Para o referido autor quando o conflito é considerado uma forma social ele possibilita momentos de construções e destruições, quer sob as instituições, estruturas, arranjos, processos, relações e interações sociais. Dessa forma Simmel (1983) considera que os conflitos sociais são benéficos, pois são capazes de provocar e até modificar determinadas situações. Essa corrente desenvolveu várias linhas de questionamento que englobam o mundo da política e as relações e interações interpessoais.

O cientista político Norberto Bobbio afirma que quando há uma tentativa de eliminar o conflito social pela força coercitiva, como nos casos de sistemas autoritários, ocorre uma ação desencadeadora de reviravoltas, isto é ele se apresenta novamente com uma intensidade redobrada. Nesta concepção não há solução definitiva para os conflitos sociais e dificilmente ocorre a supressão dos conflitos, assim como também dificilmente “ocorre a plena resolução dos conflitos, isto é a eliminação das causas, das tensões, dos contrastes que originaram os conflitos” (BOBBIO et al., 2010, v. 1, p. 228).

Diante dessas situações conflituosas há uma necessidade de normatizar as relações dos envolvidos, com regras discutidas por ambas as partes:

O processo ou a tentativa mais frequente é o de proceder à *regulamentação* dos Conflitos, isto é, à formulação de regras aceitas pelos participantes que estabelecem determinados limites aos Conflitos. A tentativa consiste não em pôr fim aos Conflitos, mas em regulamentar suas formas de modo que suas manifestações sejam menos destrutíveis para todos os atores envolvidos. Ao mesmo tempo a regulamentação dos Conflitos deve garantir o respeito das conquistas alcançadas por alguns atores e a possibilidade para os outros atores de entrar novamente em Conflito. O ponto crucial é que as regras devem ser aceitas por todos os participantes e, se mudadas, devem ser mudadas por recíproco acordo. Quando um Conflito se desenvolve segundo regras aceitas, sancionadas e observadas, há uma institucionalização⁶ (BOBBIO et al., 2010, v. 1, p. 228).

Nessa perspectiva a normatização dos conflitos não garante o fim do conflito em si, mas ao contrário afirma a sua existência, bem como o potencial conflitivo. Para o referido autor moderar ou tentar controlar o conflito faz parte da institucionalização do conflito uma vez que cria regras e normas precisas e dentro do possível aceitas por todos os atores. Há uma diversidade de conflitos sociais e eles podem se apresentar em distintas formas, bem como possuir uma variedade de origens como os de ordem familiar, religiosa, política, técnica, ambiental entre outras.

⁶ Institucionalizar o Conflito significa que, através da definição de normas e regras aceitas pelas partes que se contrapõem, normas que habitualmente se traduzem na prática de contratação coletiva, o potencial antagonístico não será voltado para a tentativa de destruir o outro, mas pelo esforço de obter do outro o maior número possível de concessões. (BOBBIO, 2010, v. 1, p. 229)

2.2 APROXIMAÇÃO AO CONCEITO DE CONFLITO SOCIOAMBIENTAL

A questão ambiental explodiu como tema das ciências sociais nas três últimas décadas do século passado (ALONSO; COSTA, 2002). A crise ambiental na Europa e nos Estados Unidos na década de 1970, contribuiu para a centralidade da Ecologia transformando-a num modelo científico usada para sistematizar, expandir e revigorar moralmente o ambiental. Foi nesse processo que a Ecologia adquiriu uma nova textura: mais política, mais universal e mais ‘subversiva’ (HANNIGAN, 2009). Nesse contexto a questão ambiental alcançou o status de problema global na década de 1980, e contou com a participação da sociedade civil organizada, a mídia e os governos de todas as regiões do planeta que alertaram para este grave problema.

Os movimentos ambientalistas contemporâneos ajudaram a trazer o enfoque sociológico para a questão ambiental e contribuíram para a discussão sobre os processos de constituição de conflitos entre grupos sociais na disputa pelo uso dos recursos naturais (CHAV et al., 2008). Assim o debate em torno dos conflitos ambientais deixou de pertencer exclusivamente ao meio biofísico, perpassando na atualidade por diversas áreas entre elas a econômica, a social e a política. Destaca-se que “à medida que se ampliou e aprofundou o debate em torno da problemática ambiental, os conflitos se tornaram mais agudos e as soluções mais problemáticas” (ALONSO; COSTA, 2000, p. 45).

Segundo Hannigan (2004) a intensificação dos problemas ambientais se deram devido a uma consequência relativamente direta, ou ao menos uma clara correlação da industrialização e da acumulação capitalista, isso quer dizer que a partir da Revolução Industrial os problemas ambientais se tornaram mais intensos. É neste contexto que a Sociologia Ambiental surge com o objetivo de analisar as relações entre a sociedade e o meio ambiente, visto que não é um trabalho nada fácil, dada a complexidade que este tema envolve. Uma das maiores dificuldades na Sociologia Ambiental consiste em “conciliar a teoria em um nível macro sobre o meio-ambiente, com dados mais particularizados da análise” (HANNIGAN, 2004, p. 216).

Henri Acselrad (2004) descreve as dificuldades de caracterizar as especificidades dos conflitos ambientais, e o autor divide em dois paradigmas os conflitos ambientais: o evolucionista e o economicista. Para o primeiro grupo o tema meio ambiente possui relação com as formas adaptativas do homem como espécie animal, e não permite captar o conteúdo político dos divergentes projetos, que geralmente resultam em situações conflituosas. Já na

abordagem economicista os conflitos estão associados ao acesso e uso dos recursos naturais decorrente da dificuldade de se definir a propriedade sobre os recursos (ACSELRAD, 2004).

As complexidades teóricas da caracterização do ambiental é um campo específico de construção e manifestação do conflito. Para Acselrad (2004, p.19) há vários elementos que devem ser considerados no mapeamento do conflito entre eles os aspectos culturais, as posições sociais que os atores ocupam, e os projetos que eles defendem, bem como o projeto de desenvolvimento em que estão inseridos. Observe a afirmação do autor:

As lutas por recursos ambientais são, assim, simultaneamente lutas por sentidos culturais. Pois o meio ambiente é uma construção variável no tempo e no espaço, um recurso argumentativo a que atores sociais recorrem discursivamente através de estratégias de localização conceitual nas condições específicas da luta social por ‘mudança ambiental’, ou seja, pela afirmação de certos projetos em contextos de desigualdade sociopolítica.

Esta reflexão demonstra que o conflito ambiental envolve diversas variantes sociais e se torna impossível de ser reduzido a questões relacionadas exclusivamente ao meio biofísico. Assim o conflito é ambiental porque envolve a disputa por recursos naturais, sem deixar de considerar os aspectos econômicos, sociais e políticos dos atores envolvidos.

Nessa vertente de analisar o conflito ambiental sem dissociar das questões sociais, o antropólogo Paul Little (2001) considera os conflitos ambientais como um campo de estudo e de ação política denominando-o de conflito socioambiental. Para o referido autor “cada ator social tem sua própria forma de adaptação, ideologia e modo de vida que entram em choque com as formas dos outros grupos, dando assim a dimensão social do conflito ambiental” (LITTLE, 2001, p. 108). Nesta perspectiva os conflitos ambientais necessitam ser analisados desde a forma de ocupação de determinado espaço bem como as relações estabelecidas a níveis regional, nacional e global.

Partindo do princípio que os conflitos ambientais estão no campo de ação política, faz-se necessário analisar a questão ambiental na Amazônia dentro do contexto nacional, internacional e regional. Nessa perspectiva Castro (2004) sublinha que a Eco-92 foi um marco fundamental para a formação de uma consciência ambiental nacional. Neste evento promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1992, inúmeras críticas foram feitas pela forma de desenvolvimento adotada pelo Governo Brasileiro, que acelerou a destruição da floresta e desrespeitou as populações locais na Amazônia.

Foi neste clima que a sociedade civil organizada se colocou no debate e participou “com o objetivo, de checar as propostas de políticas públicas e responder aos problemas e

demandas sociais diversas” (CASTRO, 2004, p.57). Desta forma percebe-se que a Amazônia entra no contexto internacional influenciada pela crise ambiental global.

Partindo desta conjuntura e na tentativa de compreender os atuais conflitos socioambientais, que estão intensificando-se no Sul e Sudeste paraense, esta reflexão possibilitará a ampliação do debate sobre o conjunto de atores sociais envolvidos e os efeitos sociais para a região. As políticas de apoio do Governo Federal para a mineração industrial, que se iniciou na década de 80 com o Programa Grande Carajás (PGC), contribuíram para ampliar a polêmica discussão sobre a relação entre mineração industrial e desenvolvimento regional.

Segundo Becker (2010, p. 224) a partir da década de 1970 a Amazônia ganhou uma nova configuração, ela se tornou uma selva urbanizada e industrializada, e a sociedade civil se organizou de uma forma nunca vista antes. Verifique a afirmação da autora:

Hoje, a grande fronteira assume novo significado e nova escala, expressando o conflituoso processo de transição para um novo padrão de inserção do Brasil no sistema mundial. Processo que decorre, por um lado, das rápidas e intensas transformações do sistema capitalista no final do milênio e, por outro lado, do esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista dirigido pelo Estado, e da democratização do país. Processo que se materializa em vetores de transformação regional.

Nesse quadro o Governo Federal comandou o processo de modernização que se baseou nos seguintes componentes: “a) grandes redes de integração espacial; b) superposição de territórios federais aos territórios estaduais; c) subsídios ao fluxo de capital para apropriação privada da terra; d) incentivos à imigração para ocupar o território e formar mão de obra” (BECKER, 2010, p. 225). Para a autora o resultado desse processo consistiu em núcleos de modernização como a Zona Franca de Manaus e os grandes projetos minerais. Mas a forma violenta de implantação aliada aos privilégios concedidos aos grupos econômicos ocasionou conflitos generalizados, sociais e ambientais. Becker(2010, p. 225) destaca que a propaganda pelo acesso à terra na Amazônia e a implantação dos projetos minerais provocou “a luta pela terra e, a seguir, a luta por territórios, acompanhando a escala crescente dos projetos na região. Os conflitos se intensificaram com a crise financeira e política do Estado”.

Nesse contexto de luta pela terra e por território tem provocado inúmeros conflitos no Sul e Sudeste do Pará. Dentre os conflitos socioambientais na região destaca-se o caso de Ourilândia do Norte onde a área destinada para implantação do Projeto de Mineração coincidiu com parte do Projeto de Assentamento denominado Campos Altos. Para o geógrafo

Milton Santos (2000, p.12) o conflito não é apenas pelo território em si mesmo, mas pelas relações sociais estabelecidas por determinados grupos:

O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo. [...] O território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro, a própria complexidade do seu uso.

Numa reflexão sobre esse conceito verifica-se que há uma divergência entre o território como recurso e o território como local de produção e reprodução social. Para as empresas capitalistas, nesse caso as mineradoras, o território é um recurso e garantia de realização de seus interesses particulares, não obstante para os agricultores familiares o território usado é um local de adaptação constante ao meio geográfico, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam sua reprodução social (SANTOS, 2000). A implantação dos projetos de mineração traz para os agricultores a preocupação com a desterritorialização, isto é, representa a saída do espaço familiarizado e com determinada estabilidade socioeconômica para recomeçar em lugares muitas vezes desconhecidos.

Para Coelho et al. (2010) a implantação das empresas mineradoras na Amazônia em áreas tradicionalmente ocupadas por migrantes oriundos de diversas regiões do país, os territórios assumiram importância no sentido de dar visibilidade aos atores não hegemônicos. Porque neste sentido existe uma discordância de valores com referência ao território: enquanto para a população local os seus territórios organizados e os espaços vividos trabalhados estimulam e facilitam a cooperação entre os atores sociais, para as empresas os territórios adquiriram um caráter político num novo contexto de lutas em redes pelo poder (COELHO et al., 2010).

Nesta perspectiva Acsehrad (2009) analisa o território a partir dos modelos de desenvolvimento historicamente adotado, que se configura em dois tipos: 1) o território de mercado que tem acentuado a apropriação privada aliada à adoção de ocupação em larga escala que tem sido ambientalmente agressiva e devoradora dos recursos naturais; 2) do outro lado a multiplicidade de territorialidades definidas pelas lutas sociais que questionam a monocultura e a produção de divisas a qualquer custo.

Verifica-se que nas regiões de fronteiras em expansão capitalista como o Sul e Sudeste do Pará, a economia está voltada para a produção de matérias primas e *commodities*. Esta concepção de desenvolvimento tem sido questionada por diversas categorias da sociedade

civil organizada. Acsehrad (2009, p.144) enfatiza a necessidade de regulamentação socioambiental:

[...] o modelo encontra resistência de agricultores familiares, trabalhadores agroextrativistas e povos indígenas. Nessas regiões reivindica-se a construção de formas efetivas de regulamentação socioambiental das atividades promovidas pelas grandes empresas, de tal maneira que suas realizações econômicas não violem a legislação ambiental em vigor e os direitos das populações locais.

Esse modelo de desenvolvimento tem se demonstrado excludente aumentando ainda mais as desigualdades regionais. A população local na Amazônia vem se organizando no sentido de apresentar resistência ao modelo proposto para a região. A partir da década de 90 os movimentos sociais se multiplicaram e inovaram no sentido de unir a questão social e a questão ambiental, respaldada pela Constituição de 1988. Esse Direito se efetivou também com a criação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental que após vários debates inclusive sobre o “racismo ambiental”⁷ elaborou uma declaração mais ampla garantindo que “nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões políticas e de programas federais, estaduais, locais [...]” (ACSELRAD, 2009, p. 41).

A liberdade ilimitada de movimento para os capitais, aliada a uma fraca atuação dos órgãos de controle ambiental, possibilita o aumento da desigualdade ambiental, onde ocorre a transferência de atividades predatórias para áreas onde a resistência social é menor. Nesta perspectiva constatam-se as desigualdades sociais e de poder, o que leva a um questionamento quanto à finalidade da exploração dos recursos naturais, neste caso a mineração. Desta maneira abre-se uma reflexão “esses recursos estão sendo usados para produzir o quê, para quem e na satisfação de quais interesses? [...] Para dar prioridade à geração de lucros para as grandes corporações ou para assegurar uma vida digna às maiorias?” (ACSELRAD, 2009, p. 28).

Para o presente trabalho vou me ater ao conceito segundo Acsehrad (2004) que se inscreve numa perspectiva completamente oposta ao Consenso. Para o referido autor é impossível analisar o conflito ambiental dissociado da questão social que envolve ao mesmo tempo o contexto econômico, político e cultural, numa visão ampliada, fornecendo elementos para uma tentativa de compreensão deste problema que é ambiental e social ao mesmo tempo.

⁷ Expressão cunhada pelo reverendo Benjamin Chavis para designar ‘a imposição desproporcional – intencional ou não – de rejeitos perigosos às comunidades de cor’ (ACSELRAD, 2009, p. 20)

AcseLRAD (2004) aponta elementos importantes para análise e reflexão sobre o modelo de desenvolvimento adotado para a região amazônica que se fundamenta na monocultura e na exportação das riquezas naturais entre elas a mineração. A persistência deste modelo promoveu o avanço da apropriação privada e ocupação em larga escala em detrimento da agricultura familiar que engloba as populações tradicionais, os trabalhadores assentados pela reforma agrária, os indígenas entre outras. Dessa forma para “o desenvolvimento de um olhar sobre a questão ambiental, é necessário que se faça sensível ao papel da diversidade sociocultural e ao conflito entre distintos projetos de apropriação e significação do mundo material” (ACSELRAD, 2004, p.14).

Verifica-se também que as grandes corporações por si só possuem enorme poder (econômico, político) e, em determinadas situações aliada com o Estado representam uma barreira maior e mais difícil de ser vencida, por outros grupos sociais que possuem projetos bem diferenciados das classes dominantes. Nesse sentido as lutas sociais visam cessar com a sociedade espoliativa e opressora em que classes e grupos dominantes cuidam de si, à custa dos demais. A incansável batalha por Justiça Social se baseia em uma sociedade em que cessem a exploração e a opressão do homem pelo homem (LYRA, 2006).

É nessa direção que o presente trabalho pretende trilhar, analisando e refletindo as ações que estão sendo realizadas entre as grandes empresas mineradoras e os agricultores familiares assentados no PA Campos Altos no município de Ourilândia do Norte no sudeste paraense.

3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO E A OCUPAÇÃO DA REGIÃO SUL E SUDESTE DO PARÁ.

Essa parte do texto pretende mostrar de forma não exaustiva, as transformações socioeconômicas no Sul e Sudeste do Pará, ocorridas em consequência de políticas governamentais ao longo das últimas décadas. Dentre essas políticas e programas dei ênfase aquelas que influenciaram a conformação do espaço agrário regional. Mais especificamente, pretendo discutir como essas políticas influenciaram no surgimento dos municípios de Ourilândia do Norte e Tucumã.

3.1 INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ESTRUTURA AGRÁRIA REGIONAL

Na década de 1970 a região Sul paraense foi marcada por uma história de violentos conflitos agrários e definição da estrutura fundiária. Estas modificações ocorreram, devido às políticas de integração nacional que foram implantadas durante os governos militares, que aumentaram a malha viária no estado integrando fisicamente o Sul e Sudeste paraense com outras mesorregiões do estado e também com outras regiões do país.

É importante destacar que não foi só a abertura de estradas que propiciou o aumento do fluxo migratório. Em pesquisas posteriores sobre a migração para a Amazônia foi comprovado que outros fatores influenciaram nesse processo. Hébette (2004, v. 1, p.332) grande estudioso nessa área, afirma que:

A abertura de novas estradas tem, sem dúvida, facilitado a penetração desses fluxos na Amazônia; não os tem, porém, provocado. A pressão demográfica de fora sobre a Amazônia não resulta da atração da região, mas da força explosiva e expulsora das regiões de tensão fundiária. Importa convencer-se de que, apesar das aparências, a Amazônia exerce uma atração sobre o capital, não sobre a população trabalhadora. As estradas não provocam os fluxos migratórios, apenas os orientam. A propaganda desencadeada pelos meios oficiais de massa, contribuiu, é certo, para estimular a migração.

A combinação da ampliação da malha viária e a intensa propaganda dos grandes projetos resultaram numa forte migração principalmente para região Sul e Sudeste do Pará.

Assim o Governo transferiu para a Amazônia os problemas sociais provocados pela tensão fundiária no Sul e Sudeste do país. “Era necessário colocar a região amazônica como ‘alternativa’ para a solução de todos os ‘problemas nacionais’ inclusive e principalmente, aquele secular, da necessidade da reforma agrária” (OLIVEIRA, 1991, p. 70). E para camuflar os reais interesses o Governo divulga a famosa campanha “Integrar para não entregar”⁸ como principal interesse para povoar a região amazônica.

Com o propósito de implementar essa política o Governo Federal através do Decreto-Lei nº 1.106 de 1970 criou o Programa de Integração Nacional (PIN), que foi propagandeado pelos discursos oficiais como uma política em benefício ao pequeno produtor. Segundo Castro (2008) esta política “parecia mostrar que o Estado, a par dos privilégios concedidos até então exclusivamente ao setor empresarial, garantiria também espaço considerável à pequena produção agrícola em seus projetos” (CASTRO, 2008, p. 14). Para efetivar esta política a União criou o INCRA através do Decreto nº 1.110/1970 e destinou ao referido órgão as áreas desapropriadas pelo Governo Federal no Pará, situadas numa faixa de 100 km de cada lado das rodovias federais.

O 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND- 1972-74) foi criado com o objetivo de acelerar o processo de ocupação da Amazônia e para isso implantou-se o programa de colonização dirigida para pequenos agricultores. Ao INCRA foi atribuída a tarefa de assentar os milhares de migrantes ao longo das estradas Transamazônica (BR-230) e Cuiabá-Santarém (BR-165). No processo de colonização executado pelo INCRA, foi estabelecida para os agricultores uma cota de “75% de migrantes nordestinos e 25% de migrantes provenientes dos estados do Sul do país, onde a fragmentação extrema das propriedades contribuía para o acirramento dos problemas fundiários” (CASTRO, 2008, p. 15).

Desta maneira o Governo Federal apresentou a Amazônia como uma tábua de salvação, estimulou a população nordestina sem terra, sem emprego, castigados pela seca, e numa proporção menor os agricultores do Sul com dificuldade de reprodução. Segundo Hébette (2004) esta política de ocupação das terras devolutas estava relacionada com a recusa da reforma agrária no Sul e Nordeste do país.

Entretanto, a colonização dirigida oficial não obteve êxito e vários fatores contribuíram para esse fracasso, como as péssimas condições de trafegabilidade das estradas que dificultavam o deslocamento das pessoas e o escoamento da produção, a falta de crédito e

⁸ Segundo Oliveira (1991, p. 63-64) estas propagandas eram veiculadas de modo a encobrir a verdadeira intenção deste mesmo Governo, que era aquela de não interferir no processo de aquisição de terras por estrangeiros, ao contrário, alimentá-lo ainda mais, através da política dos projetos agropecuários.

assistência técnica adequada, ausência da regularização fundiária dos lotes dentre outros. Assim ao invés de resolver os problemas agrários e de latifúndio do país, apenas os transferiram para a região amazônica. Não obstante, o que deveria ser uma área colonizada por agricultores familiares, transformou-se em palco de novos latifúndios e violentos conflitos agrários.

Na década de 1970 e 1980 a cidade de Conceição do Araguaia foi uma referência econômica e política no Sul do Pará. A abertura da Rodovia PA-150 na década de 1970 e a descoberta de ouro na região, possibilitaram a formação de novas vilas e povoados mais interiorizados como Redenção, Rio Maria e Xinguará. Além da explosão da atividade garimpeira, a procura pela terra também era intensa, pois se veiculava que no Pará a terra não tinha dono. Adquirir um pedaço de terra era visto como uma forma de conquistar ascensão social e econômica para os migrantes, que em sua grande maioria foram marginalizados em seus estados de origem.

Segundo Hébette (2004) os especuladores lucraram muito com esse tipo de comércio, pois obtinham ajuda do Governo Federal que lhes cediam as terras no Sul do Pará. Houve também muitas fraudes. Os corretores falsificavam títulos de terras, amarelavam os documentos, trocavam datas para comprovar que as terras já tinham sido adquiridas há muito tempo. Depois registravam a venda num cartório cúmplice. Hébette (2004, v.2, p. 37) sublinha que essa transação fraudulenta foi denominada “grilagem da terra”.

Na Amazônia, não era costume fazer comércio de terra; o chão não tinha preço; as riquezas eram as casas, o gado, a borracha, a castanha, a madeira; isso era o que se comercializava. Como dizem os especialistas sociais, a terra não era uma mercadoria, era um sinal de poder, um meio de controle político; não era uma mercadoria a comercializar. Mas, no Sul, a terra era comercializada e os sulistas vieram então para o Pará com objetivo de adquirir terra de graça e revendê-la cara, isto é, especular com a terra.

Foi neste contexto que ocorreu a privatização da terra na Amazônia Oriental, com o apoio do Estado através do título ou escritura. Os trabalhadores rurais que vieram para a região com o sonho de conseguir um pedaço de terra, aonde chegavam, eram perseguidos pelos grileiros e fazendeiros. Desta maneira as terras nessa região foram destinadas a grandes empresas agropecuárias e grandes fazendas.

Com o passar do tempo os posseiros começaram a resistir para não saírem da terra, e começou o confronto com grileiros e fazendeiros. Neste cenário de luta pela terra surgem os conflitos violentos no Sul do Pará. E essa região passou a ser objeto de estudo no meio acadêmico. Castro (2008, p. 85) sublinha que:

O sul do Pará, localizado no coração da Amazônia brasileira, tornou-se famoso devido à violência da luta pela terra. Apesar da longa história acerca de conflitos agrários, no Brasil, e seus diversos impactos nas variadas regiões do país, a violência é mais grave e persistente nessa área. Especificamente, são estudadas as causas pelas quais um determinado lugar da Amazônia, conhecido como o sul do Pará, tornou-se conhecido como a mais perigosa ‘terra maldita’ do Brasil.

Os problemas agrários e os conflitos sociais gerados pela posse da terra no Sul do Pará teve uma forte repercussão nacional e internacional. Deste quadro de violência e conflitos das mais variadas formas, criou-se um clima de insegurança na região. A presença dos militares e as instalações de quartéis em várias cidades demonstraram a atuação do Estado para promover a “ordem” e a “segurança” a favor do grande capital.

O Governo Federal também criou em 1980, através do Decreto nº 1.767/80, o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) subordinado à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN). O objetivo do GETAT era de mediar os conflitos gerados na região do Araguaia-Tocantins. Mesmo com o amplo poder recebido, o referido órgão não conseguiu atingir os objetivos propostos. Não obstante, a criação do GETAT comprovou o poder autoritário do Estado para solucionar os conflitos agrários estabelecidos na região, visto que esse órgão possuía o poder absoluto sobre as terras e as pessoas que nelas habitavam, superpondo-se ao próprio INCRA, uma autarquia que havia recebido as terras confiscadas pela União.

A área destinada à atuação do GETAT era composta de 18 municípios do estado do Pará, 13 do Maranhão e 25 de Goiás. A área de atuação do GETAT era “coincidentemente” a mesma área do Programa Grande Carajás (PGC). Loureiro (2004, p. 134) destaca os reais interesses do Governo Federal:

A fusão da ideologia do progresso (ou da modernização) com a Segurança Nacional deixa claro o conteúdo interno da ideologia: modernização & progresso para o capital e segurança para atuar contra os naturais da região (índios, posseiros, extratores de produtos diversos, pescadores artesanais, pequenos produtores rurais etc.) Os instrumentos que o GETAT se utilizou lhes estavam legalmente facultados ou foram por ele criados para fazer face ao que considerou como necessário para garantir a **ordem fundiária**⁹.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND-1975-79) lançado pelo governo Geisel deu ênfase à “ampliação dos meios de transportes e comunicações, na expansão de atividades orientadas para as exportações, tais como carne de vaca, madeira e minerais” (HALL, 1991,

⁹ Grifo meu

p.39). As pesquisas no subsolo da Amazônia que eram feitas desde o fim da década de 1950, passaram a ser feitas com respaldo da Lei, e com a parceria do Estado que procurou modernizar suas estruturas e equipamento de pesquisa.

Hébette (2004, v. 3, p.33) destaca que “dois campos de pesquisa assumiram importância particular para o time Governo Brasileiro/capital estrangeiro: os recursos minerais e os recursos energéticos”. Para executar o II PND o Governo Federal primeiro cuidou da questão energética, e criou o Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia, através do Decreto-Lei 63.952, ligado a Centrais Elétrica do Brasil (ELETROBRÁS), e a partir de 1973 delegou à sua filial Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (ELETRONORTE). Dando continuidade a execução do II PND, o Governo Federal criou o Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM) ligado ao Ministério das Minas e Energia e posteriormente o Projeto Radar da Amazônia (RADAM) com o objetivo de fazer um levantamento aerofotogramétrico de toda a Amazônia (HÉBETTE, 2004).

Segundo Hall (1991) foi em 1967, que a Empresa Americana US Steel identificou, clandestinamente, os depósitos de minério de ferro que hoje fazem parte do Projeto Carajás, porque na época não possuía autorização do Governo Federal. “A importância da descoberta foi compreendida um mês depois, quando pesquisas adicionais revelaram que Carajás possuía as maiores reservas de minério de alta graduação de todo o mundo¹⁰” (HALL, 1991, p. 60). Desta forma verifica-se que foram os grandes grupos internacionais que através da pesquisa identificaram áreas de ocorrências minerais na Amazônia. Porém, coube uma divisão no mínimo ousada para a futura exploração destes minérios. “Os grupos estrangeiros detêm 30% dessas áreas, sendo em geral os de minérios de maior valor” (HÉBETTE, 2004, v. 3, p. 35).

A empresa americana US Steel que identificou a reserva de minério em Carajás, solicitou ao Governo brasileiro direito de exploração. Hall (1991, p. 60) explica como foi a reação do Governo Federal e como foi constituída a empresa brasileira de mineração:

[...] a US Steel requereu ao governo brasileiro direitos de exploração em uma área de 160.000 ha. O governo brasileiro, porém, relutou em colocar tanto poder nas mãos de uma única empresa estrangeira e, após três anos de negociação, um empreendimento conjunto foi formalizado em 1970, com a criação da AMZA (Amazônia Mineração SA), com 51% do capital acionário em poder da CVRD e 49% da US Steel. Em 1974, a AMZA obteve os direitos de exploração sobre toda a área de Carajás.

¹⁰ Esta reserva com 18 bilhões de toneladas possuía uma graduação média de 66% Fe. (Hall, 1991)

Após o mapeamento e identificação das jazidas minerais foram criadas as províncias. “Destacou-se a Província de Carajás, pelo extraordinário volume de ferro, estimado em 18 bilhões de toneladas” (HÉBETTE, 2004, v.3, p.35).

Em 1980 com respaldo do II PND, foi criado o Programa Grande Carajás (PGC) formulado a partir do documento elaborado pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)¹¹ “Amazônia Oriental: Um Projeto Nacional de Exportação”. Hall (1991) afirma que a CVRD, na época uma empresa estatal, facilitou a instalação das multinacionais para extração mineral na região direcionada para exportação¹². Essa afirmação baseia-se na semelhança entre os documentos da empresa japonesa International Development Corporation of Japan (IDCJ) e os documentos da CVRD. Os mesmos benefícios concedidos à CVRD foram destinados também à IDCJ, dessa forma “os interesses nacionais estavam sendo sacrificados a fim de fornecer aos japoneses mercadorias baratas tais como minério de ferro e madeira” (HALL, 1991, p. 64).

O PGC foi considerado “o maior projeto do país que visa o desenvolvimento integrado, indústria-agropecuária, com uma área de 895.265 km². Esta área representa 10,6% do território nacional, e um total de 241 municípios sob a influência do referido programa” (LOUREIRO, 2004, p.298). A Província Mineral de Carajás além de possuir um grande volume de ferro, possui também uma enorme variedade de minérios.

A primeira empresa do PGC a se instalar na região foi a CVRD na Serra dos Carajás - Complexo de Minério de Ferro - que fica localizada a 160 km da cidade de Marabá, no estado do Pará (HALL, 1991). A implementação do projeto em área de mineração estimulou a vinda de um grande contingente de pessoas oriundas das mais diversas localidades do país em busca de emprego. Concomitantemente a execução do Projeto Ferro Carajás ocorreu também a descoberta de ouro por garimpeiros na Serra Pelada. Este garimpo a céu aberto foi considerado o maior do mundo em quantidade de pessoas, localizado numa área “sem dono”. A referida Serra foi transformada em imensas crateras contaminadas com metais pesados e se mostrou limitada para absorver os mais de 80.000 garimpeiros. A Serra Pelada também contribuiu significativamente para atrair pessoas para esta região.

Nesta fase de intensa migração a cidade de Marabá era referência para quem chegava à região e posteriormente se deslocavam para onde se desenvolviam os projetos. Ressalta-se

¹¹ A CVRD publicou seu próprio relatório, “Amazônia Oriental: Um Projeto Nacional de Exportação” que defendia, segundo os mesmos princípios, a concessão de prioridade a projetos minerais e agrícolas orientados para as exportações. (HALL, 1991, p. 64)

¹² Na mesma publicação, a CVRD (1980, p.3) enfatiza a “combinação harmoniosa do capital estatal, privado e externo” como condição prévia para o sucesso do PGC. (HALL, 1991, p. 64)

que a referida cidade não possuía infraestrutura necessária para comportar uma população que crescia assustadoramente.

Nesta perspectiva de implementação de políticas públicas para a região Norte, Coelho e Monteiro (2007, p. 14) fazem uma análise sobre o avanço do capitalismo e da mineração industrial na Amazônia:

[...] as políticas públicas foram destinadas a criar condições para um crescimento capitalista internacionalmente integrado na Amazônia, com a participação do capital estrangeiro. A intervenção política da União e dos estados federados teve, portanto, papel importante na preparação institucional, na montagem de infraestrutura e na captação de recursos financeiros indispensáveis ao desenvolvimento de um capitalismo moderno apoiado na mineração industrial, ou seja, nas ilhas de mineração de alta produtividade que emergiram em áreas remotas na Amazônia.

Vários fatores associados despertaram o interesse do capital internacional na região. Além dos subsídios fiscais sobre bens manufaturados e impostos sobre a importação de maquinaria e equipamentos estrangeiros, associou-se a prioridade na alocação de créditos bancários, preços subsidiados de eletricidade, infraestrutura financiada pelo governo, escasso controle de poluição e desmatamento, aliado ao preço atrativo do minério, bem inferior ao do mercado internacional. Dessa forma não se considerou a população existente nessa região, e implantou-se uma política de desenvolvimento alheia à realidade local.

3.2 O SURGIMENTO DO DEBATE ENTRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

A pressão dos movimentos ambientalistas no Brasil foi mais intensa na década de 1990, diferente dos Estados Unidos que teve início em 1970 com o primeiro protesto da população denominado o “Dia da Terra”. Este movimento contou com milhares de manifestantes que chamavam a atenção para a poluição dos rios, o uso dos agrotóxicos e a contaminação do solo, e cobravam dos governantes providências com relação à destruição do meio-ambiente. Essa participação da sociedade civil organizada, a mídia e os governos de várias regiões do planeta chamaram a atenção para este grave problema.

Pode-se afirmar que os movimentos ambientalistas contemporâneos ajudaram a trazer o enfoque sociológico para a questão ambiental. É nesse período que conflito ganha um novo enfoque: o ambiental. Estudiosos como Hannigan (2004), Little (2001) e Acsegrad (2004)

retratam a complexidade teórica da caracterização do conflito ambiental, e como este está intimamente ligado a questão política e a distribuição de poder.

No Brasil o evento de maior destaque foi a Conferência da Organização das Nações Unidas – ONU, sediada no Rio de Janeiro que recebeu a denominação de Eco-92. No referido evento acirraram os debates e questionamentos do modelo de desenvolvimento altamente predatório que foi implantado na Amazônia. Os movimentos sociais pressionaram e discutiram a necessidade de substituir esse modelo por outro que conciliasse crescimento econômico, ambiental e que respeitasse as populações locais. Segundo Coelho et al. (2000, p.117) para isso é necessário que “capte renda regional, promova o desenvolvimento sustentável e preserve não só o patrimônio natural mas também o histórico-geológico e sócio-cultural”. Para o referido autor a questão ambiental está diretamente ligada com um projeto político que inclua as questões sociais e a descentralize o poder, permeando todas as classes sociais.

Foi nesse clima que na década de 90 intensificou a polêmica discussão sobre a relação entre mineração industrial e desenvolvimento regional. Ampliou-se o debate sobre os efeitos socioambientais para a região, com destaque para os conflitos entre diferentes grupos em torno dos recursos: terra, madeira e minério. Os estudiosos deste assunto principalmente do meio acadêmico como Loureiro (1997), Coelho (2005), Mathis (2004), Castro (2000), Simonian (2000), Monteiro (2005), apontaram as mudanças sociais e físico-ambientais no entorno da grande mineração.

Coelho (2005) analisou as políticas públicas do PGC que foi elaborado com a intenção de ser um programa de desenvolvimento regional integrado para a Amazônia Oriental; na prática essa integração não aconteceu. A autora segue com a reflexão:

Os empreendimentos mineradores implantados na Amazônia provocaram expectativa e foram bem-vindos pela elite local esperando que trouxessem, se fosse possível, a verticalização. Esta verticalização, no entanto, não aconteceu. Os efeitos ‘para trás’, isto é, de atrair atividades econômicas complementares à indústria do alumínio para a região como seria o caso da indústria química, ainda não ocorreram. A geração de efeitos ‘para frente’, isto é, a capacidade de atrair atividades que transformariam o alumínio em utensílios agregadores de valores maiores, limitou-se ao caso da Soinco, uma empresa Argentina de esquadrias de alumínio que se instalou em Barcarena (COELHO, 2005, p. 44).

O estado do Pará, através da Lei Estadual do Diferimento do Alumínio, isentou os impostos relativos à Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)¹³, porque deixa de cobrar na fase de extração empurrando os impostos, das diversas etapas até a venda do produto. Dessa forma empresas como a Albrás ficam sem recolher o imposto devido. Soma-se ainda a Lei Complementar nº 87 de 1996, a conhecida Lei Kandir que isenta as matérias primas ou semi-elaboradas da cobrança do ICMS. Dessa forma os o estado do Pará deixa de arrecadar os impostos da extração mineral que poderiam ser “utilizados em benefícios da região, (...) não na verticalização, mas na horizontalização da produção. Ou seja, o estado minerador poderia investir em outros setores da economia e não apenas reforçando os links produtivos, voltados para a industrialização ” (HIRSCHMAN, apud COELHO, 2005, p. 45).

Outra análise crítica se refere ao cálculo dos *royalties*¹⁴, ou Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), que não considera a elevada qualidade do minério e nem o baixo custo da extração que terminam por elevar os lucros da companhia. Segundo Coelho (2005, p. 46) “sabe-se que o ferro de Carajás é de alto teor. E, no entanto, isso não se reverte em apropriação de renda para o estado do Pará”. Com essa reflexão percebe-se o quanto o estado deixa de arrecadar e como essa isenção reflete na escassez de investimento na diversificação da economia, bem como a promoção do desenvolvimento regional/local em base sustentável.

A implantação de vários projetos na região provocou grandes transformações espaciais. Segundo Souza (2000) no fim da década de 1950 o estado do Pará contava com 60 municípios e destes, apenas 4 estavam localizados no Sul e 2 no Sudeste paraense. Entretanto, durante o período de 1960 a 1991, houve um aumento significativo na estrutura municipal do estado com o surgimento de 71 novos municípios. Desse total, 32 municípios se formaram no Sul e 11 no Sudeste do Pará. Esses dados demonstram que mais de 60% dos municípios formados nesta época se concentraram no Sul e Sudoeste do estado (SOUZA, 2000).

Houve um aumento do número de municípios nesta região nas décadas de 1980 e 1990, porém, grande parte destes municípios foram criados sem o mínimo planejamento urbano. Nesta perspectiva Souza (2000, p.72) destaca que os municípios “formaram-se em condições que comprometem qualquer tentativa de planejamento e ordenamento urbano, a maior dessas formações urbanas tem sua história ligada à nova ordem econômica imposta para a Amazônia”. Para o autor esse aumento populacional ocorreu devido ao intenso

¹³ Segundo Coelho (2005) a bauxita ao ser vendida para a Alunorte, o ICMS não é cobrado, mas empurrado para frente, porém, a Alunorte também não paga jogando-o para frente, isto é, para a Albrás pagar, que também fica isenta de pagá-lo.

¹⁴ Os *Royalties* referem-se ao que se cobra pela exploração.

processo de migração induzida e espontânea através dos projetos de colonização estatal e privado, dos grandes projetos minerais, madeireiros e agropecuários.

Aliado às políticas governamentais desenvolvimentistas, o capitalismo mais avançado no Sul e Sudeste do país, também foi responsável pelas populações marginalizadas que migraram em busca de trabalho e acesso à terra no estado do Pará. Outro fator que merece destaque nesta análise é que nesta região da Amazônia, por um longo período predominou uma economia extrativista, e isso contribuiu para criar um contraste com o Sudeste do país que estava num processo de industrialização acelerado.

O estado do Pará com suas riquezas naturais representou uma boa alternativa para resolver os problemas sociais dessas regiões mais desenvolvidas. De acordo com Coelho et al. (2007) na atualidade esta realidade continua, o Pará agora com uma economia integrada nacionalmente, se apresenta como uma periferia rica em recursos naturais que supre os centros capitalistas nacionais e internacionais de matérias-primas, tão necessárias à continuidade de seus crescimentos econômicos.

Dentro deste contexto de abundância de recursos naturais e forte migração espontânea e dirigida, destaca-se o município de São Félix do Xingu no Sul do Pará, que apresentou um elevado crescimento demográfico num período de 20 anos. Em 1970 o referido município possuía apenas 2.332 habitantes, e em 1991 apresentou uma população de 84.984 habitantes (considerando os municípios que se emanciparam em 1988). Este aumento populacional não ocorreu de forma espontânea. O projeto de colonização dirigida e as intensas propagandas do governo federal principalmente nos estados do Sul e Sudeste contribuíram para o grande fluxo migratório considerado recorde pelos meios de comunicações.

3.3 O SURGIMENTO DE OURILÂNDIA E TUCUMÃ

A Companhia de Construção Andrade Gutierrez (CONSAG) foi pioneira na implantação do projeto de colonização privada no estado do Pará. Na década de 1980 a CONSAG iniciou as obras de infraestrutura necessárias para a viabilização do Projeto de Colonização Tucumã. A referida empresa estabeleceu-se no município de São Félix do Xingu, com uma área de 400.000 hectares e a dividiu em lotes com áreas e dimensões variadas que deveriam ser vendidas aos pequenos e médios agricultores da região Sul do país (HALL, 1991).

As obras de infraestruturas consistiam na abertura de estradas vicinais ligando o núcleo urbano do projeto com o município de São Félix do Xingu e deste com os demais municípios

da região. O núcleo urbano do projeto ficava a uma distância de 120 km da cidade de São Félix do Xingu, numa região de terras férteis denominada Gleba Carapanã. Antes da implantação do projeto o acesso ao município de São Félix do Xingu só era possível por via fluvial, através dos rios Xingu e Fresco. A obra de destaque foi a construção da PA-279 que interligou o referido município ao Sul e Sudeste do Pará, proporcionando uma nova dinâmica para a região.

Em julho de 1981 o acesso ao núcleo urbano do projeto foi possível pela via terrestre através da PA-279. A área do projeto foi demarcada e subdividida em Glebas I, II e III e a CONSAG “só poderia ocupar cada Gleba na medida em que fosse cumprindo cada fase das exigências contratuais assumidas com o INCRA” (SOUZA, 2000, p.78).

O Projeto de Colonização Tucumã antes de ser executado foi analisado pelo INCRA que era o responsável pela área solicitada. Uma das exigências dessa autarquia para o referido projeto era “reduzir problemas sociais em áreas agrícolas de ocupação antiga, através da transferência do excedente populacional para áreas novas e adequadas a uma racional ocupação econômica e demográfica” (SOUZA, 2000, p.76). Dessa forma é possível constatar a contradição inerente a esse processo, o Estado tem um discurso que não se traduz em operacionalização.

Na prática a CONSAG primou pelo lucro, pois só tinham acesso ao projeto os agricultores e comerciantes que tinham capital para investir no empreendimento, e na verdade os projetos de colonização estatal ou privado representavam uma “contrarreforma agrária do Estado autoritário” (IANNI, 1979). Esta política contraditória do Estado provocou diversos conflitos na região, com resultados bem divergentes do objetivo apresentado pelo INCRA.

A CONSAG iniciou a comercialização dos lotes na Gleba I, em julho de 1981, com o intuito de atrair um grande número de pessoas. Para isso a empresa utilizou-se de um forte marketing por meio do rádio, televisão, jornais e revistas com pessoas bem equipadas com intenso material de propaganda com slides, fotografias, filmes e outros. Estas propagandas apresentavam o projeto como uma grande oportunidade de investimento para o pequeno e médio produtor capitalizado principalmente nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná.

Na verdade, a pretensão do projeto de colonização foi mais uma especulação imobiliária, que não levou em conta o objetivo do projeto proposto pelo INCRA de “redução dos problemas sociais em áreas agrícolas”, pois a CONSAG adquiriu grandes extensões de terra a preços reduzidos e eram vendidos com uma margem altíssima de lucro. Ressalta-se ainda que os agricultores assentados reclamavam das promessas não cumpridas, observe os relatos:

[...] Tudo é falso. Não tem crédito nem financiamento, assistência técnica, nem saúde. Já peguei cinco malárias em um ano e meio... vendi meu sítio no Rio Grande do Sul e tudo que tinha e vim para cá com minha família... Hoje não tenho nada, só a terra, mas não tenho como produzir.

Fui enganado [...] comprei um lote de 72 hectares [...] Disseram que a madeira que tinha no meu lote daria para pagar o financiamento [...] Quando chegamos toda a madeira havia sido retirada pela Gutierrez [...] Eu reclamei e eles me deram um pouco de material para construir esse galpão.

O que me aborrece é a mentira [...] A terra é boa, mas sem assistência técnica e crédito não dá para produzir... Meus filhos estão sem estudar [...] Os juros sobre o financiamento do lote cobrado pela Gutierrez é uma coisa absurda [...] Minha terra ainda não foi paga por causa dos juros que são muito altos (SOUZA, 2000, p. 80).

Os depoimentos acima demonstram a contradição no processo, que resultou no descaso com os agricultores que vieram do Sul do país, com dificuldades de produção em sua terra de origem, e que tinham o sonho de ampliar suas terras¹⁵. Dessa forma a CONSAG não conseguiu concluir a venda dos lotes da Gleba I, visto que a propaganda atraiu também grande número de agricultores descapitalizados que não tiveram condições de comprar os lotes e, por outro lado, os que eram capitalizados não queriam fazer investimento numa área sem infraestrutura.

Como forma de controle do empreendimento a CONSAG implantou uma guarita com uma distância de 10 km do núcleo urbano do projeto, com forte esquema de segurança para impedir a entrada de pessoas “estranhas”¹⁶. Como era muito grande o número de pessoas que não dispunham de capital e nem possuíam o perfil para investir no projeto, várias famílias instalaram-se antes desse “correntão”, e formou-se uma Vila que ficou conhecida como Guarita. Em maio de 1985 com a descoberta de ouro na zona rural do projeto, houve a invasão de garimpeiros¹⁷, e a CONSAG perdeu o controle do empreendimento. Após um período de aproximadamente 02 anos de intensos conflitos entre os invasores e a empresa, a CONSAG se retirou do projeto.

Analisando este conflito entre os garimpeiros e a CONSAG, Hébette (2004, v.3, p.33) destaca que “inevitavelmente, surgiram os conflitos, pois a necessidade empurra o povo como o lucro impulsiona o capital”. Para o autor esta divergência conflitante entre a empresa e os garimpeiros foi solucionada com a “generosidade do Estado”, que para resolver as

¹⁵ Os três depoimentos são de agricultores oriundos do Rio Grande do Sul.

¹⁶ Entende-se por pessoas estranhas aquelas que não tinham recursos para investirem no Projeto.

¹⁷ O garimpo posteriormente ficou conhecido como Garimpo do Cuca

tensões internas do capital distribuiu “favores”¹⁸ para compensar os prejuízos, isto é, indenizou a CONSAG com um valor bem superior ao valor de mercado.

Em 1987 o governo federal através do Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento (MIRAD) desapropriou a área e numa operação superfaturada indenizou a CONSAG pelos investimentos de infraestrutura que foram feitos no referido Projeto. Neste jogo de interesses os mais fortes geralmente são os mais bem sucedidos.

Foi nesta época da retirada da CONSAG que esta região apresentou uma explosão demográfica jamais vista e alguns fatores contribuíram para este grande fluxo migratório. Souza (2000, p.81) ressalta que “a notícia veiculada na região de que vários lotes de terras iriam ser doados através do GETAT, para assentar pequenos produtores sem terra, fez com que um expressivo contingente populacional se deslocasse para Tucumã”. Entretanto estas pessoas que se deslocaram para esta região à procura de terra não foram beneficiadas. Aliado a este fato, a explosão de ouro na região intensificou ainda mais o fluxo migratório.

Com a saída da CONSAG ficou uma população considerável no Projeto Tucumã e na Guarita, contribuindo para que em 10 de maio de 1988, através da Lei Estadual nº 5.449, as duas vilas se desmembrassem do município de São Félix do Xingu e alcançassem a emancipação política com as seguintes denominações: Tucumã e Ourilândia do Norte.

Após a emancipação política administrativa dos referidos municípios, a economia esteve voltada para a extração de ouro e madeira até meados da década de 1990. Com o fim dessas atividades, a região se reestruturou com a agropecuária, criação de gado de corte e leiteiro e o cultivo do cacau. Ocorreu também a implantação de indústrias nestes ramos como o laticínio, o frigorífico e a cooperativa destinada à compra do cacau.

3.4 A CRIAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO CAMPOS ALTOS EM OURILÂNDIA DO NORTE-PA

Na década de 1990 houve uma forte denúncia de trabalho escravo nas fazendas desta região. Por esse motivo a equipe móvel do Ministério da Justiça autuou inúmeras fazendas entre elas a Fazenda Flor da Mata no município de São Félix do Xingu¹⁹ que posteriormente foi destinada para a reforma agrária. Nesta época os movimentos sociais também se estabeleceram na região como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que fixou escritório em

¹⁸ Aqui se entende “favores” como a generosidade que o governo federal através do MIRAD concedeu nas negociações com a empresa Andrade Gutierrez.

¹⁹ GUEDES, Lucilei Martins. A luta pela posse da terra na Fazenda Flor da Mata no município de São Félix do Xingu. Trabalho de Conclusão de Curso. UFPA-Marabá, 2004. mimeo

Tucumã, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) vieram prestar assessoria ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais nos municípios de Tucumã, Ourilândia e São Félix do Xingu. Com a intensa reivindicação de terras para a reforma agrária, o INCRA de Marabá implantou uma Unidade Avançada do INCRA na cidade de São Félix do Xingu, com objetivo de acompanhar melhor os conflitos nessa área.

Em abril de 1996 cerca de 200 trabalhadores/as sem terra da região montaram acampamento na Fazenda Campos Altos, no município de Ourilândia do Norte, e exigiram do INCRA a desapropriação para fins de reforma agrária. Em 03 de março de 1998 foi criado o Projeto de Assentamento Campos Altos que abrange os municípios de Ourilândia do Norte e Parauapebas com uma área de 8.711,9935 ha, e foram assentadas 219 famílias, em lotes de 40 hectares (INCRA, 2008). O referido PA recebeu esta denominação devido ao nome da fazenda que foi desapropriada pelo INCRA para realizar o assentamento.

O PA Campos Altos fica a uma distância de 20 km de Ourilândia do Norte, bem próximo à Serra Puma onde se encontra a jazida de níquel laterítico. Os agricultores familiares do PA Campos Altos estavam bem instalados, além da proximidade da cidade possuíam também infraestrutura viária, abastecimento de água, moradia, sistema de produção e comercialização estruturados com créditos do INCRA, transporte coletivo e serviços de saúde/educação assegurados pela Prefeitura Municipal de Ourilândia do Norte.

O INCRA em visitas para o estudo dos impactos socioeconômicos deste Projeto de extração mineral, nos referidos assentamentos, afirmou que:

O INCRA construiu estradas vicinais, pontes e bueiros, dentro do assentamento, concedeu às famílias assentadas o crédito de instalação (apoio e fomento), crédito habitação, PROCERA e posteriormente PRONAF A – para compra de gado de leite (prioritariamente) – e vári@s assentad@s acessaram o FNO (BASA) para produção de cacau. Em decorrência da fertilidade das terras no assentamento, água em abundância, a quantidade de famílias assentadas e aos investimentos recebidos do INCRA para a produção, o PA Campos Altos, em curto espaço de tempo, tornou-se referência na produção de banana, cacau, grãos (milho, feijão, arroz), carne, leite e seus derivados, abastecendo o município de Ourilândia com essa produção (INCRA, 2008, p. 03).

A produção pecuária leiteira e o cultivo do cacau se tornou uma das principais fontes de renda das famílias no PA Campos Altos. De acordo com as informações da Comissão Executiva de Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e Cooperativa Mista Agropecuária de Tucumã (COOPERTUC): “esta região se tornou uma das maiores de cacau do estado, e a grande maioria desta produção é oriunda da agricultura familiar” (INCRA, 2008). Estes são alguns dos motivos que contribuíram para que o referido PA se tornasse um dos

assentamentos mais bem sucedidos da região. As terras férteis com abundância de água, estradas trafegáveis, energia elétrica, atendimento de saúde e educação possibilitaram a estabilidade e permanência com êxito das famílias nos seus lotes agrícolas.

4 A DISPUTA PELO TERRITÓRIO ENTRE A MINERAÇÃO ONÇA PUMA/CANICO E OS AGRICULTORES ASSENTADOS NO PA CAMPOS ALTOS

Neste segmento descrevo de forma simplificada a chegada das empresas mineradoras nos municípios de Ourilândia e Tucumã, e os conflitos estabelecidos entre essas e os agricultores. No período de 2003 a 2012 as empresas mineradoras reivindicaram duas áreas para a extração de níquel laterítico em projeto de assentamentos da reforma agrária, desencadeando um conflito socioambiental. Analiso a forma como se estabeleceu o conflito e os acordos celebrados entre empresas mineradoras e os agricultores assentados pelo INCRA.

4.1 PRIMEIRA PARTE DO CONFLITO: A AÇÃO DA EMPRESA MINERAÇÃO ONÇA PUMA/CANICO E A DESINFORMAÇÃO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS

A empresa Mineração Onça Puma LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.066.821/0002-55 com sede em Goiânia-GO, chegou em Ourilândia do Norte em 2003 e efetuou a instalação do seu escritório à Rua Kaiapó nº 09 - Setor Novo Horizonte, bem como outras acomodações para dar suporte ao funcionamento do empreendimento. Neste mesmo ano iniciou também suas atividades na zona rural do município na estrada Vicinal Picadão numa distância de aproximadamente 20 km do centro da cidade. Nesse local a empresa começou com as obras de infraestrutura para construção da usina metalúrgica, prédios administrativos entre outras instalações. De acordo com os documentos da Mineração Onça Puma – (MOP), a meta da empresa não é só a lavra do níquel a céu aberto, mas também o beneficiamento do minério e logística de Ferro-níquel²⁰.

A usina de beneficiamento construída pela MOP em plena atividade tem uma capacidade para uma produção máxima de 71.000 toneladas/ano. Observe na foto abaixo as instalações da usina metalúrgica destinada ao beneficiamento do níquel e que atualmente está em pleno funcionamento.

²⁰ No processo metalúrgico de produção de ferro-níquel o minério passará pelas seguintes etapas: secagem; calcinação e pré-redução com carvão em forno rotatório; redução em um forno elétrico formando uma liga de ferro-níquel gerando também uma escória, que é descartada em uma pilha; o ferro-níquel passa por uma etapa final de refino; após o refino, a liga será granulada, seca e acondicionada para o transporte até os consumidores finais (RIMA, 2004, p. 10).

Foto 01 - Instalações do Projeto Onça Puma – Vicinal Picadão em Ourilândia do Norte – PA



Fonte: Pesquisa de Campo – novembro de 2011.

As construções dos prédios administrativos, alojamentos, usina de beneficiamento e demais acomodações da empresa ficam bem próximo da Serra Puma onde se encontra a jazida mineral. A referida Serra possui aproximadamente 22 km de extensão e cerca de 3 km de largura e faz divisa com a reserva indígena Xikrin do Rio Cateté, mas de acordo com o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), a MOP desenvolverá o aproveitamento do depósito mineral fora dos limites da área indígena. Não obstante, a área de exploração coincidiu exatamente com a área do Projeto de Assentamento Campos Altos, executado pelo INCRA na década de 1990 quando foram assentadas 219 famílias de trabalhadores rurais.

A empresa denominada Canico Mineração do Brasil Ltda que possui como subsidiária no Brasil a empresa Mineração Onça Puma Ltda, na data de 08/07/2003 entrou com requerimento junto ao INCRA solicitando a desafetação²¹ da área para fins de mineração. Ressalta-se que um mês após a referida solicitação da empresa, iniciou-se o processo de compra dos lotes agrícolas do PA Campos Altos. A MOP atendia os agricultores no escritório e registrava o documento de compra e venda das terras no Cartório do Único Ofício de Ourilândia, sem ainda ter em mãos a autorização do INCRA.

Para legitimar a compra a empresa apresentava a autorização do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM) como se fosse o único documento necessário para

²¹ É a mudança da forma de destinação de um bem, ou seja, se deixa de utilizar o bem para que se possa dar a ele outra finalidade. Esta é feita mediante autorização legislativa, através de lei específica (FILHO, 2007)

retirar os agricultores dos seus lotes. Como os agricultores não possuíam o conhecimento que a empresa precisava da autorização do INCRA, vários deles aceitaram a alegação da mineradora e negociaram seus lotes. Esta autarquia por sua vez mesmo sabendo do pedido de desafetação da empresa, não participou do processo de retirada dos assentados, e consequentemente as negociações ocorreram à revelia.

Esse discurso que a MOP já era dona da área trouxe uma enorme insegurança, e os agricultores temiam que se não vendessem seus lotes, iriam perder tudo. De acordo com relato de vários agricultores os funcionários da MOP chegavam e adentravam os lotes sem pedir permissão, colocavam as sondas de prospecção, faziam furos em suas terras, passavam trator arrancando o capim, e construíram até estradas em seus lotes para dar acesso à jazida mineral. Quando os agricultores reclamavam, os funcionários da empresa alegavam que eles tinham direito à área, e que os assentados não tinham direito a nada (Entrevista nº 22, Agricultor).

Estas ações trouxeram indignação e revolta para alguns agricultores e sem saber o que fazer, eles começaram a denunciar a MOP para o INCRA – 27 SR de Marabá –PA e solicitavam a presença dos técnicos para informá-los sobre os procedimentos legais. Os assentados não sabiam que estas ações que a empresa estava fazendo eram ilegais. Denunciaram porque ficaram indignados pela maneira ousada que a MOP invadia seus lotes. O INCRA até então não havia feito nenhuma reunião com os assentados e nem promovido nenhum esclarecimento sobre os procedimentos legais frente a esse embate da mineração em projeto de assentamento. Observe a explicação do superintendente do INCRA na época, pela falta de ação desta autarquia:

“Havia um grande número de assentados que procuravam o INCRA diariamente. Os agricultores vinham reclamar que estavam lá em suas casas quando de repente se davam conta tinha alguém com uma sonda lá no pasto, fazendo buracos nos seus lotes sem autorização ou deixando as porteiras abertas. A empresa dizia que tinha autorização do Governo Federal baseado no Código Minerário. Aí chegou numa situação limite. A grande alegação da MOP era que eles tinham trabalho na área de pesquisa mineral, e quando o INCRA entrou e criou o assentamento ele já sabia que ali era uma área destinada à mineração (Entrevista nº 01, INCRA)”.

A MOP para fechar a negociação com os agricultores elaborou um contrato de compra e venda com uma cláusula específica afirmando que a terra do PA Campos Altos não era apropriada para a agricultura e que não atendia às necessidades dos beneficiários da reforma

agrária. Esse foi o discurso da MOP para justificar que estava comprando uma terra que era improdutiva, e que na verdade a empresa estava “contribuindo” com os assentados para que eles pudessem comprar outra terra com melhor qualidade. Para respaldar essa afirmação a empresa utilizou o primeiro laudo elaborado pelos técnicos do INCRA que foi feito especificamente nas serras declarando que a área era muito acidentada, portanto inapropriada para a agricultura.

Como forma de esclarecer o que tinha acontecido o superintendente do INCRA na época da negociação, declarou que o laudo que a empresa apresentava foi feito na primeira visita por um dos melhores técnicos, e a vistoria foi somente na Serra Onça e Puma local onde estava localizada a jazida. Acontece que na época o Grupo Canico havia solicitado uma área irrisória que não iria comprometer o assentamento e nem possuía área de abrangência do projeto. Para o INCRA a empresa utilizou de má fé o laudo que os técnicos fizeram, porque o trabalho deles foi de verificar a aptidão da terra, exatamente na área de lavra que era uma área de serra, conseqüentemente muito acidentada e também uma Área de Preservação Permanente (APP), portanto, não era apropriada para a agricultura.

Depois do primeiro requerimento e após a vistoria dos técnicos, o Grupo Canico aumentou 2 vezes o tamanho da área solicitada para fins de mineração, e utilizou aquele laudo específico das serras aplicando-o indevidamente para toda a região de interesse da mineradora, isso incluiu o PA Campos Altos e o PA Tucumã. Verifique no depoimento abaixo a análise que o representante do INCRA faz pela forma de atuação da MOP:

“Então a empresa sabiamente utiliza a seguinte estratégia, ela pede uma área ínfima que não iria comprometer o desenvolvimento do projeto de assentamento Campos Altos, que não iria comprometer em nada. Para quem analisa de forma menos aprofundada parece um pedido muito justo, porque era uma área que tinha um projeto de assentamento e não vai comprometer o assentamento. Porém, a empresa abandona todo o diálogo com os órgãos oficiais agrários e parte para o contato direto que é de comprar a posse das pessoas que estavam assentadas pelo INCRA” (Entrevista n° 01, INCRA).

Então o INCRA além de ficar excluído das negociações, não promoveu nenhuma forma de esclarecimento para os assentados e nem informou quais deveriam ser os procedimentos adotados. Essa atitude do INCRA demonstra claramente de que lado ele estava, pois a omissão do referido órgão contribuiu significativamente para a mineradora na compra dos lotes agrícolas, pois a empresa atuou livremente da forma que lhe convinha.

Os agricultores que num primeiro momento tentaram encontrar uma solução coletiva, através da Associação de Pequenos Produtores Rurais da Colônia Campos Nossos, terminaram fracassando porque o presidente da referida associação na época, foi o primeiro a vender seu lote para a MOP e em seguida desarticulou o movimento enfatizando que a negociação tinha que ser individual, e quem não vendesse iria perder tudo porque a área já era da mineradora. Observe o relato desse assentado:

“A negociação com os assentados e a Mineração Onça Puma foi individual. O presidente da Associação Campos Nossos na época era o R. C., muito pilantra, entrevi nas negociações. [...] Na verdade eu tenho certeza que ele recebia pela negociação porque na época eu era presidente do sindicato e quando eu fui levar uns agricultores em Redenção para dar entrada na aposentadoria, um agricultor que tinha vendido a terra me falou que o C. estava cobrando dele os R\$ 500,00 (quinhentos reais) pela venda da terra para a MOP. Eu disse para ele: o senhor não tem que pagar nada, nem uma roela” (Entrevista nº 2, Agricultor).

Dessa forma a MOP faz um procedimento ilegal, porque ela não poderia ter negociado direto com os agricultores e ainda aliou-se ao presidente da associação para desarticular o movimento e convencer os demais agricultores pagando uma porcentagem ao presidente por cada terra que ele conseguisse negociar, em uma área de Assentamento que só o INCRA estava autorizado a fazer a negociação. Observe a justificativa pela não participação do órgão:

“Assim que a Canico fez o pedido de desafetação da área em 2003, esse processo ficou aqui em Marabá por um tempo e depois foi encaminhado para Brasília. Num período de 02 anos o INCRA ficou fora da negociação. Esse processo de certa forma ficou tramitando e havia muita indefinição de como tratar, pois era o primeiro processo de desafetação de uma área para fins minerários em assentamento que se tem conhecimento, não estou falando aqui na nossa região de Marabá e sim de toda região Norte. O Código Minerário não admite a prevalência do direito agrário sobre o minerário, alegando que o minério não se locomove e quem está acima da terra pode ser remanejado, porém não havia uma metodologia pertinente para este caso” (Entrevista nº 01, INCRA).

Verifica-se com essa afirmação que os funcionários do INCRA não agiram de maneira homogênea, porém ele tinha conhecimento do caso, tinha documentos de que a mineradora tinha interesse em parte da área do PA Campos Altos e Tucumã. Por outro lado a Constituição de 1988 incluiu os bens minerários como bens da União, mesmo os que se encontram no

subsolo (art. 20, IX) e compete-lhe exclusivamente a concessão ou autorização dos direitos de pesquisa e exploração (SILVA, 2003). Nesse processo o que se destaca é como o Governo Federal vai destinar uma área para exploração mineral sendo que a referida área já havia sido destinada para assentamento da reforma agrária?

Outro fato que merece destaque é que esse é o primeiro caso que coincide área de assentamento e mineração da região Norte, com o detalhe de não haver nenhuma legislação específica para guiar o caso. A demora no direcionamento do processo, aliada à falta de apoio e esclarecimento foi extremamente prejudicial para os agricultores, pois os mesmos ficaram vulneráveis nessa negociação, agravada ainda mais pela demora no posicionamento do INCRA.

Nessa perspectiva o conflito surge devido à divergência de interesses dos diversos atores sociais envolvidos na questão. O INCRA não teve pressa em solucionar o impasse referente à mudança na forma de uso da área que envolvia o assentamento, como consequência da falta de atuação dessa autarquia, os agricultores ficaram sem direção e acabaram reféns dos interesses da mineradora. Segundo Little (2001) o conflito possui diversos grupos que têm sua própria forma de adaptação, ideologia e modo de vida que entram em choque com as formas dos outros grupos, dando a dimensão social do conflito ambiental (LITTLE, 2001).

A negociação entre os agricultores e a mineradora, não poderia ter sido efetivada sem a participação do INCRA. A demora em traçar os caminhos com respaldo legal, deixou os agricultores inseguros a ponto de aceitar qualquer proposta apresentada pela MOP. Apesar de que a participação do INCRA não é garantia de defesa dos assentados, porque nem sempre o posicionamento dos seus técnicos favorece os agricultores, assim como há também uma divergência de idéias entre os seus representantes. Observe o depoimento de uma entidade que prestou assessoria para os agricultores:

“A participação do INCRA é sempre muito complexa, pois depende da capacidade de organização e pressão das famílias. (...). A primeira negociação como não teve nenhum tipo de organização nem de pressão dos agricultores, os técnicos do INCRA andavam com os carros da empresa pressionando as famílias para venderem os lotes para a empresa, no caso a primeira mineradora que era titularia dos primeiros direitos minerários ali, ou seja, a MOP” (Entrevista nº 02, CPT).

Outro problema enfrentado com o referido órgão são os interesses políticos partidários. Esta afirmação baseia-se no fato de que é através de indicação de um determinado partido político para ocupar o cargo de superintendente do INCRA. Assim quem ocupa cargos de decisões, termina usando o órgão com a finalidade de obter dividendos eleitorais. Em uma negociação com uma empresa como a MOP, o INCRA geralmente vai facilitar no sentido de adquirir retorno eleitoral. Verifique o depoimento de um educador do movimento social, que analisa o discurso do representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) integrante do partido político que estava no poder:

“Não é à toa que no primeiro processo de negociação com o INCRA teve pessoas do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, que foram para lá dizer que o projeto da MOP, era um projeto viável, que tinha que colaborar, e não é à toa também, que vários servidores do INCRA acompanharam a empresa para iludir, para pressionar as famílias para negociarem seus lotes, venderem seus direitos” (Entrevista nº 02, CPT).

Assim pode-se afirmar que o INCRA não participou das negociações, mas tinha conhecimento da solicitação da desafetação, tanto que enviou um técnico para fazer a avaliação da área muito antes da MOP iniciar a compra dos lotes dos assentados. Mesmo que na primeira solicitação a área não incluía o PA Campos Altos, mas pela proximidade era fácil perceber que traria impactos socioeconômicos para os agricultores. Soma-se ainda a participação isolada de alguns técnicos que vinham de Marabá, e andavam nos carros com os representantes da MOP e também ajudavam a empresa a coagir aquelas famílias que apresentavam resistência para sair dos seus lotes.

Faz-se necessário salientar que nos municípios de Ourilândia e Tucumã desde 1988 as terras são de domínio da União. Como foi visto no capítulo anterior, esta área pertencia à Construtora Andrade Gutierrez que, posteriormente, foi retomada pelo Governo Federal. Até o ano de 2003 esses municípios ainda não haviam passado sequer pelo processo de levantamento da situação ocupacional e fundiária que deveria ter sido realizado pelo INCRA desde 1988 quando essas áreas passaram pelo processo de emancipação política e administrativa.

A área de interesse da MOP inclui parte do PA Campos Altos próximo à Serra Puma localizada no município de Ourilândia do Norte com abrangência também dos municípios vizinhos de Tucumã, São Félix do Xingu e Parauapebas. A referida empresa alegava que os

imóveis circunvizinhos eram necessários não apenas para a lavra do minério em si, mas para a instalação da infraestrutura necessária para garantir a viabilidade do empreendimento.

Os primeiros documentos registrados em cartório datam de agosto/2003, que marcou a primeira fase de compra dos lotes mediante negociação direta da MOP com cada assentado, à revelia do INCRA. Ressalta-se que mesmo antes dessa data a empresa já estava comprando terras na área de seu interesse, através de seus funcionários e depois de adquiridas colocava placas com as seguintes denominações: “Área de Propriedade da Mineração Onça Puma – Proibido Acesso de Pessoas Não Autorizadas”. Observe a placa na foto abaixo:

Foto 02 – Placa de indicação de terras adquirida pela MOP/Canico no PA Campos Altos.



Fonte: Pinheiro, 2011.

Conforme depoimento dos agricultores quando a MOP chegou à região os assentados tinham lavouras de cacau financiadas pelo Banco da Amazônia (BASA) e tinham também várias parcelas para pagar. Quando a empresa adquiriu os lotes, limpou toda a área, cortou de moto-serra os pés de cacau, desfez as casas, enfim todas as benfeitorias que não eram de seu interesse. Observe o operário desmanchando umas das casas que pertencia ao assentado do PA Campos Altos e que foi adquirida pela Mineração Onça Puma:

Foto 03 - Operário desmanchando a casa no PA Campos Altos adquirida pela MOP/Canico.



Fonte: Pinheiro, 2011.

É importante salientar que esses bens eram patrimônio da União, portanto dependiam de autorização expressa do órgão competente. Observe o depoimento de um assentado que resistiu à primeira negociação com a MOP:

“Quando a empresa chega, ela invade e não respeita se é área da União ou municipal, eles chegam e invadem logo. Eles sabem que o terreno aqui é fértil para isso. Depois que eles invadem, e quando a área é de pessoas humildes como os assentados, aí eles aparecem com um pacote de balinha distribuindo para os colonos. O primeiro funcionário da MOP que apareceu foi um senhor apelidado de “Lula”, e o segundo foi o Sr. E. F. M., o mais esperto, anunciando que a empresa tinha o direito de fazer a pesquisa, mas que podia ficar tranquilo que a MOP não daria prejuízo para ninguém. Dessa forma eles começaram a fazer a pesquisa, cortando a mata, fazendo picada, depois fizeram furos no solo seguido de arrastões com máquinas pesadas e sondagem. Tudo isso, se você não falar nada, eles reviram sua terra, retiram o minério e vão embora quietinho” (Entrevista nº 21, Agricultor).²²

²² De acordo com a CPT esse agricultor foi um dos primeiros a fazer a denúncia na CPT e no Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA/Brasília assessorado pelo frei Henri des Roziers (advogado da CPT). Ele é natural de Goiás e foi assentado em 1998 e por ter resistido na negociação com a MOP, foi perseguido por estar atrapalhando os trabalhos da mineradora.

Muitas vezes a MOP nem comunicava ao agricultor que ia colocar a sonda no seu lote, e quando ele certificava da presença dos funcionários, a empresa já estava trabalhando há certo tempo no lote. Um detalhe importante é que como a empresa ainda não tinha o direito de posse, também não estava autorizada a trabalhar na área. Ela deveria pagar aos assentados pelos danos que estava fazendo em sua terra. No entanto, ela utiliza a estratégia do silêncio para fazer o trabalho de seu interesse e sair sem pagar nada por isso. Observe na foto abaixo a sonda montada em um lote agrícola para fazer o trabalho de prospecção, isto é, de identificação do local que possui o minério:

Foto 04 - Sonda de prospecção da MOP no lote de um assentado no PA Campos Altos.



Fonte: Pinheiro, 2011.

Além das ilegalidades cometidas pela empresa, ela também causou enormes prejuízos para os agricultores, pois além dos furos na terra, os funcionários deixavam os arames das cercas cortados, porteiras abertas, e com isso o gado escapava do pasto. Vários assentados declaram que muitas reses não foram recuperadas. Verifique o depoimento de um assentado que resistiu e ficou fazendo divisa com a mineradora:

“Nessa época eles sujaram as águas dos rios para fazer a pesquisa, e nós avisamos ao INCRA que as águas não estavam em condições de uso. O meu interesse era informar o INCRA e não denunciar ninguém. Assim a minha retirada foi diferenciada dos outros, porque a mineração retirou os colonos do entorno e eu resisti e fiquei fazendo divisa com a mineração. Como a mineração não tem interesse no capim, porque não cria

gado, o capim cresceu e virou um barril de pólvora. No verão tem o problema do fogo que queima tudo e dificilmente você consegue controlar o fogo para não entrar em sua propriedade. Como eu fiquei sendo o único ali no meio, o fogo queimou todo o meu cacau por dois anos, queimou o pasto, as fruteiras, enfim queimou tudo. As pesquisas que eles fizeram na minha terra eu não tive o direito de receber por elas, porque expirou o prazo de 05 anos que a empresa tinha entrado em meu lote, e eu perdi porque não entrei com recurso na Justiça” (Entrevista nº 22, Agricultor).

Nas primeiras negociações dos agricultores do PA Campos Altos e a MOP/Canico, o documento de compra e venda de benfeitorias continha 28 cláusulas e foi registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Ourilândia do Norte- PA. Destaca-se que a cláusula quinta se referia à renúncia de cliente da reforma agrária:

Os vendedores expressamente renunciaram, desde já, por esta e na melhor forma de direito, de maneira irrevogável e irretroatável, a todos e quaisquer possíveis direitos quanto à reforma agrária, nos termos do anexo de renúncia que, uma vez assinado, passa a fazer parte integrante deste Instrumento como Anexo I, deixando de deter, assim, a posse do Imóvel (Instrumento Particular de Compra e Venda de Benfeitoria e Outras Avenças da Empresa Canico Brasil Mineração, 2003, p. 02).

Para consolidar o acordo era necessário ainda, assinar separadamente o termo de desistência de direito sobre o lote, e anexá-lo ao documento para efetivação do negócio. Os vendedores se comprometiam ainda de deixar o imóvel livre de qualquer ônus, incluindo-se os financiamentos do BASA. Os funcionários representantes da MOP que intermediavam as negociações eram o Sr. Eduardo Ferreira de Melo que pertencia ao Departamento de Relações Públicas e o Sr. João Antonio da Silva que assinava o documento de compra e venda representando a Empresa canadense Canico do Brasil Mineração.

O acordo era feito no escritório da empresa, e para efetuar o pagamento era necessário realizar a abertura de conta no Banco Bradesco de Ourilândia do Norte-PA, para que os agricultores recebessem o dinheiro parcelado em conta-corrente. O prazo para o pagamento era no máximo de 02 anos e com correção a cada período de 12 (doze) meses pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O valor do alqueire pago pela mineradora foi de R\$ 9.728,00 (nove mil setecentos e vinte e oito reais) de acordo com a cláusula nona do contrato de compra e venda.

A propaganda da MOP era que os preços ofertados foram superiores ao valor de mercado na época²³, porém os agricultores reclamaram que receberam em várias parcelas e quando a empresa terminou o pagamento a terra já estava com o valor superior ao que fora vendido para a mineradora. Verifica-se que essa alegação da mineradora quando analisada com maior profundidade, trata-se de mais uma falácia. É relevante informar que o contrato dava um prazo de 02 anos para a compradora efetuar o pagamento do lote.

A primeira etapa de desocupação da área em 2003 foi constituída de 85 agricultores que negociaram com a MOP, sendo 39 do PA Campos Altos e 46 do PA Tucumã²⁴. Ressalta-se que os assentados na época se dividiam em dois grupos: um que queria vender seus lotes e procurava o presidente da Associação Campos Nossos que era o mediador, e outro grupo de agricultores questionava a venda dos lotes e procurava informações em entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) para que pudessem orientá-los melhor. No entanto, nessa época, a CPT ainda não tinha informações necessárias para avaliar o procedimento adotado pela MOP, portanto os agentes começaram a estudar essa situação.

Para alguns agricultores assentados no PA Campos Altos vender seus lotes parecia ser um negócio vantajoso, mas posteriormente quando eles não conseguiram comprar as terras com as mesmas qualidades das que possuíam: próximas da cidade com acesso à escola, posto de saúde, laticínio e transporte, eles se deram conta do prejuízo de suas negociações com a MOP. Associado ao recebimento do pagamento de forma parcelada, a situação se agravou ainda mais.

Segundo o Relatório Técnico do INCRA/Brasília²⁵, a maioria das famílias que venderam seus lotes para a MOP, compraram terras em São Félix do Xingu, sem estradas, postos de saúde e escola. Outras compraram terras na região próximas ao projeto e agora estão sendo novamente pressionados pela mineradora. O GT/INCRA também verificou que umas 08 famílias empobrecidas procuraram o acampamento da Rodovia PA-279 próximo à Ourilândia e foram rejeitados pela coordenação do acampamento por haver perdido o direito ao vender seus lotes com negociações diretas com a mineradora sem a participação e autorização do INCRA e assinando o termo de desistência da Reforma Agrária .

²³ Houve uma intensa propaganda que a MOP pagava um preço superior pela terra na área de seu interesse; de fato, no contrato o preço total foi até superior para algumas pessoas, porém não foi divulgada que a forma de pagamento era parcelada e que este fato trouxe prejuízos para várias famílias.

²⁴ Destaca-se que os agricultores do PA Tucumã, não foram incluídos nas entrevistas, visto que a pesquisa foi realizada apenas com os assentados do PA Campos Altos em Ourilândia – PA.

²⁵ RELATÓRIO – Os Impactos Socioeconômicos do Projeto da Mineração Onça Puma em Assentamentos de Reforma Agrária na Região Sul do Pará. Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Brasília, 2008.

O Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP) realizou um estudo com as famílias que venderam seus lotes para a MOP, e chegou à seguinte conclusão:

“[...] verificamos que havia tido uma certa forma de coação, as famílias foram coagidas tanto pela Empresa como pelo presidente da Associação Campos Nossos. Os agricultores na sua grande maioria tinham sido lesados, exceto uma meia dúzia como o presidente da associação e outros que saíram muito bem, mas a maior parte das famílias foram lesadas. Até pelo modo de guerra psicológica, tanto da empresa como representantes do próprio INCRA, conforme relato dos próprios agricultores, eles diziam que as famílias não tinham direito a nada e que a empresa agora era a poderosa na área e que eles não tinham condições de resistir diante disso, porque a mineradora tinha direito e tudo mais” (Entrevista nº 03, CEPASP).

Os prejuízos foram imensos, tanto de ordem psicológica como financeira para as primeiras famílias que saíram de seus lotes porque receberam indenização de uma parte das benfeitorias existentes e nem foram remanejados para outra terra, portanto deixaram para trás anos de trabalho e aventuraram-se em terras mais distantes das cidades. De acordo com Becker (2010) foi dessa forma que a Amazônia ganhou uma nova configuração através de processos de modernização como os grandes projetos minerais, que se utilizaram de uma maneira violenta de implantação aliada aos privilégios concedidos aos grupos econômicos provocando conflitos generalizados sociais e ambientais. A referida autora salienta que “a luta pela terra e, a seguir, a luta por territórios, acompanhando a escala crescente dos projetos na região. Os conflitos se intensificaram com a crise financeira e política do Estado” (BECKER, 2010, p. 225).

Fazendo uma análise do conflito, agora sob a ótica dos atores envolvidos, é interessante confrontar a divergência de opiniões entre as ONGs e o INCRA/Marabá. Enquanto para o primeiro grupo os agricultores foram prejudicados pela falta de informação e principalmente por não terem sido remanejados para outra área, para o outro as famílias também foram culpadas. Observe abaixo o depoimento do técnico do INCRA que acompanha atualmente as negociações:

“O ideal era reassentar todas as famílias, mas devido à forma que foi feita, e que as famílias fizeram também, porque as famílias também tiveram suas parcelas de culpa. A idéia na época é que era muito dinheiro, então eu pego esse dinheiro aqui e compro outra posse lá na reserva Apyterewa, e que vão acabar perdendo tudo, e

nós não podemos assentá-los porque eles já foram assentados e vamos ter vários transtornos, mas as famílias receberam uma grana boa” (Entrevista nº 04, INCRA).

Foi comprovado que os agricultores que participaram na primeira negociação com a MOP receberam pagamento pelas benfeitorias nela existente, mas sem uma avaliação detalhada, portanto nem todos receberam uma “boa grana”, visto que as negociações ocorreram de forma isolada. Diante disso muitos agricultores com o intuito de assegurar um pedaço de terra se aventuraram para terras longínquas e de difícil acesso e ainda vão terminar perdendo tudo porque compraram lotes na área da Reserva Indígena Apyterewa, no município de São Félix do Xingu. A referida área foi demarcada e atualmente está sendo feito o cadastramento das famílias pela FUNAI, em parceria com o INCRA, portanto quem já foi assentado vai perder tudo, a terra e o dinheiro investido, porque não podem mais ser assentado e nem remanejado. Outros se deslocaram ainda para a região denominada Sudoeste, Lindoeste, Paredão/Taboca entre outros locais que não possuem estradas, postos de saúde e nem escolas.

Neste sentido faz-se necessário analisar o território usado pelos agricultores que segundo Milton Santos (2000) constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. “O território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro, a própria complexidade do seu uso” (SANTOS, 2000, p.12). Constata-se a divergência entre o território como recurso utilizado pelas empresas mineradoras para garantir seus próprios interesses e o território como abrigo que os assentados utilizam como espaço de produção e reprodução social.

Dessa forma, a primeira retirada dos agricultores do PA Campos Altos ocorreu à revelia sem a participação do INCRA e nem de entidades não governamentais. Os assentados que negociaram com a MOP achavam que o procedimento adotado pela empresa era legal, e que não havia outra alternativa que não fosse deixar os seus lotes. Até porque a MOP quando começou a fazer reuniões com os assentados levava uma comitiva composta pelo prefeito, vereadores, advogados da empresa, entre outras representações políticas de Ourilândia do Norte, que ajudavam a endossar o discurso da mineradora. Percebe-se que os prefeitos de Ourilândia do Norte, atual e anterior, bem como parte dos vereadores possuem uma visão de que a mineração só traz desenvolvimento para o município e região. Ficou evidente também, que eles possuem uma relação estreita com os funcionários representantes da mineradora.

Diante dos fatos apresentados criou-se no imaginário das famílias que só havia a forma apresentada pela MOP para fazer a negociação, em outras palavras eles tinham que sair de qualquer forma e desocupar a área para destiná-la para a mineração, porque corriam o risco de perder tudo. Salienta-se que essa situação acarretou um atraso na organização dos agricultores para exigirem seus direitos, assim como não possuíam também sequer um advogado que pudesse assessorá-los juridicamente.

A Empresa de Mineração Onça Puma atuou na região até o ano de 2005 e posteriormente a empresa foi vendida para a Vale. A venda da MOP/Canico despertou uma série de dúvidas, visto que em nenhum momento foi mencionado o porquê da venda, e quando se indagava sobre a negociação os representantes da mineradora desconversavam sobre o assunto. Os gestores públicos de Ourilândia e Tucumã só tiveram a confirmação da venda da Mineração Onça Puma/Canico para a Vale/Inco, quando foi veiculado em diversos meios de comunicações. Nesse momento a MOP/Canico já havia se retirado completamente, e apresentaram-se os funcionários da Vale, se eximindo de todas as ações praticadas pela MOP.

Com o intuito de compreender melhor a venda da MOP um agente da CPT que participou de vários seminários sobre mineração repassou a seguinte informação:

“A Vale vendeu parte da Albrás com o objetivo de se livrar de certos ramos que são onerosos como o alumínio que depende da bauxita e requer um alto consumo de energia. Soma-se ainda que atualmente a tendência é aumentar cada vez mais o processo de reciclagem do alumínio e numa visão de futuro a tendência é diminuir o preço desse minério. Partindo desse princípio a Vale começa a investir em outros minérios que são mais lucrativos como o níquel que demanda menor quantidade de energia e possui um elevado índice de pureza, nas respectivas jazidas do Onça e do Puma, que conseqüentemente garantem uma maior rentabilidade. A Vale está investindo também na extração do potássio que é utilizado na fabricação de fertilizantes entre outros produtos” (Entrevista nº 27, CPT).

Esta informação não foi confirmada pela Vale, mas foi resultado de pesquisa e de reflexão de alguns estudiosos do assunto como Lúcio Flávio Pinto e Aloísio Leal, professor da Universidade Federal do Pará (UFPA), apresentada em Seminários sobre a Mineração. Pode-se constatar que o silêncio durante as negociações contribuiu para confundir os atores sociais envolvidos no processo de negociação entre a mineradora e os agricultores. Verificou-se também que na época da venda da empresa pesou muito a questão dos movimentos sociais que começavam a se articular e obter maiores informações sobre o processo de desafetação e

as irregularidades que foram acometidas. Criou-se um clima de tensão para a mineradora enquanto a CPT e o CEPASP aguardavam o posicionamento INCRA de Brasília para maiores esclarecimentos. Este fato deve ter contribuído para a falta de detalhamento da venda da MOP, como forma de livrá-la de certos ônus e com isso beneficiar também a Vale/Inco.

No entanto, não ficou claro quais foram os reais motivos que levaram a venda da MOP. Muitas perguntas estão sem respostas: por que a MOP/Canico venderia um empreendimento de médio porte e seguramente lucrativo? Seria uma comprovação de que os mais fortes e bem sucedidos acumulam e centralizam o capital?(HÉBETTE, 2004). Ou seria uma estratégia da Vale que coloca uma empresa menos conhecida para demarcar a área e implantar o projeto que é considerado o período de maior tensão e conflito, para assumir posteriormente com uma postura de maior comprometimento social? Estas são algumas indagações que ficaram sem respostas e que pode abrir caminhos para uma nova pesquisa.

4.2 A SEGUNDA FASE DO CONFLITO: AÇÕES DA VALE/ONÇA PUMA E A REAÇÃO ORGANIZADA DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS

A Companhia Vale S/A possui sede na Avenida Graça Aranha, 26 – Centro, Rio de Janeiro – RJ e é uma empresa de mineração que atua no Pará desde a década de 1980. Em 2005 a Vale comprou a empresa subsidiária do grupo Canico, a Mineração Onça Puma e passou para a denominação Vale/Inco após essa negociação. A referida empresa se instalou no mesmo prédio que funcionava o escritório da MOP na cidade de Ourilândia do Norte, e assumiu também as mesmas instalações do complexo minerário localizado na Estrada do Picadão próximo à Vicinal do Jipe numa distância de 22 km do centro da cidade.

Ressalta-se que o complexo minerário que na época da MOP/Canico era denominado “Projeto Onça Puma” passa para a Vale/Inco mantendo a nomenclatura “Onça Puma”, e passando a chamar-se “Unidade Operacional Onça Puma”. A continuidade dos referidos nomes se justifica por se tratar dos nomes das serras onde estão localizadas as jazidas minerais do níquel laterítico.

Essa mudança quase imperceptível colaborou para confundir a passagem da MOP/Canico para a Vale/Inco, pelos atores sociais envolvidos no processo de negociação, bem como para a população em geral. A transição da empresa foi feita de maneira silenciosa, a Vale/Inco aproveitou os funcionários da MOP, e não parou em nenhum momento com suas ações, isto é continuou comprando terras que ficavam próximas da jazida diretamente com os assentados. A Vale/Inco não demonstrou de forma nenhuma para a população local que havia

uma nova administração com propostas diferenciadas da empresa anterior, muito pelo contrário, a referida mineradora continuou com o mesmo processo de compra de lote diretamente com os agricultores ainda sem ter em mãos o direito de posse do INCRA para proceder a retirada dos assentados. Essas ações aconteceram entre o segundo semestre 2005 até o primeiro semestre de 2008.

A Vale/Inco tentou se eximir do erro nas negociações direta com os agricultores responsabilizando o INCRA pelo atraso na liberação da desafetação da área de interesse da empresa. E utilizou-se da estratégia de colocar o INCRA exclusivamente contra os interesses dos agricultores. Verifique o depoimento abaixo do ex-superintendente que participou das negociações na época:

“A empresa usa de uma estratégia muito ruim, ela começa a jogar os trabalhadores contra o INCRA, ela começa a criar vantagens utópicas para os trabalhadores, que o INCRA estava contra o desenvolvimento, o INCRA estava contra os agricultores receberem indenizações, que eles não vão receber mais porque o INCRA é contra. Imagine assim: às vezes nós queremos resultados a curtíssimo prazo, então entre você brigar por um processo que beneficiasse todo mundo ou receber, digamos dez mil reais, pelo alqueire da terra lá. Obviamente que o trabalhador queria receber os dez mil reais pela terra. Aí sim há uma pressão dos trabalhadores nem sempre unificada, um grupo queria a desafetação a qualquer custo para receber seus benefícios, outros queriam manter o PA, e um grupo digamos assim um pouco mais centrado aceitavam a desafetação desde que fossem cumpridas as condicionais, esse grupo estava um pouco mais orientado pela própria CPT, pela Universidade, pelo movimento social organizado” (Entrevista nº 01, INCRA).

Constata-se que de alguma maneira a Vale/Inco conseguiu influenciar algumas famílias afirmando que o INCRA era contra as indenizações, que a empresa não negociava direto com os agricultores e não pagava pela terra porque o INCRA não deixava. Assim a empresa consegue ocultar os seus reais interesses, e verificou-se que em parte ela conseguiu alcançar seu objetivo, ou seja, iludiu o agricultor afirmando que ele teria mais lucro se negociasse individualmente com a mineradora. Não obstante, outros grupos de agricultores resistiram à saída da terra e não aceitaram as propostas apresentadas pela Vale/Inco.

Então a mineradora utilizou outra alternativa, a força do Estado, isto é, acionou o Poder Judiciário em Marabá que em uma rápida ação determinou “arbitrariamente” a saída de alguns remanescentes. Porém, essa ação também foi ilegal porque ela teria que se deslocar da

vara comum para ir para a vara federal. Sem ter outra saída a Vale/Inco precisou recorrer ao INCRA, porque só esta autarquia tinha o poder para retirar os assentados da área. Assim ocorre uma sequência de fatos que acaba desestabilizando as ações planejadas pela mineradora.

Sem ter alternativa a Vale/Inco recorreu ao INCRA cobrando agilidade no procedimento da segunda desafetação e, conseqüentemente exigindo também a presença dos técnicos na área. Acontece que a pressão não foi só da mineradora, o INCRA foi fortemente pressionado pelos movimentos sociais. Pode-se observar que na segunda desafetação os fatos vão ocorrendo diferentemente da primeira, contando com discussão, participação coletiva, assessoria jurídica para os assentados. Observe a declaração desse agricultor que participou de 02 dias de reunião no INCRA de Marabá:

“[...] eu participei de uma reunião em Marabá no INCRA com a Vale e a CPT, foram dois dias de briga feia e não foi fácil. O INCRA brigando com a Vale e a CPT brigando pelos nossos direitos. Nessa reunião tinha representante da presidência do INCRA o Sr. César representando o Sr. Holf Hackbart, a Sr^a Sol representante da Vale, 15 agricultores do PA Campos Altos representando 03 associações. A Vale acusava o INCRA de fazer um assentamento em uma área que já estava destinada para a mineração desde a década de 1970, e o INCRA acusava a Vale de ter invadido a área do INCRA. A CPT estava com três advogados o Frei Henry, a Dr^a Antonia e o Batista e a Vale chegou com 05 advogados. A Vale queria a desafetação da área I e II, que era a área onde nós estávamos, foram umas 05 horas de conversa (...) A maior discussão era referente ao valor que a Vale queria pagar aos agricultores que era de R\$ 18.000,00 por alqueire fechado, incluindo tudo como na primeira negociação” (Entrevista nº 24, Agricultor).

Foi através da pressão dos agricultores e principalmente da CPT que o INCRA começou a ser mais criterioso e solicitou um estudo mais minucioso na área levantando condicionantes para a segunda desafetação. O superintendente do INCRA na época, afirmou que após várias denúncias dos assentados na 27^a SR de Marabá, ele solicitara ao INCRA/Brasília que fosse feito um estudo detalhado nessa área. Dessa forma o INCRA de Brasília enviou um Grupo de Trabalho (GT), composto por agrônomos, sociólogos, assistente social entre outros profissionais para fazer um estudo mais detalhado dos fatos que já haviam ocorrido e que novamente a mineradora estava na eminência de repetir as negociações diretamente com os assentados.

Este estudo feito pelo GT/INCRA resultou na elaboração do Relatório Técnico: Os Impactos Socioeconômicos do Projeto da Mineração Onça-Puma em Assentamentos de Reforma Agrária na Região Sul do Pará. Foi este documento que revelou com precisão a verdadeira situação dos assentados que participaram da primeira negociação com MOP/Canico e afirmou pela primeira vez a forma ilegal com que a empresa atuou. E o INCRA de Brasília começa a assumir uma postura diferente para a segunda solicitação de desafetação da Vale.

As entidades não governamentais como a CPT e CEPASP após a confirmação de ilegalidade começaram a entrar em cena em meados de 2007 cobrando do INCRA de Brasília um posicionamento nessa segunda desafetação e pressionando também o INCRA de Marabá para uma atuação mais efetiva de acompanhamento nos inúmeros PAs que ficam no entorno da Unidade Operacional Onça Puma. Nesta etapa os agricultores ficaram preocupados porque acompanharam de perto a negociação anterior, e nesse momento já tinham confirmado as inúmeras irregularidades ocorridas durante o processo. Esse fato colaborou para que uma parte dos assentados que possuíam lotes na segunda área solicitada procurasse ajuda no escritório da CPT de Tucumã.

Um grupo desses agricultores tinha resistido à negociação com a MOP/Canico e agora estava preocupado com essa nova fase de negociação com a Vale e pedia intervenção e apoio da CPT nesse processo. O assessor jurídico da CPT de Marabá informou que:

“A primeira decisão nossa foi tentar conhecer melhor a realidade e para isso destacou-se uma equipe da CPT de Marabá, Tucumã e Xinguara para ir à localidade e conversar com os agricultores e levantar mais dados para analisar a situação das famílias. Depois disso, nós viemos então, e abrimos a discussão com o INCRA, considerando que era área de assentamento, e nós precisávamos saber qual era a posição do INCRA com relação ao trabalho da empresa na área. Nós percebemos que tinha duas situações para ser encaminhadas: uma era a do primeiro pedido de desafetação de uma parte da área que coincide com a área que foi comprada o primeiro lote de 85 famílias. Em relação à situação dessas famílias que já tinham vendido os lotes, nós tentamos ainda correr atrás do prejuízo (...) Em relação ao segundo pedido de desafetação, da mesma forma, ingressamos com uma Representação contra a Vale no Ministério Público Federal alegando que a empresa tinha área mais do que suficiente para desenvolver o seu projeto ali na área requerida na primeira desafetação que era 7,5 mil hectares e que não havia justificativa para requerer o dobro dessa área sacrificando mais de 100 famílias” (Entrevista nº 02, CPT).

Assim para correr atrás do prejuízo das famílias que negociaram com a MOP, primeiro os agricultores solicitaram ao INCRA para reabrir o processo para uma renegociação, porém não houve acordo por parte da Vale/Inco. Por esse motivo a CPT decidiu recorrer por meio judicial, e a partir do estudo sobre as informações do ocorrido foi elaborada uma Representação e protocolada no Ministério Público Federal (MPF). O MPF se comprometeu de ingressar com uma Ação Civil Pública contra a empresa, todavia não cumpriu o prometido.

O passo seguinte foi levar essa situação ao conhecimento da Procuradora Geral do INCRA na época a sr^a Gilda Diniz dos Santos, que ao contrário do MPF, se sensibilizou com a situação dos agricultores e entrou imediatamente com a Ação Civil Pública contra a Vale. Assim antes que o MPF o fizesse, a própria Procuradoria Geral do INCRA se manifestou. Esse procedimento resultou numa Ação Civil Pública que tramitou na Vara Federal de Marabá com os seguintes pedidos: 1- a paralisação do empreendimento através do INCRA; 2- avaliação dos danos ambientais; 3- reparo dos danos sociais que seria a recolocação das famílias para a área considerando que a compra foi ilegal.

Não obstante o Juiz Federal só concedeu um pedido que a empresa teria obrigação de devolver ao INCRA os investimentos que o Governo Federal tinha feito na área adquirida pela MOP/Canico. A CPT exigiu que o recurso que o INCRA recebesse fosse investido na região. Para os demais pedidos o Juiz Federal alegou que o INCRA não era legitimado para pleitear a avaliação dos danos ambientais e referente à paralisação do empreendimento ele alegou que a empresa já havia feito um investimento muito alto. Com referência à anulação da primeira negociação, o Juiz não foi favorável e nem concedeu o retorno de todas as famílias para os seus lotes.

Quanto à devolução do dinheiro ao INCRA não foi previsto nenhuma forma de controle para que esse recurso fosse gasto, especificamente com os assentados do PA Campos Altos. O valor do investimento feito pelo INCRA na área ficou em torno de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de Reais), e para não perder tudo a CPT fez a proposta de um acordo judicial que consistia na compra de uma nova área pela Vale com a finalidade de reassentar pelo menos 20 famílias daquelas que foram tiradas do lote na primeira intervenção da MOP/Canico.

O acordo foi feito entre a Vale e o INCRA em Brasília no dia 16 de março de 2010 e a Vale/Inco ficou encarregada de adquirir uma área e reassentar as 20 famílias que participaram da primeira negociação e que estavam numa situação mais precarizada. O tamanho de cada

lote foi de 12 alqueires, retirando os 80% da reserva legal ficaram disponibilizados 2,5 alqueires para cada família. O acordo previu a construção de 20 habitações com área mínima de 42 (quarenta e dois) metros quadrados, conforme especificação técnica apresentada pelo INCRA, implantar sistema de energia, elaborar o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), recompor a área desmatada da reserva legal e construir um Centro Comunitário no Projeto de Assentamento.

Essa foi a solução concedida pela Justiça para amenizar os prejuízos dos agricultores familiares que foram retirados na primeira fase de negociação com a MOP/Canico, que ficou sob a responsabilidade da Vale/Inco. Essas vinte famílias foram indicadas pela CPT oriundas dos PAs Campos Altos e Tucumã e que se enquadravam no perfil de clientes da Reforma Agrária.

Enquanto a CPT primeiramente prestava assessoria jurídica às famílias prejudicadas ainda na primeira negociação, o CEPASP tratava da organização e conscientização dos assentados que ainda estavam no PA Campos Altos. Nesse momento a Vale/Inco anunciou para os agricultores a necessidade da empresa adquirir mais 7.000 hectares, e que seria necessário a retirada de mais 85 famílias da área próxima ao projeto.

Os agricultores, dessa vez mais informados sobre os seus direitos, conforme declaração do CEPASP “começaram a organizar uma resistência a partir do Sr. José Enivaldo conhecido como Cabeludo, ele era o mais representativo na época, pois foi o agricultor que mais resistiu às ações da MOP” (Entrevista nº 03, CEPASP). A partir desse momento os agricultores foram se organizando, com a assessoria da CEPASP e CPT para o enfrentamento e resistência diante dos fatos de coação que a Vale estava realizando com as famílias do PA Campos Altos.

No período de março a agosto de 2008 os agricultores que estavam na área de interesse da mineração, tentaram por várias vezes dialogar com a Vale/Inco, com o intuito de que essa segunda desafetação fosse diferente da primeira realizada pela MOP, porém, não obtiveram nenhum êxito. Diante da falta de atenção da Vale/Inco, para as reivindicações dos trabalhadores, eles tomaram uma atitude como mostra o depoimento abaixo:

“Então em setembro de 2008 nós fizemos uma manifestação e ocupamos por 03 dias junto com os trabalhadores, uma estrada dos agricultores por onde a Vale usava para chegar ao seu Projeto. Foi assim que se deu a nossa participação nesse processo de conflito e que através dessa ação nós conseguimos pela primeira vez sentar numa mesa de negociação para dialogar com a Vale. (...) Ressalta-se que a Vale já estava na área,

mas através de pessoas para conversar as cabeças dos agricultores, iludindo, fazendo um favor, utilizando a mesma estratégia da MOP, sem aparecer e sem envolver o nome da empresa” (Entrevista nº 03, CEPASP).

Os agricultores numa estimativa de 150 trabalhadores e trabalhadoras rurais (adultos) e mais de 30 jovens e crianças fecharam a estrada Vicinal do Lico, antiga Vicinal do Jipe, que atravessa o Projeto de Assentamento Tucumã e dá acesso ao local onde a empresa estava implantando as obras de infraestrutura do projeto Onça-Puma, e bloquearam a passagem de ônibus com operários e caminhões com materiais para as obras. Os agricultores eram oriundos dos Projetos de Assentamento Campos Altos e Comunidade Santa Rita localizados nos municípios de Ourilândia do Norte e do PA Tucumã, localizado no município de Tucumã. Observe a foto abaixo que registrou a manifestação dos agricultores:

Foto nº 05 – Agricultores dos PAs Campos Altos e Tucumã fecharam a estrada de acesso ao Projeto em protesto pela ausência do INCRA e forma de atuação da Vale/Inco.



Fonte: CPT, 2008.

A manifestação contou com o apoio da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Colônia Bom Jesus, Associação dos Lavradores da Colônia Santa Rita e Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Colônia Campos Nossos. O protesto teve também apoios externos de ONG's como a CPT, o CEPASP, de entidade representante de classes como Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Pará (SINTEPP), com subsede em

Ourilândia do Norte. Contou também com apoio de organização social como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e do movimento social como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Foi através desse conflito que se conseguiu trazer para Ourilândia o Superintendente adjunto do INCRA da SR-27 de Marabá, que negociou com os manifestantes e confirmou uma reunião para 01 de outubro de 2008, com o objetivo de estudar propostas referentes às novas áreas de desafetação, juntamente com uma equipe do INCRA munidos de mapas para verificação das áreas de interesse da mineradora. Nesse momento esta autarquia pela primeira vez considerou publicamente os prejuízos econômicos e morais que os agricultores estavam sofrendo, e por esse motivo afirmou que eles precisavam ser ouvidos.

As denúncias feitas pela Procuradoria Geral do INCRA contra a Vale/Inco tiveram uma repercussão imediata, pois foram noticiadas em dois jornais de grande circulação nacional: Jornal Folha de São Paulo (29.06.2008) com a manchete “União acusa Vale de invadir assentamentos” e o Jornal O Tocantins (17.04.2008) “Entidades acionam Ministério Público contra Onça Puma/Canico”. Essa pressão com divulgação na imprensa, aliada à manifestação dos agricultores, trouxe a público parte da realidade que os agricultores estavam vivenciando. Por outro lado a Vale diante da pressão, no terceiro dia de manifestação, convidou os agricultores e o INCRA para fazer um diálogo, visto que a sua estratégia anterior não funcionava mais.

Percebe-se que a situação vai tomando um rumo diferente após o momento de tensão e conflito, isto é, os agricultores vão ganhando visibilidade política no processo. Esse fato confirma a teoria de Simmel (1983) em que o conflito é concebido de forma positiva e se torna um elemento integrador das interações sociais. Nesse caso a Justiça, a presença efetiva do Estado através do INCRA e os movimentos sociais contribuíram para criar esse nivelamento entre as desigualdades dos atores sociais envolvidos no processo, isto é entre a empresa mineradora e os agricultores.

O processo de organização dos agricultores ocorreu em decorrência de várias reuniões para se chegar a uma proposta para apresentar para a mineradora. Primeiro as reuniões aconteciam com os agricultores, a CPT e o CEPASP com a finalidade de elaborar uma pauta com os pontos necessários para apresentar para o INCRA e à Vale/Inco. Nessas reuniões tinha muito debate entre os agricultores e as entidades mediadoras para se chegar a um consenso. Percebe-se que na visão dos assentados, bem como das entidades, o INCRA e a Vale estavam do mesmo lado.

Destaca-se que na segunda desafetação a participação do INCRA além de um processo bem diferenciado, contou com uma participação e intervenção e o acompanhamento da Procuradoria Geral do INCRA/Brasília que assumiu a tarefa de coordenar essa ação. A CPT conseguiu também estabelecer um contato direto com a Procuradoria Geral Federal do INCRA e assim a Regional de Marabá precisou obedecer às ordens de Brasília, mantendo um posicionamento ao lado dos agricultores e não ao lado da mineradora. A assessoria jurídica da CPT considerou este fato de extrema importância para lograr êxito nas negociações:

“Também conseguimos envolver a Procuradoria Geral do INCRA nesse processo, e a procuradora era bem envolvida com essa questão. O superintendente do INCRA aqui de Marabá ficou muito por fora dessas negociações, ele nomeou um técnico para acompanhar as negociações, o Jandir Mella, mas o empenho foi mais do INCRA de Brasília do que do INCRA de Marabá. Por conta da Procuradora Gilda Diniz dos Santos, que era extremamente comprometida com essas causas sociais, então ela assumiu essa tarefa de coordenar a ação do INCRA frente a esse processo. Nós estabelecemos um contato muito direto com ela, assim as iniciativas do INCRA aqui tinham que ser acordadas com a Procuradoria Federal, e assim nós conseguimos que o INCRA tivesse sempre um posicionamento ao lado dos agricultores e não do lado da Empresa” (Entrevista nº 02, CPT).

Foi assim que se deu a participação do INCRA na segunda retirada das famílias da área solicitada pela Vale. A organização e a pressão dos agricultores foram de fundamental importância nesse processo. Depois de concluída a pauta elaborada pelos agricultores ela foi apresentada na reunião com a participação do INCRA e a Vale. A primeira proposta da empresa para as indenizações baseava-se nos laudos tradicionais, portanto não foi aceito pelos agricultores. Depois de muito debate chegaram a um consenso sobre o laudo de avaliação que seria de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e seria elaborada por uma comissão composta pelos técnicos da CPT, INCRA e a Vale. Essa foi a forma encontrada para resolver o impasse, visto que os agricultores puderam contar com assessoria técnica da CPT, através de um engenheiro agrônomo que fez parte da comissão:

“Foi utilizada uma metodologia nova, bastante diferenciada dos laudos tradicionais, que procurou contemplar as reivindicações dos agricultores. Essa equipe discutiu e construiu uma planilha que serviu de base para elaborar os laudos de avaliação das benfeitorias nos lotes dos assentados. É importante ressaltar que nessa avaliação não se levou em

consideração a depreciação do patrimônio dos agricultores, tudo foi avaliado como se fosse novo” (Entrevista nº 02, CPT).

Dessa forma os agricultores conseguiram obter um preço justo levando em consideração o que cada agricultor tinha plantado em seu lote. Além dessa conquista eles conseguiram também que a Empresa pagasse uma indenização coletiva pela retirada das famílias do PA Campos Altos. Essa indenização estava pautada nos anos de trabalho que os agricultores tinham investido naquele local, e que hoje com uma idade mais avançada, eles não conseguem da mesma forma investir no novo assentamento.

Houve muitos ganhos, e também muitas perdas visto que muitos acordos não foram cumpridos no prazo determinado no termo de compromisso. Conforme declaração do CEPASP, para ser juridicamente aprovado o acordo, precisava ter a presença do INCRA, e muitas vezes eles não compareciam na data combinada, o que dificultou o processo de cobrança por parte dos agricultores. O INCRA “esteve presente a partir da pressão e acompanhou esses processos aí, dentro do tempo deles” (Entrevista nº 03, CEPASP).

4.3 AS NEGOCIAÇÕES E AS CONQUISTAS

A segunda negociação para desafetação da área consistiu num processo lento e de longa duração, visto que já faz mais de 03 anos que se iniciou. Primeiro foi o protesto dos agricultores, pela maneira impositiva que a Vale queria negociar, que foi materializado através do bloqueio da estrada que dá acesso à mina. Segundo foi exigir a presença do INCRA e da Vale/Inco nas negociações. Terceiro, elaborar a pauta de reivindicação e discutir com a Empresa e o INCRA.

Do surgimento do conflito até o fechamento do acordo haviam se passado mais de 02 anos, quando foi assinado no dia 22 de dezembro 2010, o “Termo de Compromisso celebrado entre o INCRA e a Vale” com a participação da CPT que prestava assessoria jurídica aos agricultores. Essa segunda retirada dos agricultores do PA Campos Altos foi dividida em duas etapas, a primeira com a previsão de fechamento até 15.02.2011, e a segunda etapa era para ser concluída até 30.04.2011, o que não ocorreu no tempo previsto.

Depois de fechado o acordo, a Vale/Inco elaborou uma Cartilha do Processo de Desafetação e Reassentamento intitulada “Nossa História, Novos Caminhos” e distribuiu para os agricultores que faziam parte do segundo processo de negociação. A referida cartilha

continha 8 capítulos: I – Direitos Minerários – Pesquisa e Exploração contribuindo para o Desenvolvimento da Região, II - Explicação sobre a Desafetação da Área, III - Área Anfiteia para o Novo Assentamento, IV - PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento, V - Deslocamento e Reassentamento das Famílias, VI - Diagnóstico Socioeconômico e Acompanhamento Pós-Mudanças, VII – Exposição sobre os Cálculos das Benfeitorias e a destinação do Fundo Social, VIII – Desenvolvimento Humano e Econômico do PA União; esta parte trata especificamente da Estação Conhecimento, suas metas, planos de trabalho e as instalações prediais com plantas detalhadas de cada área com a previsão de construção no próprio assentamento.

O discurso da Vale/Inco era que as famílias reassentadas não iriam ter perdas, porque o novo PA seria um modelo para a região e para o país, e que com o apoio técnico educacional rapidamente os agricultores conseguiriam obter sucesso na produção e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida no assentamento.

Passando da teoria para a prática dos acordos realizados, a primeira ação foi a compra da área pela Vale/Inco, e levou um tempo porque necessitava do acompanhamento e vistoria do INCRA e da comissão de representantes dos agricultores. Os agricultores nomearam o novo assentamento de PA União, porque segundo eles a conquista de uma nova terra foi o resultado de muita luta, organização e principalmente de “união” dos moradores do PA Campos Altos.

Após a compra da área, o contrato previu a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) que nortearia o reassentamento das famílias para a nova área, e o presente estudo deveria ser concluído no prazo máximo de 180 dias, a contar da data de assinatura do termo de compromisso. As obras de infraestrutura: estrada, rede elétrica, poço, e a construção das casas nos respectivos lotes, ficaram sob a responsabilidade da Vale que deveria acompanhar o trabalho das empresas terceirizadas. Após a conclusão das obras a Vale deveria fazer a entrega ao INCRA que ficou com a responsabilidade de realizar a vistoria e, integrar a referida área ao patrimônio da União e reassentar as famílias. Essa programação foi dividida em duas etapas a primeira destinava-se a uma área de 2.730 hectares para o reassentamento de 42 famílias até o dia 15.02.2011, e a segunda etapa na área com 4.710 ha, seria destinada para o reassentamento de aproximadamente 60 famílias com previsão até o dia 30.04.2011.

5 A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA VIDA NO PA UNIÃO: POSSIBILIDADES E CONSTRANGIMENTOS

Apresento nessa parte do texto uma análise dos resultados dos acordos celebrados entre a empresa mineradora e as famílias assentadas. Minha perspectiva é demonstrar como a assimetria entre os atores envolvidos no processo conflituoso dificulta o fechamento das negociações com satisfação para ambas as partes. Apesar dos avanços alcançados na segunda etapa da desafetação, existe um número muito grande de famílias que ainda estão sendo afetadas pela morosidade na execução das obras no PA União. A análise feita evidencia a necessidade de constante mobilização das famílias no sentido de fazer com que a empresa mineradora cumpra todas as etapas do acordo.

5.1 AS PENDÊNCIAS DO ACORDO CELEBRADO ENTRE A VALE E O INCRA

Uma das maiores reclamações dos agricultores foi com referência à falta de cumprimento dos acordos. Como a Vale/Inco tinha pressa em conseguir logo a área, ela iniciou o processo de indenização das benfeitorias dos lotes dos assentados do PA Campos Altos, em agosto de 2010. As avaliações se dividiam em duas partes: Benfeitorias Reprodutivas (pastagem, pomar, animais etc.) e Benfeitorias Não Reprodutivas (casas, currais, cercas, represas, depósitos, etc.). O problema é que a Vale fechou o contrato com os agricultores sem ter concluído as obras do PA União. Após o fechamento da negociação referente às indenizações, a Empresa tinha um prazo de até 30 dias para efetuar o pagamento de 30% do valor acordado após a assinatura do contrato, e a Vale solicitava que as famílias desocupassem os lotes o mais rápido possível para receber os 70% restantes do valor da indenização. A empresa utilizou o pagamento como forma de pressionar as famílias.

Havia um grupo de agricultores que concordaram em sair logo dos seus lotes, e fecharam o acordo com a mineradora, outros não aceitaram sair visto que as casas do PA União não estavam prontas e eles não tinham para onde ir. Esse caso não foi apenas de uma ou duas famílias, conforme o depoimento desse agricultor que se mudou para o PA União no mês de outubro de 2011, ou seja 15 meses após o fechamento do acordo, e mesmo assim a sua casa não estava pronta:

“Para mim a Vale não foi muito boa não, porque já tem 15 meses que eu fechei a negociação com eles e até hoje a senhora pode acreditar que eu não recebi 50% da negociação. Eu não estou dizendo que eles não vão me pagar, eu não sei qual é o problema, mas eles sacanearam comigo. Eles prometeram me entregar essa casa aqui até o dia 30 de abril 2011, e na época eles me procuraram para eu desocupar a terra. Como eu ia sair sem ter lugar para ir? Não tinha energia, estrada, então eu não aceitei sair porque aonde eu ia colocar o meu gado? Mas o que atrapalhou foi que muita gente saiu para receber o dinheiro porque a Vale queria era que desocupasse logo. E o que aconteceu? Até hoje a Vale não entregou a casa dele”(Entrevista nº 24, Agricultor).

É interessante observar que a avaliação feita pelos agricultores apresenta uma multiplicidade de opiniões, por exemplo, para as famílias que possuíam muitas benfeitorias em seus lotes como: represa, curral, lavoura de cacau receberam uma boa indenização, e no novo assentamento conseguiram uma terra de qualidade com água, consideraram que foi muito boa a negociação. Ainda para quem tinha muitas benfeitorias, terra boa e abundância de água e que no novo assentamento recebeu uma terra menos fértil e que não possui sequer uma nascente, avalia que a vida piorou porque sem água e com uma terra mais fraca não tem condições de comportar a mesma quantidade de gado da terra anterior²⁶ (cf. Entrevista nº 24).

Não obstante, para os agricultores que possuíam numa faixa de 2 a 6 alqueires de terra bem próxima à Serra Puma muito acidentada, e com poucas benfeitorias, foram os que mais saíram ganhando porque foram reassentados em uma terra maior e ainda receberam a indenização que está sendo investida no novo lote. Isso porque na negociação foi exigido que quem tivesse terra com menos 10 alqueires iria ganhar 10 alqueires; foi uma briga intensa com o INCRA. A justificativa da CPT para ganhar essa causa foi respaldada na determinação do juiz, a Vale teria que comprar outra área do tamanho da que foi desafetada em favor da empresa. Como nessa área tinha alguns fazendeiros de forma ilegal, eles não foram reassentados²⁷, porque não tinham o perfil de cliente da Reforma Agrária, então a parte que

²⁶ Esse agricultor possuía no PA Campos Altos uma terra de boa qualidade, cortada pelos rios Cateté e Mutum, além de uma mina natural. Os seus pastos eram limpos, cercados e comportava 150 cabeças de gado. Ele recebeu uma terra com muita juquirá e sem nenhuma água, só a da represa que está sendo feita com os maquinários da Associação União, dinheiro recebido do Fundo Social. O agricultor avalia que hoje a sua terra comporta 30 cabeças de gado no máximo, e ele vai ter que alugar pasto ou vender o gado. Para piorar a situação já tem 15 meses que ele negociou com a Vale e ainda não recebeu nem a metade do valor, e mudou-se para o PA União sem terminar a casa.

²⁷ Os fazendeiros receberam a indenização pelas benfeitorias da mesma forma que os assentados, porém não tinham perfil de cliente da reforma agrária, e não reclamaram de não receber outra terra visto eram médicos, empresários, comerciantes entre outros.

seria destinada aos fazendeiros serviu para ampliar a área desse grupo de agricultores que possuíam um lote muito pequeno no PA Campos Altos.

“Por exemplo o sr. João César tinha 3,5 alqueires de terra e pegou R\$ 160.000,00. A terra que ele tinha se ele conseguisse vender por R\$ 5.000,00 o alqueire era caro, porque era só a juquira e a terra era ruim. A dona Edileuza tinha 01 alqueire e não tinha nada plantado, nada. Então para esses agricultores, que tinham terra pequena e não tinha nada plantado, foram os que mais obtiveram lucro” (Entrevista nº 21, Agricultor).

Os agricultores ganharam essa causa e as famílias referidas na entrevista acima conseguiram o lote de 10 alqueires, também porque senão quem sairia ganhando era a Vale/Inco que iria comprar menos terra do que ela adquiriu, porque os fazendeiros ilegais, ela não foi obrigada a reassentar.

O processo de reassentamento ainda está em fase de execução, e muitas famílias se mudaram mesmo sem ter terminado as obras. O prazo máximo estabelecido no acordo para entrega das obras, já foi acrescido da prorrogação e terminou no dia 30.10.2011, sem ter reassentado nem as famílias previstas para a primeira etapa. Não obstante, em reunião com a comissão de negociação dos agricultores a Vale informou que não conseguiu terminar as obras no prazo previsto e que seria necessário estabelecer um novo prazo. Este fato tem trazido muitos transtornos para as famílias:

“Quem já está morando no PA União, tem necessidade de morar. Agora teve muitos que negociaram suas terras, mas não eram agricultores como nós que a terra é o único meio de sobrevivência. Então o debate é de quem está morando, falta ainda casa para fazer, falta fazer estradas, cascalhar, fazer boca de bueiro, falta energia para chegar até as casas que estão prontas. [...] A Justiça Federal disse que tinha que haver um acordo dos agricultores com a Vale, porque nós tínhamos que sair, mas também tínhamos o direito de ser reassentado no prazo estabelecido no acordo. A mineradora tem um documento que é Lei a gente tem que sair, mas também nós temos esse acordo. A pressão foi grande, ameaça fechamento de estrada, tudo enfim foi feito para que se chegasse a este acordo final” (Entrevista nº 21, Agricultor).

A revolta dos agricultores é explícita pela falta de cumprimento do acordo, a pressão foi grande da empresa para que as famílias desocupassem logo o lote, mas por outro lado a empresa não cumpriu o acordo no prazo estabelecido.

Além das dificuldades vivenciadas pelas famílias que já receberam suas casas no PA União, eles estão também preocupados com quem ainda não recebeu: “até hoje a Vale não entregou a casa deles, e eles estão rolando lá na cidade e gastando o dinheiro que receberam e que era para investir aqui na terra. Isso está acontecendo e não é só com um não, têm várias famílias nessa situação” (Entrevista nº 24, Agricultor reassentado).

Essas famílias que ainda não receberam suas casas no PA União estão na cidade gastando o dinheiro que poderia ser investido no novo assentamento, como fizeram as famílias que já foram reassentadas, ampliaram suas casas, construíram curral, fizeram cerca entre outras benfeitorias realizadas no novo lote. E quanto mais passa o tempo mais prejudicado eles ficam porque estão perdendo a época do plantio, pagando pasto para colocar o gado e gastando o dinheiro da indenização para sobreviver na cidade. Essa foi uma das maiores dificuldades vivenciadas pela falta de cumprimento no acordo estabelecido entre Vale/Inco e o INCRA.

A falta de cumprimento nos prazos acarreta enormes prejuízos para os agricultores, bem como acaba gerando um clima de insatisfação e desconfiança em relação à empresa mineradora. Alguns temem ter que recorrer novamente à Justiça para poder finalizar todos os acordos estabelecidos na negociação. Nesse sentido constata-se que os objetivos propostos para a resolução do conflito baseado no diálogo cooperativo, ainda estão longe de serem alcançados. Para os agricultores que estão sem moradia ficou a propaganda vazia da Vale/Inco que seriam imensos os benefícios que as famílias teriam ao deixarem suas terras para morarem num assentamento muito bem planejado e reestruturado.

Até o mês de dezembro de 2011 foram entregues ao INCRA 38 das 90 casas previstas no acordo da primeira etapa, para proceder a avaliação e o reassentamento das famílias. Destaca-se que as 90 casas previstas para ser entregues em 15.02.2011, além de não ter sido entregue a quantidade estabelecida no acordo, as 38 casas foram destinadas ao INCRA com 10 meses de atraso.

Em janeiro de 2012 havia 58 famílias reassentadas no PA União, sendo 20 famílias da primeira desafetação que foi realizada com a MOP/Canico, e 38 famílias da segunda etapa realizada pela Vale/Inco, totalizando 58 casas entregues das 110 que foram previstas no contrato. Ressalta-se que com referência à segunda etapa do reassentamento do PA União foi determinado no acordo para as casas serem entregues até 30.04.2011, e em dezembro de 2011 não havia sido entregue nenhuma casa dessa etapa.

Diante desse atraso verificou-se que há famílias morando em Ourilândia em casa alugada ou de parentes à espera da conclusão das obras no lote. Outras famílias venderam seu

gado porque como ainda não têm condições de se mudar para o PA União, teriam que pagar aluguel de pasto para manter o rebanho. Verifica-se que há diversas situações dos agricultores que já saíram do PA Campos Altos, e ainda não foram reassentados no PA União.

Para um grupo maior a casa ainda nem começou a ser construída, para outros ainda não têm nem estrada pronta, para um grupo menor a construção está mais adiantada e eles estão morando nas casas, porém sem instalação da rede elétrica, sem energia para tirar água do poço entre outras situações. Observe a declaração do presidente do PA União:

“[...] o atraso dos serviços também tem atrapalhado muito porque o colono vive do que produz, e se a gente não produz vai atrapalhando tudo. Olha tem gente que gastou parte da indenização que recebeu porque é um ano de produção da terra que está parado, porque a terra não está cercada, não está feita e vai atrasando tudo. Então esse atraso na produção para o agricultor é muito grande. Tem muita gente que está nessa situação, não são todos não, mas grande parte dos agricultores está vivendo esse problema” (Entrevista nº 10, Agricultor).

Outra reclamação muito citada pelos agricultores entrevistados foi com referência à reserva coletiva do PA União. De acordo com a cartilha elaborada pela Vale intitulada “Nossa História, Novos Caminhos. Cartilha do Processo de Desafetação e Reassentamento” o agricultor estaria recebendo 70% do lote porque 30% serão destinados à reserva coletiva do assentamento, verifique:

A legislação ambiental em vigor determina que toda propriedade rural destine 80% da área total para composição da Reserva Legal, ficando apenas 20% para as atividades produtivas. Entretanto, no estado do Pará, tramita na Assembléia Legislativa um projeto de lei que permite a exploração de 50% da área, destinando os outros 50% para a Reserva Legal. Caso seja aprovada esta lei, você já tem como garantia uma cota de 30% em uma reserva coletiva que está sendo preservada dentro do novo assentamento e ainda receberá o apoio da Estação Conhecimento para recuperar os 20% restantes da mata dentro do seu lote com técnicas de manejo florestal ou Sistema Agroflorestal (SAF) (VALE, 2010, p. 55).

No referido documento consta ainda que a Reserva Legal Coletiva do PA União está sendo inventariada por uma equipe de técnicos contratados pela Fundação Vale, para registro nos órgãos competentes com o objetivo de resgatar créditos ambientais que serão destinados ao apoio à produção rural das famílias assentadas por meio da Estação Conhecimento (que ainda não foi construída no PA União). A referida reserva funciona da seguinte forma: os agricultores não podem fazer nem manejo sustentável, a mata tem que permanecer intocada, mas os assentados recebem pela preservação.

Os agricultores afirmaram que antes de fechar o acordo dessa segunda negociação era necessária a aprovação dos assentados para que a Reserva Legal fosse coletiva. Então a Vale trouxe uma empresa que estaria interessada na reserva coletiva caso os agricultores aceitassem a proposta. A empresa interessada com a denominação Mata Viva veio até Ourilândia, mostrou o projeto no telão referente ao sequestro de carbono e os agricultores ficaram bastante animados, gostaram muito e concordaram que fosse feita a reserva coletiva no PA União. A referida empresa apresentada pela Vale, pagaria R\$ 400,00/ano por hectare. Sendo que 30% dos lotes dos assentados foram destinados para a reserva, então um agricultor que recebeu 07 alqueires possui 3 alqueires na reserva, equivale a 15 hectares que contabilizaria uma renda de R\$ 6.000,00/ano, para preservar sem derrubar nenhuma árvore, nem retirar nenhum fruto ou caça.

Dessa forma a Vale entregou 70% do total da terra do agricultor e 30% foram destinados a essa Reserva Coletiva. O problema é que os assentados são proibidos de tocar na reserva, ela existe de fato, mas não é administrada por eles. Até dezembro de 2011 ainda não se tinha resolvido nada com referência à reserva, isto é, ela continua sendo administrada pela Vale que mantém guardas de segurança impedindo qualquer pessoa de se aproximar do local.

Assim os agricultores não podem retirar nada e também nada recebem, para eles é como se a terra destinada à reserva não existisse. Veja no depoimento de um assentado o que a Empresa afirmou:

*“Ela (Vale) nos convenceu e só nos repassou 70% da terra e 30% ficou destinado para reserva coletiva, e já tem mais de um ano e até hoje ela não pagou nada. Ela cuida da reserva como se fosse dona e até hoje não tem uma definição se vai pagar ou não, e proíbe de pegar até uma castanha que cai lá na reserva, então ela monitora como se fosse dela, o que na verdade não é, porque ela não está pagando o sequestro de carbono”
(Entrevista nº 10, Agricultor).*

Além do atraso nas obras, essa é outra grande reclamação das famílias entrevistadas. O problema é que até hoje a Vale não entregou o restante da terra, e avisou em uma reunião que aconteceu no dia 07.10.2011 que a empresa Mata Viva que estava interessada na Reserva Coletiva e que veio na época da negociação em Ourilândia, cancelou a proposta e não vai mais fechar o contrato. A contradição está presente nesses esclarecimentos porque a

mineradora afirma que o problema é da Empresa Mata Viva²⁸ que iria fechar o acordo, e o técnico do INCRA afirma que a responsável é a Vale. Observe a afirmação do atual técnico do INCRA que acompanha as negociações com a Vale:

“Eu acho assim nesta segunda etapa a Vale fez um trabalho bom e vem contribuindo com interesse de ajudar, inclusive com a Estação Conhecimento, com a Mata Viva que é pioneira que vai começar ali, para preservação da mata. A Vale vai pagar um percentual, um valor específico por hectare por família dentro da área preservada deles, para que eles mantenham a mata e não derrubem, mas em contrapartida eles vão ter que produzir no restante do lote, se eles não produzir não recebem. O acordo foi feito com a Vale, e é ela que vai fazer esse pagamento e inclusive será feita vistoria para verificar se os assentados estão cumprindo o acordo” (Entrevista nº 04, INCRA).

Percebe-se que para o INCRA não resta dúvida a Empresa é responsável tanto pelo pagamento da reserva, como também para apoiar no reflorestamento da nova área de acordo com a legislação ambiental, pois está previsto no termo de acordo item 2.8 celebrado entre o INCRA e a Vale. Não obstante, no dia 07 de novembro de 2011, em uma reunião realizada pela mineradora com a comissão dos assentados e a CPT, a Vale não assumiu nenhuma responsabilidade e não apresentou nenhuma solução para esse caso²⁹. Os agricultores temem que a empresa não regularize essa situação e esse atraso tem trazido prejuízos para os assentados. Inclusive afirmaram que esta foi uma estratégia utilizada pela mineradora somente para ter o parecer favorável dos agricultores no momento de fechar o acordo, na época da negociação.

Diante desse impasse os agricultores estão se organizando junto com a assessoria jurídica da CPT para decidirem o que eles vão fazer, porque além do atraso na entrega das casas, na abertura de estradas, construção dos postos de saúde e da Estação Conhecimento, a mineradora não se responsabilizou em nenhum momento pelo pagamento da reserva. As obras da Estação Conhecimento, escolas, e postos de saúde nem foram iniciadas, e percebe-se que esse acordo para o funcionamento no segundo semestre de 2012, está longe de ser cumprido.

Os agricultores de uma maneira geral estão muito insatisfeitos com essa situação de atraso nas obras, bem como a decisão com referência à reserva. A Vale informou para os

²⁸ Mata Viva se refere à empresa que tem interesse em pagar para o agricultor pela preservação da reserva coletiva no assentamento. Isso porque ela pode utilizar como forma de compensar o passivo ambiental da empresa.

²⁹ Eu participei da reunião dos agricultores com a Vale e a CPT em 07.10.2011.

agricultores que há uma indefinição por conta da mudança na direção da empresa e por isso não tem nenhum posicionamento quanto a construção da Estação Conhecimento e nem dos Postos de Saúde; informaram ainda que há uma proposta de entregar estes projetos para a prefeitura. Salienta-se que sem escola e postos de saúde fica difícil a organização familiar dos assentados. Conforme contato com o escritório da CPT em Tucumã, os agricultores estão discutindo e se organizando para entrar com outra ação contra a Vale, se não chegarem a um acordo.

Verifica-se que mesmo quando procura melhores caminhos como a negociação e os acordos numa tentativa de solucionar as tensões “raramente ocorre a supressão dos conflitos, assim como também dificilmente ocorre a plena resolução dos conflitos, isto é a eliminação das causas, das tensões, dos contrastes que originaram os conflitos” (BOBBIO, 2010, v. 1, p. 228). Para o referido autor a regulamentação é a forma menos danosa para os atores envolvidos. Ao mesmo tempo deve garantir o respeito das conquistas alcançadas, nesse caso para os agricultores familiares. O não cumprimento dos acordos abre a possibilidade dos atores entrarem novamente em conflito.

5.2 A INSTALAÇÃO NA NOVA MORADA: PROMESSAS E REALIDADE

O PA União fica localizado na Vicinal Quatro Barracos município de Ourilândia do Norte numa distância de aproximadamente 20 km do centro da cidade. O acesso à Vicinal Quatro Barracos é através da PA 279 aproximadamente 15 km antes de chegar a Ourilândia do Norte, entrada à direita e percorre uns 5 km até o local onde se inicia o PA.

A área foi adquirida pela Vale/Inco e selecionada pelo INCRA, CPT e pela Comissão dos Assentados com a finalidade de proceder o reassentamento das famílias beneficiárias do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal que anteriormente foram retiradas do PA Campos Altos. A figura abaixo mostra a placa que a Vale colocou logo após a compra da área, indicando a localização do assentamento e o compromisso com o número de construção de casas, estradas, poços e energia elétrica de acordo com o termo de compromisso celebrado entre a Vale e o INCRA.

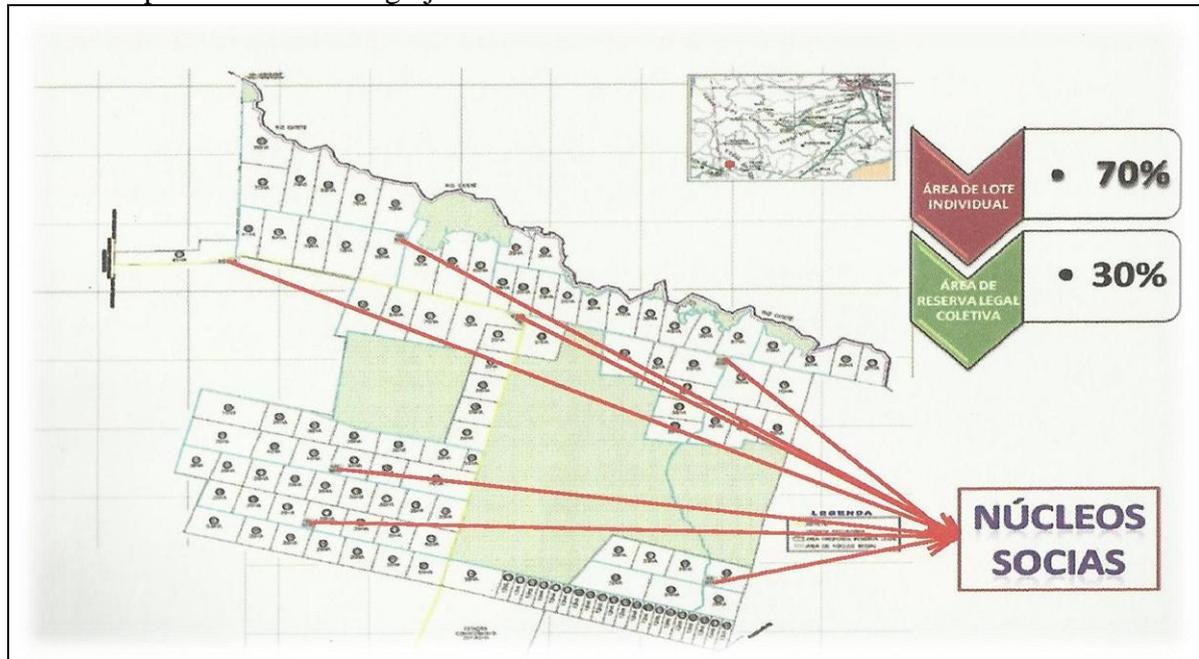
Foto 06 – Placa exposta à margem PA 279 com indicativo da estrada para o PA União.



Fonte: Pesquisa de Campo – setembro, 2011.

A área do novo assentamento é formada por 03 imóveis rurais oriundos de propriedade privada que possuíam a seguinte denominação: Fazenda São Mateus com uma área de 1.780 hectares; Fazenda Cabanada com uma área de 2.974 hectares; e Fazenda Dois Irmãos com uma área de 2.314 hectares; totalizando aproximadamente 7.068 hectares. Essas áreas antes de serem adquiridas pela Vale foram avaliadas por técnicos do INCRA e por agrônomos indicados pela CPT e a Vale. O solo do PA União foi analisado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e o resultado da pesquisa apresentou uma boa qualidade com aptidão agrícola, atendendo às exigências para destinação da área para a reforma agrária. Observe na figura abaixo como a área ficou dividida:

Planta 01 - PA União com a divisão dos lotes e os locais destinados a construção de escolas e postos de saúde e igrejas.



Fonte: Vale, 2010.

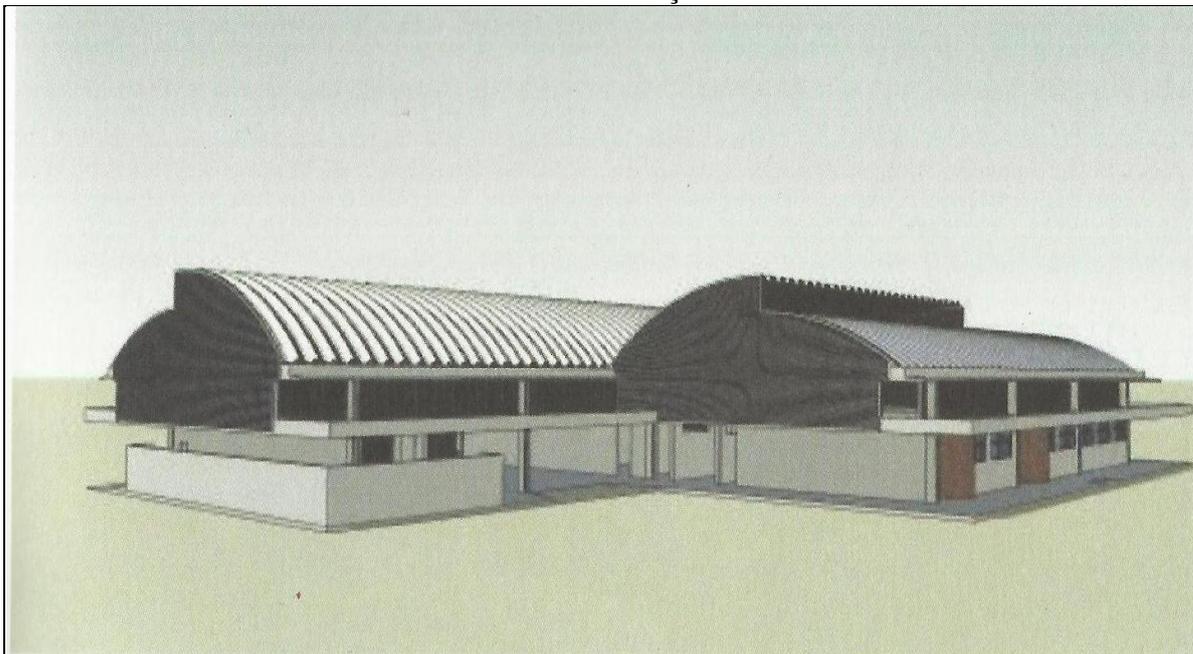
Na figura acima onde consta “Núcleos Sociais” a maior área, à direita na parte inferior da figura, é o local previsto no PA União para a construção de escolas, centros comunitários, postos de saúde e o projeto social da Fundação Vale a Estação Conhecimento. A referida Estação se divide em três partes: o Centro Educacional que tem como objetivo promover programas e ações que visem a organização da produção e do negócio, com apoio técnico permanente; a segunda é o Centro de Referência Tecnológica e o terceiro, o Centro de Processamento e Comercialização (VALE, 2010).

A Vale/Inco afirmou que o PDA já está pronto e foi elaborado em parceria com o INCRA atendendo às exigências dessa autarquia³⁰. O plano ainda é provisório e contempla o parcelamento da área, bem como o desenvolvimento de várias ações como orientar o trabalhador rural na organização das cadeias produtivas, no planejamento de suas atividades e no conhecimento da vocação comercial da região, estabelecendo uma organização social para acompanhar e gerenciar os programas.

Em agosto de 2010 em uma reunião da Vale/Inco com o INCRA e os agricultores foram apresentados os projetos previstos no PDA, e entre eles a descrição sobre o funcionamento da Estação Conhecimento. Veja na figura abaixo a planta da Estação Conhecimento que foi apresentada aos agricultores nessa reunião:

³⁰ Não consegui ter acesso ao PDA, solicitei ao INCRA de Marabá, e o representante do Departamento responsável pelo PDA me informou que o PDA União ainda não tinha sido concluído.

Planta 02 - Planta alta do Prédio Educacional - Estação Conhecimento.



Fonte: Vale, 2010.

O prédio educacional, de acordo com a cartilha da Vale, seria construído no PA União logo na entrada da vicinal Quatro Barracos (próximo a PA 279) e destinado ao atendimento dos filhos dos agricultores do PA União, com a implantação do Ensino Fundamental completo, voltado para uma educação do campo, propiciando habilidades para o uso de técnicas e manejo ambientalmente corretas, com aplicabilidade no lote, proporcionando um desenvolvimento sustentável para a comunidade. O Centro Educacional apresentado pela Vale/Inco foi o tema que despertou maior interesse por parte dos agricultores. Essa atitude se justifica porque os filhos dos assentados que já foram remanejados estão estudando na cidade e isto tem trazido inúmeros transtornos para as famílias.

Com referência aos prédios profissionalizantes seriam destinados aos programas sociais como cursos profissionalizantes, atividades produtivas e culturais; com objetivo de fortalecer a comunidade rural dedicada à agricultura e à pecuária com a finalidade de melhorar os níveis tecnológicos através da qualificação profissional. Além dos prédios Educacional, Profissionalizante e Administrativo, incluía também um campo de futebol, uma piscina semi-olímpica e uma pista de atletismo (Vale, 2010, p.45-46).

De acordo com a cláusula 3.2.2 do Termo de Acordo celebrado entre o INCRA e a Vale S/A, a Estação Conhecimento está incluída na execução da segunda etapa e deveria ser concluída até 30.04.2011. No entanto, até agosto de 2012 só tinha a placa com o indicativo da construção de uma escola com 1.921 m² e da quadra poliesportiva como partes

integrantes da implantação dos equipamentos sociais do PA União. Observe na foto abaixo que a placa está colocada exatamente no local destinado a construção da escola e que até a presente data não há nem demarcação do local para dar início às obras:

Foto 07 - Local destinado a construção da Estação Conhecimento de acordo com o mapa do PA União.



Fonte: Pesquisa de Campo - Julho, 2012.

Destaca-se que a implantação da Estação Conhecimento Rural é de inteira responsabilidade da Vale, conforme a cláusula 3.2.10, firmado no Termo de Compromisso com o INCRA, com o objetivo de fornecer apoio para o desenvolvimento socioeconômico, como uma forma de compensação para as famílias reassentadas. O início das atividades na Estação Conhecimento, de acordo com a cartilha da Vale³¹, estava previsto para o segundo semestre de 2012. Constata-se que a empresa não iniciou nem a obra para construção do prédio, e não tem nenhuma condição de funcionamento para agosto de 2012.

Pelo atraso na construção e no funcionamento da Estação Conhecimento, os agricultores se organizaram e pressionaram a Vale cobrando um posicionamento da empresa. A resposta da Vale/Inco concedida em uma reunião com os agricultores e a CPT foi que “o atraso foi devido à mudança de direção da Fundação Vale, que é responsável pelo atendimento social da empresa, e que por esse motivo estão aguardando uma decisão da

³¹ Essas cartilhas foram elaboradas pela Vale e distribuída para os agricultores logo após o fechamento do acordo entre a Vale e o INCRA.

nova diretoria” (Entrevista nº 27, CPT). É interessante analisar a resposta da mineradora, visto que o acordo firmado entre o INCRA e a Vale foi resultado da Ação Civil Pública (processo nº 2008.39.01.000846-9) e na cláusula 3.1.13 ficou estabelecido que a Estação Conhecimento é de inteira responsabilidade da Vale, portanto, seja quem for o presidente a Vale continua sendo a executora do projeto. No entanto, a empresa fica insistindo em explicar que o atraso ocorreu devido à mudança de gestão da Fundação Vale, que na verdade não tem nenhum respaldo legal para tal justificativa.

5.3 CONQUISTAS COLETIVAS DOS AGRICULTORES COM A VALE.

Para os agricultores um dos maiores êxitos alcançados nos acordos foi a fórmula adotada para o cálculo das benfeitorias existentes nos lotes e pagamento do lucro cessante³², que levou em consideração a interrupção das atividades agrícolas dos assentados provocada pelo remanejamento das famílias. De acordo com os agricultores o pagamento dessas indenizações ou compensações ajudou na instalação da família no novo assentamento.

Outra conquista foi a indenização sociocultural que os assentados receberam da Vale por conta da reivindicação feita pela CPT. A fundamentação para o requerimento dessa indenização se baseava no argumento de reparação pela desestruturação do assentamento considerando o tempo em que as famílias residiram no PA Campos Altos, e as relações sociais construídas nessa localidade.

O valor da indenização foi de R\$ 10.000,00 por alqueire, e o cálculo da indenização dependia do tamanho da propriedade. Para exemplificar o assentado que possuía um lote de 10 alqueires multiplicava 10 por R\$ 10.000,00, totalizando R\$ 100.000,00, que seria 50% pago ao agricultor e 50% destinado para o Fundo Social³³. Portanto, o valor destinado ao agricultor seria R\$ 50.000,00 como uma forma de compensação pelos 15 anos de trabalho dedicados ao trabalho no lote, e os outros R\$ 50.000,00 seria destinado ao Fundo Social para financiar ações coletivas para os agricultores reassentados no PA União.

³² Perdas, danos e lucro cessante tem o sentido geral de uma indenização, ou seja, uma compensação, que pode ser em dinheiro por uma lesão sofrida, dano e perda imediata e renda futura, ambos certos e previsíveis, portanto o patrimônio da pessoa beneficiada pela indenização não aumenta de valor, mas simplesmente é reposto ao *status quo* anterior ao ilícito, a indenização apenas consiste em pôr fim a situação criada em virtude da conduta contrária à ordem e o direito e procura restabelecer uma posição. (ZAPPA HOOG, s/d)

³³ Fundo Social é um fundo de natureza financeira, destinado a financiar programas e ações de desenvolvimento, geração de emprego e renda, inclusão e promoção social no novo assentamento, isto é no PA União.

Esse cálculo teria que ser feito para todas as famílias que foram retiradas da área na segunda desafetação, ressalta-se que não foram retirados apenas os assentados; tinha fazendeiros também na área de interesse da Vale, que não receberam a indenização sócio-cultural porque não eram clientes da reforma agrária. Todavia, os 50% deveriam ser computados de acordo com o tamanho da terra e também destinados para o Fundo Social, porque a área que os fazendeiros ocupavam ilegalmente era da União, portanto, possuía investimentos feitos pelo INCRA. Na prática a Vale não incluiu os fazendeiros alegando que a situação deles era irregular. Observe a avaliação feita por esse assentado:

“[...] nós tínhamos um acordo de que fossem incluídos todos que saíram de suas terras, e quando chegou na hora a Vale não cumpriu, tirou fora os fazendeiros. Então daria um total de oito milhões (para o Fundo Social) e caiu para cinco milhões é uma diferença grande. Eles falaram que vão mostrar a lista para comprovar os que estão incluídos na negociação, mas até agora nós impressamos, impressamos e eles não mostraram a lista[...]. Na verdade a Vale não pagou para os colonos o que foi combinado com a CPT” (Entrevista nº 21, Agricultor).

Foi através da organização do Fundo Social que se criou a Associação do PA União composta por doze diretores. Posteriormente foi realizada uma assembléia para a criação da Comissão com o objetivo de gerir o Fundo Social, composta por 03 diretores – 01 representante dos assentados, um representante da CPT e um representante da CEPASP e 2 suplentes. A criação da comissão para administrar os recursos do Fundo Social foi determinação do Ministério Público, como condição para receber o recurso da Vale referente à indenização sociocultural. O primeiro depósito foi no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de Reais) na conta da Comissão do Fundo.

Esse primeiro recurso destinado ao Fundo Social, a comissão do fundo transferiu todo para a conta da Associação do PA União. A diretoria da referida associação realizou uma assembléia para votar a aplicação do recurso, e a proposta vencedora foi a aquisição de caminhões e equipamentos agrícolas para dar apoio aos assentados nessa fase de reestruturação no novo lote e caminhões de transporte para escoar a produção. Dessa forma quem efetuou a compra dos equipamentos foi a Associação União que prestará contas para a Comissão do Fundo Social.

Após a prestação de contas da Associação do PA União à Comissão do Fundo Social, a documentação será encaminhada ao Ministério Público. A Comissão que administra o Fundo Social está propondo uma mudança nessa forma de prestar contas, porque ela estava

apenas transferindo o recurso para a Associação do PA União, e quem responde junto ao Ministério Público por qualquer irregularidade na aplicação do recurso é a Comissão do Fundo Social. Dessa forma a Comissão do Fundo decidiu discutir com os agricultores a prioridade para a destinação dos recursos e efetuar a compra dos equipamentos para posteriormente fazer a entrega para a Associação do PA União que ficará com a responsabilidade de gerenciar o uso dos equipamentos e fazer a manutenção.

Foto 08 - Máquinas compradas com recurso do Fundo Social no lote de um agricultor no PA União.



Fonte: Pesquisa de campo – setembro/2011.

A figura acima se refere ao lote de um agricultor no PA União que estava recebendo os serviços realizados pelos maquinários que foram adquiridos com o recurso do Fundo Social. Veja a avaliação que esse assentado faz: “eu considero essa forma de organização muito boa, porque acredito no trabalho comunitário com união. (...) Se não fosse o apoio da CPT nós não teríamos conseguido o Fundo Social” (Entrevista nº 18, Agricultor).

Os agricultores avaliaram positivamente a compra dos maquinários efetuada com o recebimento da indenização sociocultural, e consideram muito importante nessa etapa do reassentamento. Observe como a Associação União administra a prestação de serviço no lote: “a máquina vem e trabalha 10 horas para a gente sem custo, depois você paga 50% do valor

da hora de trator que será destinada para a manutenção das máquinas. Eu defendi esse pagamento porque sem manutenção as máquinas acabam” (Entrevista nº 24, Agricultor). Afinal essa é uma das finalidades da indenização oferecer uma compensação pelos prejuízos causados pela saída do PA Campos Altos. Assim o Fundo funciona como uma forma de compensação sociocultural.

Entretanto, os agricultores que ainda não estão morando no PA União porque as suas casas ainda não estão prontas, ou aqueles mais idosos que vão ficar morando na cidade, pois não conseguem mais trabalhar no lote, eles vêm com desconfiança o Fundo Social. Este fato demonstra uma visão diferenciada de acordo com a posição que cada um se encontra. Para quem está trabalhando na terra com o objetivo de produzir, os maquinários são de grande importância nesse processo. Já para aqueles que não estão trabalhando nos seus lotes, que fizeram outro tipo de investimento, a avaliação é negativa com relação aos serviços comunitários, visto que os mesmos possuem objetivos diferenciados.

Apesar das insatisfações relatadas por alguns agricultores com o Fundo Social, destaca-se que eles são minoria. A grande maioria além de estar satisfeita com a criação desta forma de organização, afirmaram também que a conquista desse recurso foi fruto de muita luta e organização, e que sem o apoio da CPT eles jamais teriam conseguido que a Empresa pagasse esta indenização.

Os associados do PA União declararam também que já têm outras demandas e gostariam que fossem aprovadas pelo Fundo Social como: um projeto coletivo de piscicultura, tanques resfriadores de leite, aquisição de gado leiteiro de qualidade, e a construção de um curral coletivo³⁴. É importante destacar que a maioria desses agricultores viveu toda a sua vida no campo. Antes de serem assentados no PA Campos Altos eram trabalhadores rurais em outros estados e vieram para o Pará com o sonho de adquirir um pedaço de terra para trabalhar. A vida dessas famílias depende exclusivamente da terra, como espaço para viver, morar e produzir; diferente de outros PAs que envolvem também pessoas desempregadas da cidade que não possuem nenhum vínculo ou tradição com a terra.

O técnico do INCRA em entrevista também ressaltou a questão da experiência desses assentados “(...) eles têm tudo para ter um desenvolvimento muito melhor do que outros assentamentos nossos. Eles já são de lá, são agricultores tradicionais na produção de cacau e leite, já vem produzindo, não é um agricultor que vai começar da estaca zero” (Entrevista nº 04, INCRA).

³⁴ Vários agricultores afirmaram que não têm condições de construir um curral, porque aumentou muito o preço da madeira devido à escassez na região. A madeira para construção da cerca está vindo de Tailândia-PA.

Outro fator de destaque é que mesmo com essas dificuldades os agricultores possuem uma consciência de que precisa haver uma diversificação na produção no novo lote, e eles alimentam o sonho de transformar este novo local. Alguns já plantaram milho consorciado com banana, outros ainda estão preparando a terra para o plantio de mandioca e cacau, e pretendem continuar com a criação de gado leiteiro e animais de pequeno porte. Observe a justificativa de um assentado que escolheu essas culturas:

“A nossa região tem vocação para o cacau e o gado de leite e cria, então a gente sempre quer plantar cacau e criar gado de leite, porque se plantar outra cultura a gente não encontra adubo ou qualquer tipo de defensivo agrícola para dar combate. O cacau já tem destino certo, a cooperativa compra as amêndoas e o leite os laticínios têm os leiteiros que pegam na porta, então é uma renda certa para o agricultor” (Entrevista nº 02, Agricultor).

Com referência às casas que já foram construídas pela Vale no PA União, corresponde ao mesmo padrão das casas do INCRA 42 m², conforme ítem 3.1.7 disposto no acordo.

Foto 09 - Padrão das casas construídas pela Vale no PA União, com um total de 42m².



Fonte: Pesquisa Campo – setembro, 2011.

O acordo determina também que após a entrega da obra, compete ao INCRA realizar a vistoria e proceder a entrega do imóvel para o assentado. A maioria dos agricultores que

receberam as suas casas aumentaram o número de cômodo e construíram varandas ao redor da residência. Segundo informações a nova área era de pastagem e com pouquíssimas árvores tornando as residências muito quentes. Aliado a esse problema a casa também era muito pequena, assim a construção das áreas ao redor da casa melhorou bastante o ambiente, e aumentou o conforto das famílias. Observe a casa de um agricultor que foi ampliada na foto abaixo:

Foto nº 10 – Casa de um agricultor ampliada e ainda em construção no PA União.



Fonte: Pesquisa de campo – Setembro, 2011.

5.4 O PA CAMPOS ALTOS APÓS A SEGUNDA DESAFETAÇÃO

Para as famílias que ficaram no Projeto de Assentamento Campos Altos, faz-se necessário analisar a situação desses agricultores que estão sofrendo com os impactos ambientais como: barulho, poeira, diminuição das águas, assim como os impactos sociais: fechamento de postos de saúde e escolas, a falta de transporte coletivo, dificuldades no escoamento da produção e o isolamento. Como as áreas onde esses agricultores estão não são mais de interesse da Vale/Inco, ela não apresenta nenhuma proposta para amenizar ou mesmo resolver essas dificuldades. Já faz mais de 01 ano que eles estão procurando a

Vale/Inco para ver se chegam a um acordo e a Empresa tem se recusado a se responsabilizar pelos danos provocados a essas famílias.

No PA Campos Altos havia várias escolas entre elas várias salas multisseriadas de 1ª à 4ª série, e a Escola Aldeia seriada para atender de 5ª a 8ª série e o ensino médio. Atualmente foram fechadas várias dessas escolas pela diminuição dos alunos e quem permanece no PA ficam enormemente prejudicados. Observe a foto da escola abaixo que foi desativada no PA Campos Altos:

Foto 11 - Escola localizada no interior do PA Campos Altos e atualmente está desativada.



Fonte: CPT, 2012.

Em busca de solução para essa população, que ainda se encontra no PA Campos Altos ou em outras áreas no entorno do projeto, os agricultores se organizaram assessorados pela CPT e CEPASP, com o apoio de várias entidades da região e protestaram novamente contra a Vale/Inco, pela forma como ela tem tratado as famílias que ficaram no PA Campos Altos e estão sofrendo com os impactos ambientais e sociais. Veja a manifestação na foto abaixo:

Foto 12 – Manifestação realizada em outubro/2011 pelos agricultores que ficaram no entorno do Projeto Onça Puma e reivindicaram o deslocamento para outra área.



Fonte: CPT, 2011.

Já tem mais de 01 ano que a Vale se comprometeu com o INCRA para fazer o diagnóstico dessas famílias que estão no entorno do projeto e até o mês de outubro de 2011 ainda não tinha nem começado. As famílias que se encontram nessa situação não podem ficar esperando uma solução da empresa mineradora ou do INCRA para resolver a situação, o processo de organização novamente tem que se repetir. O agente da CPT faz uma análise dessa situação:

“A vida das famílias que ficaram no assentamento está comprometida. Inclusive estamos em outra fase, outra briga com a Vale, e o fechamento da Vicinal no dia 05.10.2011 foi para resolver o problema dessas famílias que foram afetadas ou diretamente pela poluição sonora e ambiental provocada pela Vale, ou porque estão isoladas, isso é outro impacto social que estamos enfrentando. (...) Não adianta mais o diagnóstico, elas querem saber como fazer para sair de lá, porque não têm viabilidade de sobreviver bem” (Entrevista nº 05, CPT).

Em visita feita no PA Campos Altos com as famílias remanescentes, constata-se que diante da indefinição se elas vão sair ou se permanecer, tem complicado toda a programação

produtiva do agricultor. Soma-se a esta instabilidade as notícias do fechamento da Escola Vila Aldeia em 2012, confirmada pelo Secretário de Educação que alega a diminuição do número de aluno e o alto gasto com transporte escolar. Observe na foto abaixo a referida escola e o posto de saúde:

Foto 13 - Escola Vila Aldeia e o Posto de Saúde localizados no PA Campos Altos.



Fonte: CPT – 2012

A escola acima é a maior escola do PA Campos Altos e fica bem próxima das instalações do Projeto Onça Puma, e funcionava com atendimento ao ensino fundamental maior, isto é de 5ª à 8ª série e o ensino médio modular. Pode-se observar na foto acima que ao lado da Escola Vila Aldeia possui um posto de saúde que tinha atendimento odontológico e médico mensalmente e um agente comunitário de saúde do próprio PA, que dava apoio aos idosos hipertensos, aos diabéticos entre outros problemas de saúde. Em julho de 2011 foi retirado o agente de saúde e o posto de saúde foi fechado, não há mais nenhuma forma de atendimento, e isso prejudica bastante as famílias que ficaram no PA. A situação se agrava mais para os agricultores que não possuem carro próprio e dependem do transporte coletivo que também foi suspenso devido a diminuição do número de usuários.

Em síntese as famílias ficaram sem atendimento escolar, de saúde e isoladas sem condições de se deslocarem para a cidade. Associa-se a brusca diminuição das águas dos

poços³⁵ que abastecem as famílias e a poluição dos córregos que atravessam os lotes. O assessor da CEPASP afirma que é necessário cobrar agilidade nessa situação:

“Eu disse numa reunião que a posição honrosa do INCRA seria de pressionar a Vale para que fosse resolvida, o mais rápido possível, a situação dos agricultores. A Vale desmontou e desestruturou todo o projeto de assentamento [...] a serra, a estrada, quer dizer desestruturou economicamente, politicamente e emocionalmente de todas as formas foi desmontada. Eu analiso dessa forma a questão da economia, a questão ambiental, o igarapé poluído que desemboca no Cateté e tem que ficar ali. Pior ainda quando os caminhões estiverem passando para a Serra Puma buscando produto e quando lá estiver com tudo funcionando com explosões, poeira, barulho, água poluída, enfim numa situação ainda mais insustentável. Então essa é a nossa preocupação hoje, a gente fala para os agricultores esclarecendo para que eles resolvam os problemas antes que sofram mais consequências desse processo” (Entrevista nº 03, CEPASP).

As situações são bastante divergentes, por exemplo, para a Comunidade Santa Rita e a Vicinal Madalena que também estão ali próximas do projeto, as famílias decidiram desde o início das negociações que não queriam sair de suas terras, porque lá tinha um núcleo bom, a área era boa, tinha uma relação estreita de vizinhança e por isso eles tinham feito a opção de permanecerem nas suas localidades. Acontece que com a saída de um número grande de famílias, próximos aos seus lotes, eles também foram afetados. O que fazer diante de situações como essa que as famílias não estão na área de interesse da mineradora, mas que com a implantação do projeto ficaram prejudicadas? Em muitos casos a permanência no lote se tornou completamente inviável. Veja abaixo como a CTP analisa esta situação:

“Assim têm várias políticas que são necessárias para manter essa comunidade ali, mas que a obrigação passa a ser da Empresa, do INCRA e da prefeitura para implementarem essas políticas. Agora as famílias não podem permanecer ali paradas, acomodadas, então precisa fazer uma articulação entre as comunidades que permaneceram ali para pressionar a Empresa. Assim como fizeram recentemente com a interdição da estrada, as comunidades se juntaram para pressionar a Empresa e o INCRA para acelerar o processo de decisão de quem vai ficar e quem vai sair. Se não houver capacidade de pressão sobre a Empresa e sobre o INCRA há uma possibilidade enorme dessas famílias

³⁵ Conforme informação obtida a construção de represas e vários poços artesianos têm provocado uma drástica diminuição das águas tanto nas residências dos agricultores, como nos córregos e igarapés que cortam seus lotes.

*ficarem isoladas. (...) Se não tiver pressão fica difícil”
(Entrevista nº 02, CPT).*

Constata-se que já se passaram 08 anos desde o início das pesquisas nos lotes e as primeiras negociações com os assentados, e ainda hoje há uma série de impasses para serem resolvidos. A CPT e o CEPASP nomearam a fase atual das famílias que estão no entorno do projeto, e estão enfrentando sérios problemas, de terceira negociação entre a Vale/Inco e os agricultores. Ressalta-se que o conflito está sempre presente, seja por conta dos impactos ambientais ou sociais, ou por falta de atuação da Empresa para amenizar estes problemas.

A empresa mineradora previu no EIA/RIMA estudos e ações para situações de impactos ambientais que não estavam contemplados no referido relatório, mas na prática a Vale tem procurado se eximir da responsabilidade com esses agricultores, e muito pouco tem sido feito para amenizar esses problemas ambientais. Soma-se ainda a falta de disponibilização para a população local dos relatórios semestrais que registram os impactos gerados e as medidas tomadas pela Empresa para solucionar tais problemas. Observe a declaração de um representante político da região:

“Depois de muita briga eu consegui os dois relatórios, e existe um parecer na Câmara Técnica do COEMA que eles (Vale) devem apresentar relatórios semestrais na fase de implantação demonstrando realmente os impactos gerados, suas consequências e os efeitos das medidas de mitigação adotados pela empresa na fase de exploração que é agora, cinco anos após a implantação. É interessante fazer esta análise do EIA-RIMA deles” (Entrevista nº 08, Prefeito de Tucumã).

A Constituição Estadual no artigo 248 delega ao Estado a criação de um conselho específico para acompanhar e avaliar todas as atividades relacionadas à mineração, porém na prática isso não acontece. Mesmo diante das denúncias de entidades da região como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Ourilândia e Tucumã, Associações de Pequenos Produtores Rurais e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente não têm sido suficientes para o comparecimento dos órgãos competentes como a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA) para avaliar os danos ambientais e/ou sociais, tampouco para verificar se as medidas de mitigações estão sendo compatíveis com os impactos causados. O que chama mais a atenção é que as próprias empresas mineradoras se fiscalizam:

[...]os órgãos ambientais apenas apreciam os relatórios que as empresas apresentam, que chamam de monitoramento dos falsos programas de controle ambiental. [...] Técnicos são constantemente denunciados por cobrarem e receberem propinas, para agilizar processo ou fornecer parecer fraudulento. O Estado não conta com um quadro técnico suficiente em quantidade e capacidade para fiscalizar os projetos. Não é por acaso, é porque o papel do Estado deve ser de facilitador das ações da empresa (CRUZ NETO, 2010, p.12)

Os estudos para avaliar a situação das famílias que ficaram no entorno do projeto PA Campos Altos e Tucumã que estão previstos no EIA-RIMA para verificar os impactos socioambientais, até a presente data não foram concluídos. A Vale se coloca numa posição de neutralidade diante dos problemas vivenciados pelos assentados, afirmando constantemente que a área de responsabilidade deles é somente as áreas que foram desafetadas. Para endossar o discurso os funcionários da empresa mostram um mapa do DNPM com a demarcação da área de responsabilidade da mineradora. Acontece que não é tão simples assim, com a saída de um número grande de agricultores, mesmo as famílias que não foram incluídas na área de desafetação, estão sofrendo sérios impactos socioeconômicos e ambientais.

A Vale só tem se manifestado diante de pressão e nunca com diálogo ou com implantação de medidas de mitigações discutidas com estas famílias que estão no entorno do projeto. Esse fato pode ser percebido na reclamação de um gestor público da região:

“Eu fiz um levantamento em parceria com a UFPA, para estudar os impactos sociais da mineração e pedi que fosse feito uma crítica em relação à exploração, implantação e fechamento do projeto. O processo de implantação do projeto foi de 5 anos, e a exploração com previsão de 36 anos. Em todas as medidas de mitigação da Vale, por exemplo, o aumento de doenças transmitidas por vetores, eles colocam campanha de divulgação, outro exemplo a poeira, campanha de esclarecimento, campanha de conscientização... Parece-me que eles concentraram, na época do EIA-RIMA nesses 41 anos aqui, numa questão de marketing e propaganda, no esclarecimento e conscientização. Lá no fechamento, veja bem não foi a Vale que fez, foi a Câmara Técnica, depois de 41 anos aí vem lá apoio às políticas públicas de desenvolvimento local. Por que só no fechamento? É o que está no EIA-RIMA deles” (Entrevista nº 08, Prefeito de Tucumã-PA).

A SEMA não fiscaliza na prática se essas ações estão sendo desenvolvidas, ou se surgiram novos problemas que não foram percebidos anteriormente. Ressalta-se que o EIA-RIMA está disponível no site da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, mas percebe-se que

apenas cumpre com os trâmites legais necessários. A falta de fiscalização do IBAMA e da SEMA tem sido percebida pelos agricultores, observe no depoimento abaixo:

“Eu admiro porque um agricultor não pode fazer uma rocinha de um ou dois alqueires e a Vale pode danificar o município todinho que o IBAMA e a SEMA não chegam até lá, omissão total. Aí o que nós temos que fazer? Calar diante da omissão da SEMA e do IBAMA? Não, nós estamos aí e temos vida e temos um certo conhecimento” (Entrevista nº 06, Presidente do STR de Ourilândia do Norte).

Verifica-se que na prática há muito marketing e pouquíssimas ações da Vale com vistas a amenizar os impactos provocados. Antes mesmo de concluir um acordo, a Empresa já está divulgando amplamente até em *outdoors* as “vantagens” para a população, mas de fato não há uma preocupação com os prejuízos nem mesmo para as famílias diretamente afetadas. Diante das lacunas das empresas mineradoras o Estado entra em cena:

[...] fundamentando sua teoria na maximização dos chamados efeitos positivos, resultantes da exploração destes recursos através de programas voltados para o benefício da sociedade civil, de forma a compensar o aumento da demanda social, decorrente da implantação dos projetos (SILVA, 2003, p. 65).

Por fim a população prejudicada pelos impactos ambientais e que não está na área de interesse da empresa, fica sem saber a quem recorrer, visto que a Empresa não cumpre o que foi estabelecido no EIA-RIMA, e por outro lado o Estado não cumpre com as determinações legais de fiscalização, bem como não se preocupa com os danos causados às populações que ficaram no entorno do projeto.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tanta violência, conflitos, e impasses inicia-se uma reflexão sobre a mineração e o desenvolvimento da região. A mineração está voltada exclusivamente para a exportação, os minérios não possuem vínculo direto com outros sistemas produtivos do município ou da região e muito menos com a agricultura familiar. Na fase de construção de infraestrutura do projeto emprega um enorme número de pessoas, e esse fato de certa forma favorece o comércio local, a rede hoteleira, o ramo imobiliário entre outros serviços. Todavia passada a fase de implantação, como está acontecendo em Ourilândia e Tucumã, já estão vivenciando a fase de declínio do comércio de modo geral, há placas de aluguéis de casas por todos os lugares, e os comerciantes e a população reclamam da situação atual.

Outra reflexão suscitada pelos movimentos sociais rurais em Ourilândia do Norte se refere ao impacto econômico causado pela diminuição dos investimentos e produção da agricultura familiar. O município de Ourilândia do Norte apresenta uma realidade atípica, visto que 85% da sua área pertencem à reserva indígena e área de preservação permanente (APP). Antes da implantação e execução do projeto a área ocupada pela mineração era destinada à agricultura familiar com a produção de cacau e leite. Atualmente essas terras estão no poder da Vale, justamente a área que era destinada aos assentamentos. Com a retirada dos agricultores por parte da mineradora, gerou-se um clima de insegurança que afetou até os fazendeiros, visto que eles também se sentiram inseguros para fazer investimentos em suas terras, pois temem uma nova desafetação e por isso estão colocando à venda seus imóveis. Pode se comprovar pelo PA União que a área do assentamento era de 03 fazendeiros que procuraram a Vale para negociar suas terras.

A mineração no município de Ourilândia tem provocado muitos debates, principalmente entre as entidades representantes da categoria dos trabalhadores rurais, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Associações de pequenos produtores, e alguns representantes de entidades governamentais. O ex-secretário municipal de meio-ambiente que participou da primeira e segunda negociação dos agricultores com as empresas mineradoras e declarou:

“Na minha visão o município está vulnerável. Isso porque a qualquer hora que der um problema na economia internacional e atingir a indústria minerária o que vai acontecer? Ourilândia vai acabar, acabar... O município está vulnerável, a economia de um município

se faz com uma agricultura forte, a agricultura familiar é que produz, que não precisa vir alimento de fora. [...] Compra de terra? Ninguém quer comprar terras aqui no município. [...] A terra caiu tanto de preço que para você ter uma ideia na época antes do projeto o bezerro aqui era R\$ 100,00 e um alqueire custava R\$ 4.000,00, então você vendia 40 bezerras e comprava um alqueire de terra. Hoje o bezerro custa R\$ 600,00 e o alqueire de terra deveria custar no mínimo R\$ 20.000,00 e hoje você encontra um alqueire de terra por R\$ 6.000,00, no máximo R\$ 8.000,00, porque ninguém quer investir mais aqui porque é um investimento de risco e todo mundo sabe disso” (Entrevista nº 09, Ex Secretário de Meio Ambiente).

Essa questão referente ao preço da terra precisa ser estudado com mais profundidade. Em Tucumã alguns elementos podem ser levados em consideração, a predominância de pequenas propriedades e também o fato de que a retirada das famílias não refletiu tanto na economia, não sei até que ponto isso pode influenciar, mas o preço da terra não caiu como em Ourilândia. Precisaria fazer uma análise mais profunda levando em conta outras variantes para entender esse fenômeno, que não foi o foco desse estudo.

Percebe-se que omissão da SEMA diante dos impactos ambientais causados às populações que estão no entorno do projeto, demonstra claramente o apoio do Estado às empresas multinacionais. Já passaram os 05 anos de implantação das obras de infraestrutura, hoje o projeto está na fase de extração e ainda não mudou essa metodologia de marketing utilizada pela empresa. O discurso do desenvolvimento e da geração de emprego e renda está ultrapassado, e cada vez mais as pessoas vão se conscientizando que a mineração não traz só benefícios como é divulgado. Veja o depoimento do representante do poder público municipal:

“Eu não acho que nós devemos ser inimigos da Vale, de maneira nenhuma, seja bem vinda. Mas cada ente tem que assumir sua responsabilidade, não é o poder público trabalhar em função da mineradora não. Eu acho que nós temos que trabalhar para diminuir esse impacto, para amenizar o impacto causado e melhorar a vida da população. A Vale enquanto empresa e mineradora tem que ter responsabilidade social, ela tem que investir apoiando o poder público nisso, não é falar mal deles é chamá-los para assumir a parcela de responsabilidade” (Entrevista nº 08 Prefeito de Tucumã).

Além dos impactos sociais produzidos na zona rural, na cidade também não foi diferente: aumentou a demanda com referência à segurança pública, à educação, saúde e

assistência social. Isso quer dizer que a procura aumentou, mas não aumentaram os investimentos nessas áreas. É fato que a Vale implantou uma escola denominada Pitágoras no município de Ourilândia, como uma escola modelo, mas é um investimento ínfimo diante das necessidades dos municípios que são afetados diretamente pelo projeto. Tucumã e Ourilândia hoje apresentam uma demanda superior a 06 anos atrás, isto é, antes da chegada das empresas mineradoras. Veja a posição de um agente da CPT:

“Não sou muito animado com a mineração não. É preciso um grande desenvolvimento da região, porque traz trabalho para algumas pessoas, mas ao mesmo tempo tem muita gente à procura de trabalho e os problemas sociais estão aumentando. Tem o problema das escolas, não é só a escola da Vale que é bonitinha que vai resolver o problema da educação. A saúde é outro problema, a Vale dá dinheiro, mas não se sabe quanto e nem aonde vai parar, além dos royalties baixos. [...] Para fazer uma estrada mal feita em Ourilândia demorou 4 anos. A demanda social aumentou em Tucumã e Ourilândia e a Vale tem contribuído muito pouco. A questão da segurança nesta região já era um problema que agora acentuou mais ainda” (Entrevista nº 05, CPT).

A mineração é vista de duas formas completamente distintas com relação ao desenvolvimento da região. Para um grupo composto por empresários, comerciantes, prefeitos, vereadores, governos estadual e federal não resta dúvida que a mineração tem trazido benefício e desenvolvimento para as cidades de Tucumã, Ourilândia e São Félix do Xingu. É notório como têm ampliadas as obras de infraestrutura como pavimentação de estradas, construções de pontes, ampliação da rede de energia elétrica, implantação de uma companhia da Polícia Militar³⁶, que atende às necessidades básicas para a implantação do projeto e segurança do capital investido. Por outro lado observa-se que os investimentos dos governos estadual e federal nas áreas sociais como saúde, educação, segurança, habitação e saneamento básico que beneficiam diretamente à população não foram ampliados, continuam em condições precárias de atendimento principalmente para aqueles que mais necessitam do poder público.

Já o grupo que integra os agricultores familiares³⁷, as organizações sociais do campo, entidades como a CPT e o CEPASP, não vislumbram nenhum desenvolvimento com a implantação da mineração na região, afirmando que acentuou o processo de desestruturação

³⁶ A Vale declara que melhorou a segurança porque trouxe a companhia da Polícia Militar para Ourilândia, porém o atendimento nas Delegacias piorou, visto que a demanda aumentou e os recursos humanos e materiais continuam os mesmos, precarizando cada vez mais o atendimento à população.

³⁷ Os agricultores que integram esses grupos são aqueles mais esclarecidos e atuantes nos movimentos sociais.

no campo, desterritorialização, degradação ambiental e social, favorecendo apenas uma minoria. Observe a declaração de um membro de uma dessas entidades:

“A mineração na região não tem nenhuma relação com nenhum sistema produtivo, não tem relação nem com o agronegócio, pior ainda com a agricultura familiar porque essa ela está destituindo. Então nós não vimos, na perspectiva do desenvolvimento, nenhuma relação desse projeto da mineração com outras unidades produtivas ou setores produtivos. Nós percebemos que esse é um processo apenas de saque das riquezas que existem, nesse caso a mineral.[...] Então esse modelo não serve que é de saque dos nossos recursos sem deixar aqui possibilidade de riquezas, vai deixar sim muitas crateras, as águas poluídas, muito desmatamento e muitos transtornos das cidades inchadas sem que as cidades possam oferecer melhores condições para a população” (Entrevista n° 03, CEPASP).

É interessante observar que na segunda negociação do INCRA com a Vale/Inco os movimentos sociais tiveram um papel fundamental, porque ajudaram os agricultores a perceberem como o Estado beneficia as grandes empresas em detrimento das classes menos favorecidas economicamente, nesse caso os assentados da reforma agrária. A organização dos agricultores e a luta pelos seus direitos contribuíram no sentido de entender que o modelo de desenvolvimento adotado pelo governo e empresas multinacionais, que propaga o crescimento econômico e geração de empregos, mas de fato não melhora a qualidade de vida da população local e conseqüentemente não diminui as desigualdades sociais.

O projeto de desenvolvimento dos movimentos sociais tem como base a melhoria da qualidade de vida das populações locais, principalmente dos trabalhadores objetivando diminuir as desigualdades sociais. Veja a afirmação do assessor jurídico da CPT:

“Para nós, esse não é o desenvolvimento que queremos, porque não mexe na questão central que poderia resolver o problema da desigualdade social. Qual é o problema central? Uma melhor distribuição de renda, então esse modelo que está implantado é centralizador e quem se beneficia desse desenvolvimento são os acionistas das grandes empresas, os grandes empresários e principalmente o capital internacional.(...) A mineração é assim, um dos esteios centrais desse modelo de desenvolvimento, que gera mais riquezas desses grupos econômicos que controla o setor da mineração” (Entrevista n° 02, CPT).

Percebe-se que o modelo de desenvolvimento implantado pelo Estado beneficia o topo da pirâmide social, porém não consegue atingir a base, isto é beneficia grandes comerciantes dos mais diversos ramos e vários políticos da região em detrimento da classe trabalhadora. A mineração em fase de pesquisa, extração ou implantação de usinas de transformação está presente em vários municípios do sul e sudeste paraense: “Marabá, Curionópolis, Parauapebas, Canaã, Xingua, Rio Maria, Floresta do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Conceição do Araguaia, Água Azul, Ourilândia do Norte, Tucumã e São Félix do Xingu” (CRUZ NETO, 2010, p. 06). Esta região possui uma enorme variedade mineral e de alta qualidade, entretanto possui uma população extremamente pobre, que não tem se beneficiado dessas riquezas.

Grande parte dos agricultores que tiveram que sair de suas terras, principalmente na primeira negociação com a mineradora, além de não participar dos benefícios das riquezas existentes em seus lotes³⁸, com a chegada das empresas piorou ainda as suas condições de vida. Após mais de 10 anos de trabalho na terra e com uma organização social e econômica estável, foram obrigados a deixar tudo para trás e marchar rumo a terras mais distantes para recomeçar tudo de novo, e ainda com um futuro incerto, como afirmou o técnico do INCRA para aqueles que compraram terras na área indígena Apyterewa. Com base nesses fatos pode-se confirmar o quanto esse modelo de desenvolvimento é predatório e altamente concentrador de riqueza. Acselrad (2009, p.144) sublinha que:

Nessas regiões reivindica-se a construção de formas efetivas de regulamentação socioambiental das atividades promovidas pelas grandes empresas, de tal maneira que suas realizações econômicas não violem a legislação ambiental em vigor e os direitos das populações locais.

O referido autor analisa também os benefícios que essas empresas, na sua grande maioria multinacionais, estão trazendo para a população local. Verifique a sua reflexão: “a mineração está produzindo o quê, para quem e na satisfação de quais interesses? (...) Para dar prioridade à geração de lucros para as grandes corporações ou para assegurar uma vida digna às maiorias?” (ACSELRAD, 2009, p. 28). Constata-se que há um grupo reduzido que se beneficia com a implantação dos projetos de extração mineral em detrimento da população local.

O presente estudo demonstrou a capacidade de organização e enfrentamento dos agricultores familiares na continuidade da luta pela permanência terra. Durante o processo de

³⁸ A Constituição de 1988 garante a participação nos lucros da lavra quando o proprietário possui o título da terra, o que não aconteceu com os agricultores do PA Campos Altos, que nunca receberam o título do INCRA.

chegada e instalação da mineradora em Ourilândia do Norte, os conflitos socioambientais eclodiram evidenciando a disputa pelo território. Na primeira negociação foi determinado pelo poder judiciário³⁹ que o agricultor saísse do seu lote para repassá-lo para a mineradora, sendo mais justo na segunda negociação que determinou à Empresa a responsabilidade de reassentar o agricultor que foi retirado do seu lote.

O direito adquirido como cliente da reforma agrária contribuiu para que a Justiça garantisse aos agricultores do PA Campos Altos, o direito a uma nova terra sob a responsabilidade da Vale e com o acompanhamento do INCRA. Direito e Justiça caminham entrelaçados, no entanto Lei e Direito se divorciam com frequência, como foi nesse caso que a execução do mandato judicial foi ilegal e injusta e mostrou que tem cara e posição (LYRA, 2006).

O contexto desse embate tem sido a disputa do capitalismo, ou seja, das empresas multinacionais, sobre os recursos naturais da região (minério) para a constituição de territorialidades do capital, à custa da desterritorialização de populações locais entre eles os grupos sociais de migrantes subalternizados (SILVA, 2010). Tal fato pode ser analisado diante da constatação de que hoje a Vale/Inco detém uma quantidade representativa da área agricultável no município de Ourilândia do Norte. Esta realidade tem despertado a reflexão de diversos atores sociais que analisam o desenvolvimento nessa perspectiva e comprovam que a mineração que deveria promover o desenvolvimento da região representa um entrave para que o desenvolvimento seja realmente sustentável e possa abranger um maior número de pessoas.

Hoje trinta e dois anos após a implantação do Projeto Ferro Carajás, muito pouco foi modificado em relação ao respeito e ao direito das populações locais. Isso porque o capital que disputa espaço no sudeste do Pará tem sua demanda e acumulação de riqueza no mercado internacional (SILVA, 2010). Os projetos encontram-se nos mesmos moldes de proporcionar lucros para os acionistas das multinacionais em detrimento da melhoria da qualidade de vida da população. Esse fato pode ser constatado na forma como a empresa de Mineração Onça Puma retirou o primeiro grupo de agricultores, visando à apropriação da terra para execução do projeto, em detrimento dos anos de luta e trabalho dos assentados. A ausência de remanejamento das famílias fez com que muitos agricultores perdessem o vínculo com a terra, ou ainda diminuíssem o padrão de vida que possuíam antes da implantação do projeto.

Outro fato que merece destaque é que mesmo com uma legislação mais exigente nos dias atuais, as mineradoras conseguem burlar as leis. Esse fato pode ser comprovado quando a

³⁹ Mandato Judicial expedido pelo juiz de Marabá pertencente à Vara Estadual.

SEMA solicitou a Vale ações que visassem à diversificação e melhoria da agricultura familiar, como forma de compensar os impactos sociais causados pela implantação do projeto na área de assentamento. Bem, a Estação Conhecimento foi apresentada pela Vale, aos assentados em 2010, na época da negociação dos seus lotes agrícolas com a empresa, como um espaço destinado à educação e qualificação dos agricultores com cursos profissionalizantes na área agrícola objetivando alcançar o sucesso do novo PA no menor tempo possível. Houve intensa propaganda, porém em novembro de 2011 o representante da Vale, comunicou não vai mais executar o projeto e que o mesmo será transferido para a prefeitura municipal. Esse fato demonstra que os projetos são apresentados no momento de interesse da empresa para se conseguir uma licença ambiental, ou mesmo para justificar os danos sociais, assumindo publicamente a “responsabilidade social” que é amplamente divulgada, no entanto pouco executada.

Destaco aqui a distância entre a teoria e a prática de tais projetos sociais e/ou ambientais, que ocorre devido à falta de fiscalização por parte dos órgãos governamentais competentes. A técnica do Gerenciamento de Mineração (GEMINA) da SEMA/Belém, em entrevista abordou o assunto de acordo com os papéis apresentados pela Vale, que possui uma enorme distância da realidade vivenciada pelos agricultores familiares. Por exemplo, com referência às atividades minerárias, a referida técnica afirmou que a SEMA após um estudo da área “faz um cálculo transformando o passivo ambiental em valores monetários, para que sejam cobrados dessas empresas e repassado para o Estado com a finalidade de ajudar a manter as Unidades de Conservação (UC) existentes” como forma de compensar a degradação ambiental causada pelas ações das mineradoras.

Constata-se dessa forma que o capital exerce forte influência também na degradação ambiental, visto que não há por parte dos órgãos públicos um monitoramento e controle das recomendações de mitigação de impactos identificados. Esse problema aliado à demora nos procedimentos administrativos dos órgãos competentes, funcionam mais como um estímulo ao desrespeito às normas, do que como uma repressão à atividades ilícitas. Incluem-se aqui as famílias que ficaram no entorno do projeto Onça Puma e que estão reivindicando há mais de 02 anos um diagnóstico e um posicionamento dos órgãos competentes frente aos transtornos causados pelos impactos sociais e ambientais.

É necessário destacar a importância fundamental da CPT e do CEPASP, que prestaram assessoria jurídica e organizaram os agricultores nas negociações com a Vale/Inco e o INCRA. Verificou-se que foram disponibilizados recursos humanos, como advogados, engenheiros agrônomo e sociólogos para assessorar os agricultores nesse processo de

negociação. Além dessa mediação a CPT também atuou como denunciante de um processo ilegal, injusto e arbitrário executado pelas empresas mineradoras: Onça Puma e Vale/Inco. Inúmeros assentados declararam nas entrevistas que se estivessem sozinhos não teriam logrado êxito nas negociações. Constata-se que de fato a Justiça Social “emerge das lutas sociais, para levar à criação de uma sociedade em que cessem a exploração e opressão do homem pelo homem” (LYRA, 2006, p. 32).

Ainda continuam ocorrendo injustiças sociais na expansão territorial do capital, em detrimento da população local, nesse caso os agricultores familiares. Porém, verifica-se que houve um avanço nas negociações realizadas em Ourilândia do Norte. O lado positivo é que as mudanças vão ocorrendo como resultado das lutas dos movimentos sociais, que estão conscientizando cada vez mais os agricultores do poder de organização, discussão e reivindicação dos seus direitos. Diante dessa nova posição da classe, com ações de cobrança e pressão, os órgãos governamentais têm se mostrado mais aberto para ampliar o debate e reconhecer os direitos de quem por vários anos foi considerado invisível diante dos grandes empreendimentos.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é Justiça Ambiental?**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano. **Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico**, ANPOCS, n 53, p. 35-78, 1º semestre de 2002.

_____. **Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil**. Trabalho preparado especialmente para o Encontro do Grupo Meio Ambiente e desenvolvimento da Clacso. Rio de Janeiro, 22 e 23 de novembro de 2000. Mimeografado.

ASSIS, William Santos; HALMENSCHLAGER, Fábio; OLIVEIRA, Myriam. **Dinâmicas territoriais, projetos coletivos e as complexidades das áreas de fronteira agrária: o caso da Região de Marabá, Pará**. In: CAZELLA, Philippe Bonnal; MALUF, Renato S. (orgs) *Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BARBANTI JR., Olympio. **Conflitos socioambientais: teorias e práticas**. 2006. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

BECKER, Bertha K. Redefinindo a Amazônia: O Vetor Tecnológico. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicolas; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 13ª Ed. Brasília: Editora UnB, 2010. volume 1.

CARTILHA do Processo de Desafetação e Reassentamento. **Nossa História, Novos Caminhos**. Ourilândia do Norte: Vale, 2010.

CASTRO, Edna (org.). **Sociedade, território e conflitos: BR- 163 em questão**. Belém: NAEA, 2008.

CASTRO, Edna; MOURA, Edila A. F.; MAIA, Maria Lúcia Sá (orgs). **Industrialização e Grandes Projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995.

CHAV, Maria do Perpetuo Socorro; BARROS, José Fernandes; FABRÉ, Nídia Noemi. **Conflitos socioambientais e identidades políticas na Amazônia**. Editorial:www.achegas.net nº 37, 2008.

COELHO, Maria Célia Nunes; MONTEIRO, Maurílio de Abreu Monteiro (orgs). **Mineração e Reestruturação Espacial da Amazônia**. Belém: NAEA, 2007.

COELHO, Maria Célia N. et al (orgs). **Estado e Políticas Públicas na Amazônia: Gestão de Recursos Naturais**. Belém: Editora Cejup, 2000.

_____. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Local na Amazônia: Uma agenda de debate**. Belém: UFPA/NAEA, 2005.

_____. Mineração de bauxita, industrialização de alumínio e territórios na Amazônia. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; et al. **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: Fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p.311-350.

CRUZ NETO, Raimundo Gomes da. **A Mineração no Sul e Sudeste Paraense**. Marabá: MST – CPT- MAB – FETAGRI – CEPASP – MTM, 2010.

SILVA, João Márcio Palheta da. **Território e Mineração na Amazônia Paraense Norte do Brasil**. Belém, 2008. Disponível em: <<http://www.mineracaonaamazonia>> Acesso em: 20 fevereiro 2012.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 1995.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 17 Ed. São Paulo: Lumen Juris, 2007.

GUEDES, Lucilei Martins. **A Luta pela posse da Terra na Fazenda Flor da Mata no município de São Félix do Xingu**. 2004. Graduação em Ciências Sociais (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Pará, Marabá, 2004.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

HALL, Anthony L. **Desenvolvimento para quem?: Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991. 300p.

HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental**. Tradução de Annahid Burnett. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004. Volumes 1-4.

INCRA. Ministério do Desenvolvimento Agrário – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. INCRA. **Relatório Técnico do Estudo do Impacto Socioambiental do PA Campos Altos – Ourilândia do Norte – PA**. Brasília, 2008.

INCRA. Ministério do Desenvolvimento Agrário – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. INCRA. **Nota Técnica/Relatório Mineração Onça Puma**. Volume I. Brasília, 2008.

INCRA. Ministério do Desenvolvimento Agrário – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. INCRA. **Nota Técnica/Relatório Mineração Onça Puma**. Volume II. Brasília, 2008.

IANNI, Otávio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LITTLE, Paul E. Os Conflitos Socioambientais: Um Campo de Estudo e de Ação Política. In: BURSZTYN, Marcel (org). **A Dificil Sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Ed Garamond, 2001.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é Direito?** 15ª reimpr. da 17ª ed. de 1995. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos)

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: Estado Homem Natureza**. 2ª Ed. Belém: Cejup, 2004. (Coleção Amazoniana, nº 1)

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I.** Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 21ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Integrar para não Entregar: Políticas Públicas e Amazônia.** 2ª Ed. Campinas-SP: Papirus, 1991. (Série Educando)

PARÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.** Projeto Onça Puma – Lavra e Processamento de Minério de Níquel. Belém: 2004.

PINHEIRO, Valter. **Impactos da Mineração.** Cartilha de Cordel: CEPASP, CPT, Movimento Debate e Ação. Marabá, 2011.

SAMPAIO, Lia Regina Castaldi; BRAGA NETO, Adolfo. **O que é Mediação de Conflitos.** São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos; 325)

SANTOS, Breno Augusto dos. **Amazônia: potencial mineral e perspectivas de desenvolvimento.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

SANTOS, Milton et al. **O Papel Ativo da Geografia: um manifesto.** In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 12, 2000, Florianópolis. Mimeografado.

SIMMEL, Georg; MORAES FILHO, Evaristo de (Org). **Sociologia.** São Paulo: Ática, 1983.

SCOLESE, Eduardo; MAGALHÃES, João Carlos. **Folha de São Paulo.** São Paulo, Domingo, 29 de Junho de 2008. A 13.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SILVA, Ana Cláudia Cruz da. **O Licenciamento Ambiental para os Projetos de Mineração no Pará: uma avaliação do caso da Mineração Rio Norte.** Belém: Paka-Tatu, 2003. 94 p. (Coleção Direito Ambiental e Políticas Públicas).

SILVA, Idelma Santiago da. **Fronteira Cultural: a alteridade maranhense no sudeste do Pará (1970-2008).** 2010, Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

SOUZA, Carlos Augusto da Silva. **Urbanização na Amazônia**. Relatório de Pesquisa. Belém: UNAMA, 2000.

ZAPPA HOOG, Wilson Alberto. Perdas, Danos e Lucros Cessantes: sentido e alcance. Artigo Eletrônico. Disponível em: <<http://www.laborpericialcontabil/>>. Acesso em: 20.02.2012.